

# CORREIO INTERNACIONAL

ANO II - Nº 3 - OUTUBRO/NOVEMBRO 1983 - Cr\$ 600,00

bolívia

## UMA SITUAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

E.A. Torres

página 8

argentina

## A AGONIA DA "RECONSTRUÇÃO"

E. Broquen

página 4

palestina

## QUARENTA ANOS DE LUTA

Jan Poliansky

página 10

chile

## O PINOCHETISMO PODE SOBREVIVER?

V.V. Hernández

página 5

américa central

## NEGOCIAR OU COMBATER

página 2

israel

## A CRISE DE UM ESTADO ARTIFICIAL

Jan Poliansky

página 12

uruguaí

## BARULHO DE PANELAS

A. Bravo

página 7

economia mundial

## DÓLAR DE POUCOS, A DOR DE MUITOS

A. Franceschi

página 14

igreja católica

## A PAZ ROMANA

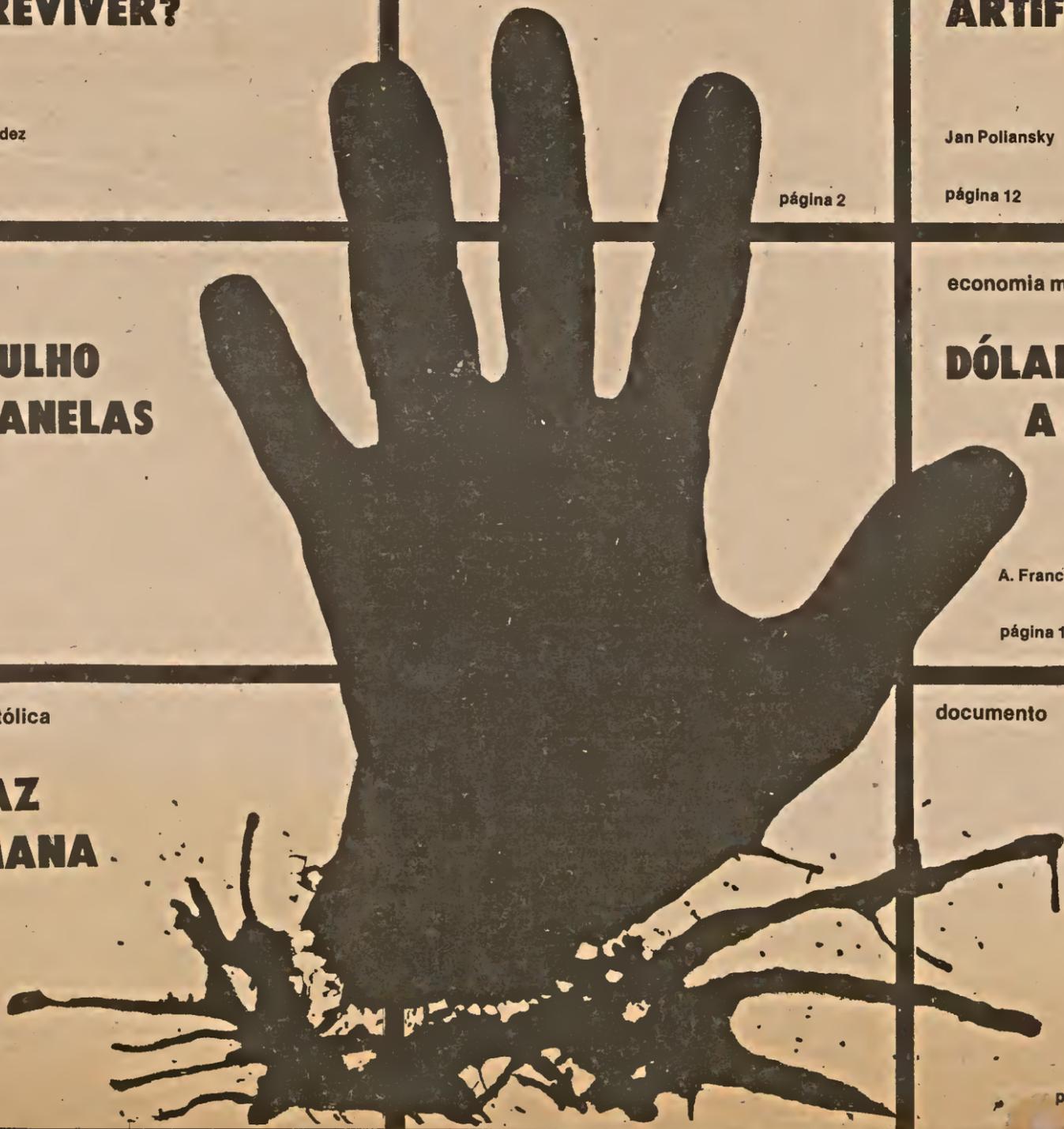
E. Broquen

página 17

documento

## TESE SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

página 19



# NEGOCIAR OU COMBATER



*Este artigo foi escrito antes dos últimos ataques da contra-revolução aos depósitos de combustível da Nicarágua e da conseqüente declaração do Estado de Guerra por parte da Junta de Governo. No entanto, consideramos que as pressões do imperialismo para negociar continuam presentes com as visitas do subsecretário de Estado dos EUA para assuntos latinoamericanos, Langhorne Motley e de Henry Kissinger à Nicarágua, e com isto também permanece o dilema colocado pelo título do artigo e conseqüentemente a importância da sua análise.*

*"A embaixada dos Estados Unidos, cercada de arame farpado e dispositivos eletrônicos e protegida por marines, é uma fortaleza em plena cidade. Com 145 membros oficialmente declarados, é a segunda em importância na América Latina. É claro que os agentes da CIA não constam dessa lista. O Corpo de Paz de Honduras é o quinto do mundo, no que concerne o número de seus 'militantes'. Um grupo militar especial abrange os 'conselheiros', peritos do Pentágono e 'boinas verdes', dos quais um primeiro destacamento de 130 homens foi desembarcado, em meados de junho, em Puerto Castilla, no litoral atlântico, onde foi oficialmente instalado um centro de treinamento para os soldados salvadoreños." (Le Monde, 20/7/83).*

Assim o vespertino francês descreve a sede da contra-revolução imperialista em Tegucigalpa. O mesmo jornal ressalta o contraste violento entre essa construção e a residência do embaixador lanque, e os modestíssimos e tropicais imóveis que compõem toda a capital hondurenha.

É claro que não se trata de um problema arquitetônico nem, muito menos, estético. Tem a ver com a importância que o imperialismo atribui ao que chama de desprezo de "república bananeira" e, sobretudo, com o papel que lhe confere como base principal de sua contra-ofensiva centro-americana.

Poderíamos fazer uma comparação entre Honduras e outro país que, embora completamente diferente, tem um ponto em comum, o de desempenhar o papel de guarda da região: trata-se de Israel. Esse país pode desempenhar o papel de eficiente cão de guarda no Oriente Médio, porque é um enclave do imperialismo na região. Honduras desempenha esse papel em outro sentido, proporcionando, por enquanto, a base territorial para a luta armada contra a revolução e, de passagem, um apoio para a negociação atualmente pretendida por Reagan.

Podemos ter certeza que, se os EUA pudessem transformar plenamente Honduras num enclave, não hesitariam em fazê-lo. Mas um enclave requer condições que essa nação não pode cumprir integralmente, nem histórica nem conjunturalmente. Israel se construiu com base num enorme fluxo de dinheiro e armas, do imperialismo e do Kremlin, que deu para financiar o que é hoje um dos exércitos mais terríveis do mundo, bem como todas

O regime capitalista, em seu conjunto, atravessa um período de crise profunda que evidencia suas debilidades congênitas e expressa sua irremediável decadência. Ao mesmo tempo, temos que assinalar que assistimos a um crescimento generalizado dos movimentos dos povos que expressam seu repúdio, consciente ou inconscientemente, ao regime de opressão e exploração capitalistas e sua vontade de não mais suportar as conseqüências que esse regime descarrega sobre os cansados ombros dos explorados e, fundamentalmente, dos trabalhadores. Os que estão no alto, não encontram soluções para os desafios da História. Os que estão embaixo, não suportam por mais tempo a miséria em que se encontram mergulhados, a exploração, a opressão. Por isso, podemos afirmar sem medo de estarmos errados, que os países capitalistas, com diferentes intensidades e características, atravessam uma época objetivamente revolucionária. Sem dúvida, mais nítida nos países dependentes e semi-coloniais, mas também detectável nas metrópoles imperialistas e seus satélites imediatos.

Os estados operários deformados do Leste europeu, conduzidos pelas burocracias stalinistas, já sentem o desafio de seus próprios trabalhadores, cuja rebelião prenuncia, na Polônia, o princípio da esperada revolução política.

Não detectamos e nem devemos esperar uma marcha linear dos acontecimentos, em direção à vitória do socialismo. É certo que em boa parte da Europa, um dos rincões do imperialismo, as massas expressaram sua indiscutível vontade de caminhar em direção ao socialismo. Não é outro o sentido profundo das vitórias dos partidos socialistas na França, Espanha e Grécia, e do crescimento dos socialistas na Itália e Portugal.

Porém, paradoxalmente, no momento essa vontade das massas está limitada por causa das vias que os partidos operários tradicionais oferecem, pois mais do que reformistas, são já descaradamente agentes de suas burguesias nacionais e, de conjunto, do capital monopolista.

Contraditoriamente, tentando apontar em direção à vitória do socialismo, essas massas deram força aos aparatos traidores, cuja função atual é procurar prolongar a agonia do regime de exploração do homem pelo homem. Isto, por causa da ausência de uma autêntica direção política e sindical revolucionária.

O longo período do estancamento e a profunda crise que comove a economia ocidental não é retilínea e nem isenta de contradições. Produziu-se e continuará se produzindo e se refletindo nesse processo de estancamento e crise, flutuações, expansões e contradições, que às vezes, aprofundam a crise do sistema e outras que parecem distendê-la, dando um respiro ao objetivamente acossado sistema imperante no mundo que, por comodidade, chamamos de ocidental.

É claro que tais contradições e expansões são cada vez mais freqüentes e graves (as primeiras) e mais débeis as segundas. As reações aparentemente favoráveis na marcha da economia capitalista, não alcançam senão breves respiros para a produção regida pelo imperialismo e não conseguem ocultar a crise estrutural que ameaça matar o próprio regime.

Porém, permite que este busque um alívio transitório, reorganize, ainda que superficialmente sua maltratada economia e reajuste suas táticas defensivas. A ausência ou debilidade de uma direção revolucionária dos trabalhadores, facilita os movimentos do sistema. A leve reação econômica que há alguns meses vive os EUA, é expressão de uma dessas expansões esporádicas. Talvez tenha outras repercussões em outros países imperialistas e dá um impulso transitório ao governo norte-americano para endurecer sua mão na América Central. Explica também, mesmo parcialmente, o retrocesso ante a agressão imperialista, das vacilantes e capituladoras direções burocráticas de Cuba e Nicarágua que, ante a agressão imperialista, diminuem seu apoio ao povo em armas de El Salvador.

Tudo isso coloca, como primeira e mais urgente tarefa dos socialistas revolucionários de cada país, a construção de partidos operários socialistas com forte influência de massas, capazes de fazer com que os trabalhadores e todos os oprimidos se conscientizem e tenham claro os grandes objetivos que esta hora crucial da História da Humanidade coloca; partidos que sejam também capazes de esclarecer o descontentamento e a ira dos povos e de conduzi-los em direção à vitória do socialismo.

Porém, é indiscutível que a luta pela sobrevivência do regime se articula pelo imperialismo a nível mundial, e os problemas da construção do socialismo também não podem ser resolvidos exclusivamente dentro dos estreitos quadros nacionais. Assim, está colocada com uma urgência ineludível, a construção do partido mundial dos trabalhadores — a construção da Internacional. Somente tal partido coordenará, sem sujeições a nenhum centro de poder de país algum, a ação revolucionária nas mais vastas regiões de nosso planeta.

Somente uma vigorosa Internacional Proletária poderá dar apoio e alento a quem, de uma ou outra forma, lutam pela revolução política dentro dos estados operários deformados, impedindo que tal revolução se desvie para uma restauração reacionária do capitalismo. Não esqueçamos que é isso o que o imperialismo e o Vaticano estão tentando fazer na Polônia.

Estas aspirações que poderiam parecer teóricas ou de difícil realização em décadas passadas, hoje se tornam decisivas.

Já afirmamos reiteradamente: a polarização do poder em Washington e Moscou, hoje, transitoriamente, solapados aliados, mas irremediavelmente antagônicos, ameaçam de forma iminente a paz universal. O crescimento pavoroso de armas nucleares, de poder destrutivo inimaginável, converte a ameaça de guerra em uma ameaça certa de total destruição da Humanidade.

Para aqueles que queremos — e esta é a quase totalidade dos homens — que nossa espécie não pereça, que não se detenha a extraordinária aventura da Humanidade sobre a Terra, não pode haver outra tarefa mais urgente e impostergável do que procurar a construção desse Partido Mundial dos Trabalhadores, ferramenta imprescindível para tirar a humanidade de sua atual prostração e assegurar, definitivamente, seu desenvolvimento em paz, sob a bandeira do Socialismo.

## CORREIO INTERNACIONAL

é uma publicação da ACS Editora Ltda. Rua Maestro Cardim, 1048. Fone: 289.1663. Liberdade, São Paulo, Capital, CEP 01323. Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no 5º Registro de Títulos de Docs. sob o nº 2330, livro A. Composto por Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400, São Paulo, Capital. Impresso nas Oficinas da Cia. Editora Jorjês, Fone: 531.8900, São Paulo, Capital.



as ações de desalojamento dos palestinos de suas terras empreendidas pelo sionismo. Dificilmente o imperialismo poderia hoje permitir-se esse luxo em seu "quintal".

Israel comprou uma pequena parte da terra que ocupa, obrigando os proprietários palestinos a vender por preços vis. Mas a maior parte foi arrebatada a sangue e fogo. Por trás desse majestoso assalto à mão armada, estiveram verdadeiras legiões de sionistas, que constituíram a base social do que é hoje Israel. Apesar das condições vantajosas, tudo isso custou uma boa quantidade de dólares, saídos dos cofres do imperialismo.

São outros os tempos que correm. Acabaram-se os anos dourados do segundo pós-guerra, com seu "boom" econômico e toda a secura de pilhagem monumental que fez dos EUA a principal potência imperialista. A crise econômica mundial não permite dispor de dólares suficientes sequer para satisfazer algum setor social que pudesse respaldar, na América Central, um estado-gendarme. Nem dá para comprar um enclave pequeno. Os lanques precisam dominar o país à força e estabelecer seus soldados na mais alta colina de Tegucigalpa, com cerca de arame farpado eletrificado e *marines*, para se protegerem do povo hondurenho e de seu justo ódio.

Aí, nesse semi-enclave, o imperialismo localizou a cabeça-de-ponte de sua ofensiva centro-americana. É possível que, entre os planos militaristas de Reagan, estivesse também algum sonho paranóico, de ver um dia uma Honduras governada por um Beguin qualquer, cujos exércitos pudessem sitiar Manágua e dispersar os sandinistas por vários países...

### Tudo pela negociação

Isto só se tornou possível por uma lei de ferro da luta de classes, que diz que, quando a revolução se detém, tem necessariamente que retroceder. Quando o sandinismo optou por deter a revolução em marcha na Nicarágua — e quase o conseguiu, desarmando as massas e controlando burocraticamente todas as organizações operárias e populares — começou a soar a hora da revanche. Reagan montou sua contra-ofensiva com relativa facilidade. O último capítulo dessa contra-ofensiva é o "plano Reagan-Kissinger", cujo eixo é a negociação.

Em sua qualidade de cabeça-de-ponte política e militar dos lanques, Honduras desempenha um papel central nesse plano, enviando mercenários ao território nicaraguense; servindo de local de reunião para os senhores da guerra da região com seus superiores, os "assessores" do Pentágono; alimentando os agentes da CIA que lotam suas tabernas; treinando os exércitos títeres. Se a revolução não tivesse que passar pela alfândega sandinista antes de entrar em Honduras, provavelmente esta situação seria bem diferente.

Assim, a negociação desejada por Reagan pôde apoiar-se em terra firme. A frota de guerra que bloqueia a Nicarágua não cobre apenas as duas costas marítimas; do próprio continente há canhões apontados para a revolução.

Sendo assim, por que o ex-cowboy de Hollywood iria dar-se ao trabalho de invadir? Uma ação dessas acarretaria um monte de problemas para seu governo. Ele tinha um revólver sobre a mesa. A partir dessa constatação, resolveu chamá-la de "mesa de negociações".

Esse revólver, mais a diplomacia medrosa de Manágua e Havana, mais a bandeira branca levantada pelos comandantes da FMLN salvadorenha — quando *ainda* estão dadas as condições para a sua vitória — são os elementos básicos para o andamento das negociações. Trata-se de arrancar, dos chefes reconhecidos pelas massas centro-americanas, o compromisso de se medirem com seus inimigos nas urnas, em troca apenas de... guardar o revólver no bolso.

### Mas as massas não querem

Não mentem os liberais americanos quando, envoltos em brancas vestes, apontam a interminável miséria como causa última dos males da América Central. Põem o dedo na ferida, uma ferida que nem eles nem seu agônico sistema econômico podem aliviar. Esquecem-se de acrescentar que não será com suas boas intenções, nem com as de Reagan, que poderão aquietar os vulcões sociais do istmo.

É o que parecem dizer, em coro, os combatentes da guerrilha salvadorenha, os trabalhadores-nicaraguenses, as massas oprimidas da Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá. El Salvador demonstra que as massas não vêem o plano Reagan como remédio para seus males, e sim como o que realmente é: um ato de eutanásia.

Serão concretizadas as negociações? Será negociado "tudo", como querem o imperialismo e seus sócios do grupo de Contadora? Os soldados da FMLN deixarão que seus chefes empunhem a bandeira branca? Esfriará o sangue nas veias da revolução centroamericana? As super-estruturas, as direções — desde os de verde-oliva até os de gravata ou batina — esperam que sim. Os trabalhadores, as massas oprimidas e dessangradas esperam que não, anseiam pela vitória. Querem a revolução, precisam dela como do ar que respiram, e o estão demonstrando a cada dia que passa.

A situação da Argentina, hoje, é tão complexa e mutável, com tantos problemas entrecruzados, que para tentar entendê-la precisaremos separar alguns temas e avançar aos poucos, em aproximações sucessivas e parciais. É o que procura fazer, neste artigo, Enrique Broquen, advogado respeitadíssimo por sua destemida atuação na defesa dos presos políticos e dos direitos humanos pisoteados pela ditadura argentina, hoje candidato a senador, na Capital, pelo MAS - Movimiento Al Socialismo.

# A AGONIA DA "RECONSTRUÇÃO NACIONAL"

Enrique Broquen

Para sintetizar numa única frase a etapa que hoje vive nosso país, podemos afirmar que está vivendo uma verdadeira revolução democrática, que pode ser qualificada de atípica e, em certa medida, inconsciente, mas que implica tarefas e objetivos diversos daqueles que nós, revolucionários socialistas, tivemos que enfrentar antes da guerra das Malvinas.

Repetindo o que já se tornou lugar comum, afirmamos que foi a necessidade de tentar recuperar, em parte, o relativo consenso desbaratado em seis anos de sangrenta repressão, que levou a ditadura militar à aventura de recuperar a força as ilhas Malvinas. O conteúdo objetivamente justo dessa ação — que suscitou o apoio massivo de amplas camadas da população argentina e reavivou o sentimento anti-imperialista das massas, ganhando também o apoio solidário dos povos irmãos da América Latina — não redime a ditadura da acusação de irresponsável e inepta, que caracterizou essa aventura. Também não apaga a culpa pelas vidas jovens irresponsavelmente sacrificadas, nem a vontade capituladora que caracterizou a condução política da guerra e a atitude global da alta burguesia argentina perante o conflito. Desde o primeiro momento, procurou-se frear a mobilização massiva do povo, devido a seus evidentes conteúdos e perspectivas revolucionárias, chegando a uma capitulação vergonhosa, paternalmente abençoada por João Paulo II em sua imprevisita visita a Buenos Aires.

Foram muitas as conseqüências dessa aventura. As massas revigoraram sua presença nas ruas e adquiriram maior clareza em sua consciência anti-imperialista. A capitulação aumentou o desprestígio do regime militar, junto ao povo. A Junta fracassou em sua tentativa, para cujo êxito contava ingenuamente com a boa vontade dos Estados Unidos, que deveriam levar a Grã-Bretanha a aceitar e digerir o fato consumado da ocupação argentina das ilhas.

Esse fracasso levou as Forças Armadas a divergências internas, que acabaram de quebrar a sua já comprometida unidade. Orfão de opinião e carente de coerência, o Poder Militar entrou em crise. Os fatos são conhecidos: renúncia de Galtieri, dissolução da Junta Militar — que não conseguiu entrar num acordo sobre os meios de sair do marasmo em que mergulhara —, o Exército assumindo, unilateralmente, a responsabilidade de indicar o titular do Poder Executivo. E, depois da nomeação de Bignone, a artificial e aparente reconstrução da Junta Militar, que continua travada por suas contradições internas e sem nenhum poder eficiente que lhe permita responder aos problemas colocados pela realidade nacional. A Junta, precariamente reconstituída, não consegue esboçar uma política coerente, para pôr fim (que é só o que pode pretender) a este Processo chamado de "Reconstrução Nacional".

Este "Processo" tristemente célebre passará à História como um dos períodos mais turvos da vida argentina, como o mais sangrentamente repressivo, o de mais total entrega aos interesses imperialistas e de sua aliada, a alta burguesia nacional; o mais inepto e o mais criminoso dentre todos os que tivemos que suportar, neste século que já se aproxima do fim.

Afirmamos, com absoluta convicção, que a Junta Militar perdeu todo poder de decisão e que já carece de força para sustentar o governo agonizante, aparentemente militar, personificado pelo general Bignone.

Tanto assim que, ao ser indicado para a Presidência, Bignone não assumiu o governo apoiando-se fundamentalmente no Exército que o nomeou. Convocou às pressas os partidos agrupados na Multipartidária, e só depois de obter o seu consentimento animou-se a ir à Casa Rosada, em busca dos atributos formais de um poder que não detinha em sua plenitude.

Cabe enfatizar aqui este fato fundamental, que não foi bem avaliado na época.

## A transferência de poder

Não negamos que as Forças Armadas conservam uma certa gravitação no governo e sustentam, até certo ponto, a investidura de Bignone. O que afirmamos é que esse apoio moribundo, de forças que estão perdendo ou que já perderam a própria força, não é sustentação suficiente para governo nenhum. Não resta dúvida de que a base fundamental deste governo já não está nos quartéis, e sim nos partidos que se agrupam na Multipartidária.

Assistimos a uma verdadeira transferência da fonte do Poder Político, que se desloca — se não totalmente, pelo menos majoritariamente — das Forças Armadas para os partidos políticos, sobretudo os dois mais fortes e de bases amplamente populares, agrupados na Multipartidária.

## Uma revolução democrática

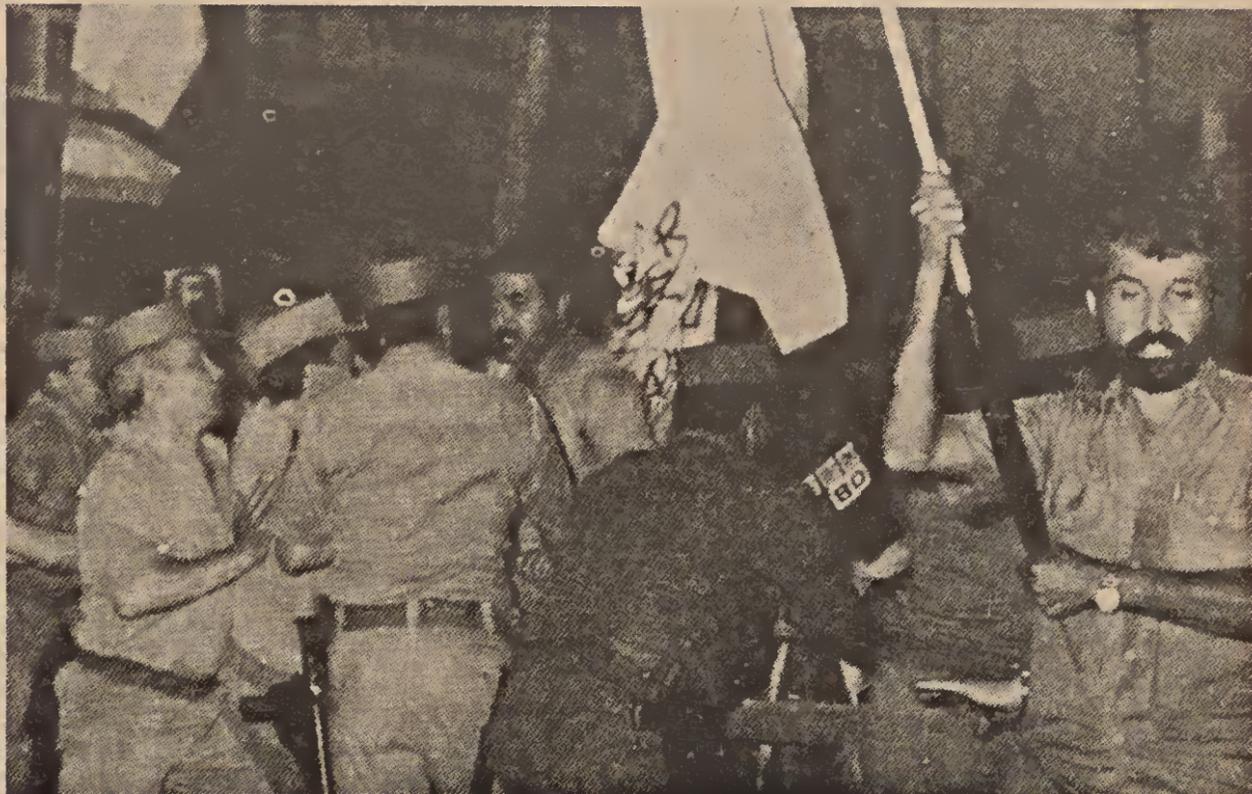
Presenciamos, então, uma transferência de poder, dos quartéis para a Multipartidária, o que significa uma verdadeira revolução democrática, incruenta, talvez inconsciente.

A convocação de eleições dentro de um prazo determinado e irreversível, o reconhecimento — a contragosto, mas pleno — das liberdades públicas, que hoje são de fato exercidas pelo povo, com uma amplitude desconhecida na Argentina desde o dia 6 de setembro de 1930, são as conseqüências mais visíveis dessa revolução.

Não estamos diante de uma nova abertura, destinada a prevenir profundas comoções populares e operárias, como a que vivemos em 1972-73. Não se trata de uma abertura livremente decidida pela cúpula militar. Não estamos diante de uma concessão generosa de algum desses generais "democráticos" com que tanto sonharam os dirigentes do Partido Comunista. Trata-se do resultado das mobilizações operárias e populares, incubadas, de certa forma, até a primeira explosão massiva de 30 de março de 1982, e cada vez mais massivas durante a guerra das Malvinas e imediatamente depois do vergonhoso colapso das Forças Armadas nessas ilhas.

Trata-se do resultado das greves que, de forma parcial, vêm se multiplicando desde essa época, das greves gerais displicentemente ordenadas pelas capituladoras burocracias sindicais, mas protagonizadas entusiasticamente por nossa combativa classe operária.

*Verificou-se uma transferência de poder, não graciosamente consentida, e sim arrancada pelas múltiplas greves, pelas múltiplas manifestações de repúdio à ditadura.*



**"Este "Processo" tristemente célebre passará à História como um dos períodos mais turvos da vida argentina, como o mais sangrentamente repressivo, o de mais total entrega aos interesses imperialistas e de sua aliada, a alta burguesia nacional; o mais inepto e o mais criminoso dentre todos os que tivemos que suportar, neste século que já se aproxima do fim".**

iniciadas solitariamente e heroicamente, nesse período, pelas já lendárias Madres de Plaza de Mayo e pela Comissão dos Familiares de Presos e Desaparecidos por Razões Políticas.

Trata-se, pois, de uma verdadeira revolução "política", democrática, imposta pela vontade global da classe operária e do povo.

### As novas tarefas

Essa revolução, que derrubou, de fato, o governo militar — que hoje se limita a tentar regular sua agonia, sua marcha para a morte já a prazo fixo — coloca, para os socialistas revolucionários, novas tarefas, tão ineludíveis quanto as que levaram à derrota da ditadura.

A recuperação das liberdades democráticas e das formas de governo constitucional não significam que já se deva baixar a guarda e dar por definitivamente consolidadas as conquistas democráticas.

Isso por várias razões. Na História, quando não se avança, se retrocede. Levantado o peso opressor da ditadura militar, abre-se diante de nós a perspectiva e a exigência ineludível de avançar, com passo firme, pelo caminho da transição ao socialismo. A conquista formal da democracia não solucionará os problemas vitais que comprometem o futuro coletivo, nem atenderá às exigências prementes da classe operária argentina e de todos os setores explorados e oprimidos de nosso povo.

Dentro da nossa atual estrutura de país capitalista semicolonial, é impossível dar resposta a essas exigências. A Argentina não é o próspero país de 1945, nem sequer o de 1973. Não há governo populista, seja de camiseta ou de paletó e gravata, que possa dar resposta a essas exigências, sem romper as estruturas sociais e econômicas tradicionais que hoje impedem o livre desenvolvimento da sociedade argentina.

Não serão os partidos hoje talvez majoritários, liderados por representantes e intérpretes dos diversos setores da alta burguesia nacional, ou simplesmente advogados e sócios do capital imperialista, que vão querer o poder romper essas estruturas que prolongam nossa dependência e nosso atraso.

Em vão esses líderes e seus aliados menores, declarados ou disfarçados (comunistas, intransigentes, democratas cristãos), declamam, cada vez mais timidamente, sua vontade supostamente anti-imperialista. Não podem pretender que se acredite neles, já que seus antecedentes e suas postulações atuais denunciam sua vontade capituladora ante a oligarquia nativa e o imperialismo internacional. Não podemos ignorar, se não quisermos ser suicidas, que a contra-revolução corromperá e atuará incansavelmente, e que a sobrevivência dos direitos humanos, a sua plena vigência, está irremissivelmente ligada à destruição das forças econômicas, sociais e políticas que alentaram, apolaram ou encobriram com seu silêncio a ditadura sangrenta que hoje bate em retirada. A sobrevivência de instituições autoritárias expressa-se, entre outros elementos, na subsistência de grupos paramilitares, cuja atuação se tral em muitos episódios: na manutenção da proscrição contra organismos e partidos operários e democráticos, a começar pelo Partido Socialista dos Trabalhadores, nas proscrições pessoais, entre as quais, até recentemente, a de María Estela Martínez de Perón (cujas gestões governamentais combatemos denodadamente, mas cujo direito de atuar na política reivindicamos, por coerência democrática e por respeito a um partido com amplo respaldo popular); nos entraves às investigações timidamente iniciadas pelo Poder Judiciário, que tenta readaptar-se à nova etapa democrática, especialmente na circular do comandante em chefe do Exército, incitando seus subordinados a desacatar os requerimentos da Justiça; na lei de auto-anistia que pretende salvar o rosto manchado de sangue das Forças Armadas, para que possam continuar cumprindo sua função de seguro do regime vigente, contra próximos levantes operários ou populares. Todas essas são, sem dúvida, expressões dessa "contra-revolução democrática", pela qual o regime burguês consegue manter-se de pé.

### A atitude dos partidos majoritários

Porém, existem outros sintomas, mais sutis, mas mais graves, que assinalam que o grande capital, em todos os seus setores, e seus servidores políticos de todos os matizes, abertos ou dissimulados por detrás de posições populistas, também vêem com alarme o futuro argentino. Eles se prestam a contribuir para lavar a cara das Forças Armadas (preservadoras fundamentais da caduca ordem burguesa) e a preparar as medidas que lhes permitam resistir à transição para a revolução socialista, retardando pelo maior tempo possível essa transição, historicamente imprescindível e inevitável.

A obscuridade dos programas econômicos e sociais dos partidos políticos presumivelmente majoritários e de seus sócios menores, declarados ou encobertos, sua falta de definição em torno da política a ser assumida para esclarecer os crimes de todo tipo cometidos pelo governo militar, sua capituladora posição pró-imperialista, em torno do problema crucial da dívida externa, delatam este fato. Seu esforço imediato, após as eleições, vai se concentrar em ajudar as Forças Armadas a recompor sua imagem, certos de que algum dia vão ter que se apoiar nelas, para frear a revolução profunda que temem e que já é seu principal inimigo.

# O PINOCHETISMO PODE SOBREVIVER?

Valia Vera Hernández

A luta de classes avança e vence qualquer obstáculo que se interponha em seu caminho. A luta de classes desata as contradições políticas e sociais incubadas durante anos, nos enfrentamentos clandestinos ou abertos entre classes antagônicas. O décimo aniversário da sangrenta ditadura pinochetista coincide cronologicamente com sua agonia irremediável.

Onofre Jarpa Reyes, experimentado político da extrema direita entreguista, agindo em nome de Pinochet e do imperialismo, entabula negociações febris para impedir uma queda abrupta da ditadura. Existe agora, sob a égide de Jarpa como superministro, um plano político visando à retirada, em boa ordem, das Forças Armadas pinochetistas, do centro do cenário político do país irmão.

Pela primeira vez em dez anos, não foi renovado o "estado de emergência", cujas práticas arbitrárias possibilitaram a sobrevivência do governo gorila. Essa era uma das exigências fundamentais da cúpula política burguesa, agrupada no Projeto de Desenvolvimento Nacional (PRODEN) e na Aliança Democrática (AD), para iniciar o diálogo com o governo e desarmar, preventivamente, a bomba-relógio social que ameaça fazer saltar pelos ares o regime capitalista no Chile. A outra exigência, ainda mais importante — a renúncia de Pinochet — passa a segundo plano. Isso graças aos bons ofícios da Igreja Católica. Com o episcopado como ponto de encontro de todas as facções burguesas, a negociação goza hoje dos auspícios de todos os que temem ver as massas populares acertarem as contas com o regime mais sanguinário que o Chile padeceu em um século e meio. Será que a ditadura de Pinochet conseguirá, então, sustentar-se de pé por mais alguns anos?

Para responder a essa pergunta, temos primeiro que ordenar os fatores políticos que estão em jogo e estabelecer o curso provável dos acontecimentos. O que menos importa é tentar um vaticínio sobre quando pode cair. Nenhuma análise séria pode comprometer opiniões nem fazer um prognóstico com base no que se deseja subjetivamente. Vamos aos fatos, e vejamos se é possível, interpretando-os, fazer algum prognóstico.

Pinochet conta com o apoio irrestrito do imperialismo lanque. Os oficiais do Exército, Aviação, Marinha e carabineros (polícia militar) continuam a seguir seu chefe, em férrea unidade. Os setores majoritários da burguesia querem a sua renúncia, mas estão dispostos a tolerá-lo

por mais algum tempo, desde que abandone a pretensão de conduzir autoritariamente o Estado, em benefício exclusivo de seus capangas. As massas querem derrubá-lo, mas carecem de uma direção unificada independente dos planos da ditadura. A Igreja apóia um plano de abertura democrática, mas tendo Pinochet como garantia de que não se produza um vazio de poder.

As mobilizações populares das últimas jornadas de protesto demonstram inclusive que foi extremamente deteriorado o apoio dos setores médios, arruinados pela crise econômica, o que os levou a uma ruptura total com o governo. A vanguarda da luta são os operários e os setores mais oprimidos, que populam os bairros mais miseráveis da grande Santiago. Todos perderam o medo. Nem sequer as dezenas de mortos provocados pela exibição militar, com seus 20 mil homens para reprimir as manifestações do dia 11 de agosto, fizeram retroceder a vontade popular de acabar com a ditadura.

A abertura democrática anunciada por Jarpa Reyes, a suspensão do estado de emergência e as negociações para uma retirada consentida e a médio prazo da ditadura, constituem uma expressão, extremamente deformada, de uma grande vitória das lutas das massas. As "concessões" de Pinochet, via Jarpa, visam a desviar, com o apoio dos partidos burgueses, a torrente revolucionária que se avoluma. Longe de estabilizar o regime, essas concessões democráticas aprofundarão sua crise. A cada dia, aparecerá mais fortemente a falta de apoio do governo. As massas utilizarão as liberdades arrancadas para generalizar e concentrar as lutas. Se o governo não cedesse na abertura, era clara a perspectiva de uma explosão revolucionária que afundaria no caos toda a burguesia. A abertura de Jarpa procura encaminhar, com o auxílio dos partidos burgueses, um processo de "contra-revolução democrática".

A nomeação de Jarpa Reyes reflete também o fato que a cúpula militar e o imperialismo convenceram Pinochet de que a única maneira de permanecer no cargo consiste em outorgar a abertura. Foi assim que ele aceitou o diálogo com uma oposição que exige sua substituição mais ou menos imediata.

Sem a veemência da burguesia chilena agrupada no PRODEN e na AD, o imperialismo norte-americano também deseja a chamada "abertura política". O governo dos EUA sabe que o modelo pinochetista só pode





sobreviver por mais algum tempo se alterar alguns aspectos de seu estilo. Apoiando sem restrições o governo de Pinochet, em troca de que este instrumento uma retirada gradual que devolva aos partidos burgueses, e fundamentalmente à Democracia Cristã, um espaço importante na direção política do Estado.

Entretanto, o plano de abertura enfrenta vários elementos imponderáveis. O primeiro deles é a mobilização das massas, que querem a queda da ditadura, já. O segundo é que setores burgueses, mais ou menos falidos pela política de total entrega ao imperialismo adotada por Pinochet, julgam necessária sua renúncia mais ou menos imediata.

As graves divergências encontradas no seio da burguesia prendem-se, portanto, por um lado às diversas políticas diante do ascenso do movimento de massas e, por outro, à crise econômica que se desencadeou abertamente no começo deste ano.

### Para onde vai o Chile

Ao fim de dez anos de pinochetismo, *The New York Times* lamuriava-se no editorial de 16/8: "O governo de Pinochet age como se ainda estivesse em 1973 e só precisasse enfrentar a oposição da desacreditada esquerda. Neste meio tempo, a força da repressão eliminou os elementos mais radicalizados. Responder da mesma forma a uma oposição de base ampla corre o risco de produzir o efeito oposto, enfraquecendo os defensores de mudanças pacíficas e incentivando as alternativas mais radicais. Amargo paradoxo: ao não reconhecer que as circunstâncias são outras e ao insistir teimosamente na repressão, Pinochet corre o risco de deixar o Chile num estado muito semelhante ao que encontrou em 1973".

*The New York Times*, qualificado porta-voz da burguesia imperialista norte-americana, recorda à sua moda o ano crítico de 1973. Quando se refere à data na qual julga correta a repressão contra a "esquerda desacreditada", refere-se, é claro, ao último trimestre desse ano, depois do golpe de estado e dos massacres que se seguiram ao 11 de setembro. Porém, quando volta a falar nesse ano, para lembrar o Chile que Pinochet encontrou, refere-se às características de situação revolucionária vividas nesse país nos últimos meses do governo de Allende, quando o movimento de massas lutava por conservar a iniciativa, através dos "cordões industriais" e da mobilização massiva contra a frente burguesa que estava se homogeneizando conspirando o golpe.

O que o imperialismo teme é o surgimento de uma situação revolucionária, na qual o proletariado possa recompor suas forças e tomar a iniciativa, na atual conjuntura política, em que tudo se assenta em precários equilíbrios.

### Semelhanças e diferenças no Cone Sul

Existem hoje importantes semelhanças entre a situação chilena e a uruguaia. Embora num quadro mais convulsivo do que no Uruguai, o plano Pinochet-Jarpa tem em comum com o de seus colegas uruguaio o fato que, conservando em suas mãos importantes alavancas de poder, a negociação política com os setores burgueses de oposição permite aos militares estabelecer um calendário que levará à realização de eleições, a médio prazo, mas conservando um papel de primeira grandeza para as Forças Armadas. O COSENA (Conselho de Segurança Nacional) dos militares uruguaio terá, sem dúvida, um equivalente no projeto institucional a ser concordado para o Chile, se o ascenso de massas atualmente em curso não liquidar com Pinochet, como é provável.

Deve-se notar a diferença fundamental em relação ao processo argentino, onde, por algum tempo, as Forças Armadas terão que passar a segundo plano e onde a cúpula militar deverá passar por reajustes importantes. Essa diferença é determinada pela profundidade do descalabro do regime argentino e pela ofensiva revolucionária do movimento de massas.

O plano Jarpa-Pinochet contempla a passagem dos militares a segundo plano, mas conservando — através dos mecanismos da constituição pinochetista e de suas emendas — áreas de ingerência política de primeira grandeza.

A chave das diferenças entre as diversas "aberturas" do Cone Sul está no fator político qualitativo que separa o caso argentino daquele chileno e uruguaio. As Forças Armadas argentinas foram derrotadas pelo movimento de massas, que impôs uma nova situação a partir da anarquia da Junta Militar depois de sua capitulação nas Malvinas. Essa anarquia nos comandos militares não se observa no Chile nem no Uruguai. Isso explica, em boa medida, o fato que Pinochet, apesar da oposição do país inteiro, tenha conseguido conservar-se no poder, embora tendo que ceder em seu projeto de presidência vitalícia.

Uma semelhança importante entre os processos do Chile, Uruguai e Argentina é o papel de protagonista do movimento de massas, como propulsor da situação política. Menos profundo que na Bolívia, mas mais avançado que no Brasil, todos enfrentam inimigos idênticos.

Outra semelhança importante entre o Chile, a Argentina, o Uruguai e a Bolívia é o papel descomunal desempenhado pela hierarquia católica. Os bispos e cardeais transformaram-se, nos últimos anos, no eixo de todos os acordos institucionais destinados a preservar o regime político ou a corrigir ousadamente

sua fisionomia para salvaguardar o fundamental da dominação de classe da burguesia e do imperialismo. Basta ler as notícias diárias dos acontecimentos, neste momento de desenlaces em todos os países do Cone Sul, para encontrar a Igreja na primeira linha da "contra-revolução democrática", erigindo-se em salvadora de regimes políticos em crise, que solicitam seus bons ofícios para implementar a transição, salvaguardando a continuidade do regime burguês e semicolonial.

### Que programa levantar?

O regime pinochetista deixou o país em ruínas, e pretende perpetuar-se com uma constituição fraudulenta e autoritária, para salvaguardar os interesses do imperialismo. Não por acaso, é o governo que mais se empenha em cumprir rigorosamente os planos do Fundo Monetário Internacional.

Esse regime deve ser derrubado e o país reordenado com base na vontade soberana do povo chileno, que deve impor o direito de eleger uma Assembléia Constituinte livre e soberana, que reorganize a vida econômica e social do país em função dos interesses da nação diante da espoliação capitalista, e que garanta trabalho e vida digna aos trabalhadores chilenos. As mínguas liberdades democráticas que a ditadura começa a outorgar (volta de exilados, liberdade de imprensa, direito de existência dos partidos, fim do estado de emergência etc.) são dadas no marco da constituição pinochetista, que pretendem manter, no fundamental, com o apoio da burguesia de oposição, que hoje negocia com o regime. Concede-se o direito de reunião e de manifestação, para legalizar o que o governo já não consegue impedir. É isso que os políticos burgueses apresentam como um triunfo do diálogo.

Nossa posição irrenunciável é que todos os direitos democráticos devem ser garantidos por uma Assembléia Constituinte que substitua o regime militar. A palavra de ordem de queda da ditadura é condição prévia para a realização de eleições imediatas, livres e soberanas para eleger essa Constituinte. O diálogo com a ditadura equivale a trair as bandeiras levantadas pelas massas nas massivas jornadas de protesto. O sangue derramado, nos últimos dias, por um regime encurralado, não pode ser negociado — como não podem ser negociadas as milhares de mortes provocadas pelo golpe de 1973 — com os carrascos destes dez anos. A pilhagem do país não pode ser solucionada pelos responsáveis por sua ruína. As liberdades democráticas não podem ser bandeira comum com os que as liquidaram. O fim do medo, que faz prever o fim da ditadura de Pinochet, assegura, sem dúvida, que — como na Argentina e na Bolívia — vai acabar a ditadura militar.

# BARULHO DE PANELAS

O primeiro e massivo "dia de protesto" ao estilo chileno — luzes apagadas, buzinas e panelas batidas —, em Montevideu e nas principais cidades do interior do país, foi um verdadeiro plebiscito, demonstrando o repúdio total da população à ditadura militar uruguaia.

Enquanto os trabalhadores e o povo comemoravam assim o dia da Independência Nacional, 25 de agosto, os militares se encarregaram de reprimir todos os que levaram às ruas o seu protesto. Quatrocentos detidos, dos quais 48 permaneceram presos, e um jovem de 18 anos ferido, foram o saldo da repressão.

A jornada de protesto teve pleno sucesso. Depois de dez anos de ditadura que só lhes deu arrocho, desemprego e miséria, as massas trabalhadoras estavam dispostas a fazer-se ouvir e a demonstrar sua decisão: que se vayan ya.

Desde o dia 3 de agosto, quando o governo do general Alvarez baixou um decreto estendendo aos partidos reconhecidos — o Partido Colorado, o Partido Blanco e a União Cívica — a proibição de realizarem atividades políticas públicas, as manifestações de protesto vinham se sucedendo. Milhares de manifestantes nas principais avenidas, paralisação dos estudantes secundaristas, jejum, por 14 dias, de um grupo de sacerdotes e leigos nas sedes de várias paróquias e do SEPAJ (Serviço de Paz e Justiça) — essas ações receberam o apoio de toda a população.

Hoje mais do que nunca, o Uruguai está diante de um dilema de ferro: quem deve decidir sobre o futuro do país? Os militares e dirigentes políticos dos partidos tradicionais, que vêm dialogando há meses e que se arrogam o direito de decidir como e quando se dará a saída dos militares? Ou, pelo contrário, são as massas trabalhadoras que deverão decidir, de uma vez por todas, que governo querem?

Não é possível nenhuma saída "democrática" mediante negociações pelas costas do povo. O governo não deve permanecer mais tempo no poder. A situação exige a convocação de eleições imediatas para uma Assembléia Constituinte, visando a reorganizar o país e encaminhar soluções de fundo para todos os problemas.

Anahir Bravo

## Um país totalmente falido

"...o país está paralisado, não se compra nem se vende, não se cobra nem se paga, não se exporta nem se importa." São palavras de um artigo publicado a 16/12/82 no diário *Opinar*, de Montevideu, e que expressam a situação uruguaia.

A brutal crise econômica que sofre o país é a pior de toda a sua história. Os dez anos de ditadura elevaram a níveis insustentáveis a crise crônica da economia semicolonial uruguaia, entregando totalmente o país às garras do imperialismo.

Segundo cálculos da Direção Geral de Estatísticas e Censo, órgão oficial, o aumento do custo de vida, nos sete primeiros meses deste ano, ascendeu a 31,56%, enquanto o poder aquisitivo dos salários caiu cerca de 50% de 1972 a 1978.

Sabendo que a inflação, nos últimos doze meses, chegou a 46,57% (segundo a mesma fonte), que o índice de desemprego é superior a 14% e que a demanda de produtos de primeira necessidade caiu em cerca de 45% no último ano, podemos ter uma idéia do desespero que reina nos lares das famílias trabalhadoras uruguaias.

Essa terrível exploração combinou-se com a emigração, à qual foram empurrados milhares de trabalhadores, por problemas econômicos e/ou políticos. Calcula-se que cerca de 500 mil uruguaios estejam fora do país, embora os dados oficiais só reconheçam 300 mil (*La Semana de "El Día"*, 13/3/82). O pico mais elevado da emigração verificou-se em 1973 — ano do golpe de estado — e 1974, tornando-se mais lento a partir de então. Hoje, começa a haver um retorno, fenômeno que tem a ver com a deterioração da economia argentina, onde se concentrava o maior número de imigrantes. Para os uruguaios, só resta escolher "onde ir morrer de fome".

A dependência total do FMI elevou a dívida externa do país a 4 bilhões de dólares, uma das mais altas da América Latina, em relação ao número de habitantes.

Comentando os compromissos para este ano, o jornal *El Día* de 24/7/83 assinalava que era "surpreendente" que o governo os tenha assumido, pois superam 70% das exportações do país. E diz com total clareza: "A economia uruguaia não pode pagar 700 milhões de dólares da dívida em um ano, simplesmente porque não gera as divisas necessárias."

No dia 29 de julho, o ministro da Economia, Walter Lusiardo, assinou um contrato de refinanciamento da dívida e novos empréstimos que hipotecaram mais ainda o país aos bancos imperialistas. De um total de 869 milhões de dólares, 629 milhões referem-se apenas a amortizações



e juros com vencimentos a curto e médio prazo.

É por essa razão que o grito "FMI, fora daqui!", lançado pelos trabalhadores das estatais brasileiras, aponta o caminho da luta em comum que certamente seguirão os povos da América, para não pagar a dívida fraudulenta.

## 1980: tudo começou a mudar

A partir do triunfo eleitoral obtido, a nível nacional, no plebiscito de 1980, a classe operária e o povo uruguaio começaram a luta para chegar à derrota definitiva da ditadura. Os acontecimentos de agosto têm seus antecedentes nessa primeira vitória das massas. Porque, a partir daí, a realidade do país começou a mudar.

Tanto o imperialismo como as Forças Armadas entenderam que era necessário apelar para os partidos patronais, visando a uma "concertação" e a negociar com eles o que a população negara redondamente nas urnas: uma constituição legalizando os militares no poder.

Com esse objetivo, procuraram condicionar ao máximo a abertura democrática que foram obrigados a conceder, como medida preventiva para evitar a explosão social que vem se acumulando cada vez mais nestes últimos dez anos.

Os militares uruguaios querem salvar a instituição e permanecer no poder, tentando evitar por todos os meios, dialoguistas ou repressivos, o verdadeiro triunfo revolucionário que seria sua queda definitiva.

Para essa tarefa, têm contado com a colaboração dos dirigentes dos partidos tradicionais. Estes aceitaram o diálogo, oferecendo seus bons ofícios para alcançar a "institucionalização democrática" que, desde o começo, rejeita a participação da terceira força do país: a Frente Ampla, integrada pela Democracia Cristã, o Partido Comunista, o Partido Socialista e todos os demais partidos de esquerda.

Aceitando essas condições e alertando as Forças Armadas sobre os perigos que correm se a democratização não se concretizar, o Dr. Luiz María Sanguinetti, secretário geral do Partido Colorado, declara: "para avançar o processo de

institucionalização democrática, deve-se levar em conta que ele se apoia num tripé: o Partido Colorado, o Partido Blanco e as Forças Armadas. Se se pretender algo sem algum deles, a mesa cai, e uma nova e lamentável frustração se abaterá sobre os uruguaios." (*El Día*, 27/1/83).

Entretanto, as Forças Armadas pretendiam ter uma certa presença no governo, através do COSENA (Conselho de Segurança Nacional), e é precisamente isso que os trabalhadores e o povo rejeitaram claramente no plebiscito de 1980. Seria muito difícil, para os partidos tradicionais e o governo, fazer engolir essa manobra.

Assim, os partidos vêem-se obrigados a interromper o diálogo para o qual tanto se esforçaram.

Três dias antes do decreto de 3 de agosto, proibindo as atividades políticas, o dirigente *colorado* Sanguinetti assegurava, numa entrevista, sua disposição ao diálogo para que a retirada das Forças Armadas "seja feita em paz e com dignidade" (!). E deixava claro por quê e para quê assim a desejava: "As Forças Armadas precisam entender que não contam com a opinião pública, que a cada dia que passa estão mais isoladas e que o pior para elas, como instituição, é não se retirarem a tempo. Caso contrário, cairão em erros fatais, levadas pelas circunstâncias, e terão sua derrota das Malvinas. Nós não queremos as 'Malvinas' das Forças Armadas. Pelo contrário, aspiramos a uma saída honrosa, para que continuem sendo uma importante instituição do Estado, mas enquadradas na natural ordem republicana." (*El Día*, 31/7/83)

De Porto Alegre, no mesmo tom, Wilson Ferreira Aldunate, dirigente *blanco* cassado e exilado, declarou, quando da extensão das proscricções políticas: "mais do que nunca, é hora de fazer política", e defendeu "o diálogo e a negociação, como única forma de superar a atual crise." (*jornal Convicción*, de Buenos Aires, 7/8/83)

Os partidos políticos tiveram que interromper o diálogo, em 5/7/83, porque toda a população já se mostrava consciente de que assim se estava preparando, pelas costas, o continuismo da ditadura. Mesmo assim, o *colorado* Sanguinetti já manifestou sua esperança de reatar o diálogo.

Não há dúvida de que aprenderam a lição ministrada pelos políticos argentinos: era muito perigoso, para *blancos* e *colorados*, colocar-se na oposição... porque a mobilização dos trabalhadores passaria por cima deles.

Mas um novo personagem entrou em cena na política uruguaia, também seguindo o exemplo da Argentina e do papel desempenhado na Polónia: a Igreja Católica.

# Uma situação revolucionária

Eduardo Aponte Torres

Pela primeira vez em dez anos, ouviu-se a voz da Igreja uruguaia e de seus bispos, clamando pela paz e pela conciliação. "Faremos contatos diretos, não como árbitros da situação, e sim como amigos de todos e para que todos sejam amigos..." Assim os bispos se entrevistaram com o general Alvarez e pretendem fazer o mesmo com os políticos.

Os acordos que os dirigentes políticos não puderam fazer diretamente, são assumidos pela Igreja, que oferece seus esforços para o "diálogo", o "consenso" e o "perdão", numa "autêntica reconciliação".

Hoje, os bispos elevam a voz, com "profunda preocupação e sensibilidade". nestes dez anos, enquanto mais de 5 mil pessoas foram presas, enquanto combatentes operários e estudantes foram reprimidos, torturados e mortos, enquanto o país estava sendo sangrado e afundado na miséria, a Conferência Episcopal guardou o mais completo silêncio. Agora que o poder das Forças Armadas começa a cambalear, saem em auxílio do regime, como fizeram na Argentina, na Polônia e na América Central.

Tanto os políticos *colorados* e *blancos* como os bispos uruguaiaos têm a oportunidade de demonstrar se estão realmente a favor da democracia no país, chamando a lutar pela anistia (que, é claro, tem no Uruguai um sentido completamente diferente do que na Argentina, onde os militares procuram auto-anistiar-se com uma enganosa lei de absolvição). Lutar para exigir a liberdade de Sencic, Seregni, Massera e todos os presos políticos e sindicais, para impor a volta de Ferreira Aldunate e de todos os exilados, para obrigar a eliminação das cassações e exigir investigações que estabeleçam **toda a verdade** sobre L. Duarte e todos os combatentes desaparecidos.

Mas isto não basta. É necessário colocar claramente o desastre que seria, para as massas trabalhadoras uruguaia, um acordo de bastidores para negociar o futuro do Uruguai.

## Por uma Assembléia Constituinte livre e soberana

O governo militar e os partidos políticos, junto com a Igreja uruguaia, estão dedicando todos os seus esforços à tão desejada "concertação em paz".

Mas nem a boa vontade dos Sanguinetti e Tarigo (*colorados*), dos Pivel Devoto e García Gosta (*blancos*), nem o "perdão" ou a "conciliação" conclamados pelos bispos, poderão servir à democratização do país.

Os socialistas revolucionários uruguaiaos chamam as organizações operárias e populares a concretizar um **plano de mobilizações**, único caminho para derrubar a ditadura e quebrar as falsas ilusões despertadas pela farsa do diálogo montado pelos partidos burgueses e pelas Forças Armadas.

Os setores políticos que quiserem concordar com os trabalhadores nesta reivindicação democrática devem abandonar sua linha colaboracionista com a ditadura, e demonstrá-lo exigindo a **imediate saída dos militares e a realização de eleições livres e imediatas, sem presos, desaparecidos, cassados ou exilados**. De nossa parte, não temos nenhum tipo de ilusão nas camarilhas burguesas partidárias do diálogo, nem nos que orientam sua política a partir das manobras destas.

Exigimos uma **Assembléia Geral Constituinte** para reorganizar totalmente o país e chegar às soluções que o povo deseja para os problemas que está suportando.

Nessa luta pela Assembléia Constituinte, os ativistas operários e populares vão formar o partido revolucionário que seja a garantia de dirigir essa mobilização permanente até conquistar um governo operário e popular que comece a construir o Uruguai socialista.

Por mais censura e repressão que pretenda baixar, hoje, a ditadura em crise, não conseguirá obter a estabilidade desejada. Os militares já esgotaram suas possibilidades de manobra e é muito difícil que se sustentem por muito tempo. Além disso, o processo uruguaio está ligado por mil vínculos ao ascenso revolucionário em todo o Cone Sul.

Assim como os partidos burgueses se unem para deter a revolução em marcha, os povos da América Latina se unirão na luta, até conquistar uma grande Federação de Repúblicas Socialistas.

No dia 3 de outubro de 1982, Siles Suazo foi eleito presidente da Bolívia. Sua eleição foi consequência de uma longa luta travada pelos trabalhadores e povo boliviano contra a ditadura militar. No dia 19 de julho, o governo fora assumido por aquele que seria o último presidente militar da ditadura, Guido Vildoso. Durante os meses de julho, agosto e setembro, as mobilizações, greves e manifestações foram aumentando até chegarem a abarcar o conjunto dos trabalhadores, camponeses, estudantes e amplos setores da classe média que se opunham ao governo militar.

A partir do dia 2 de setembro, quando a Central Obrera Departamental de Cochabamba (Central Operária da cidade de Cochabamba) decretou greve geral, as fábricas, as minas, os sindicatos e as outras centrais departamentais foram se juntando, culminando no dia 17 de setembro, quando a COB — Central Operária Boliviana convocou a greve geral por tempo indeterminado, até que o poder fosse entregue "**aos candidatos mais votados nas eleições de 1980**" (últimas eleições, ignoradas pelos militares).

No dia seguinte, frente à onda incontrolável de mobilizações, o governo militar não pôde fazer outra coisa senão convocar o parlamento eleito em 1980, que por sua vez sagrou a fórmula presidencial formada por Siles Suazo e Paz Zamora.

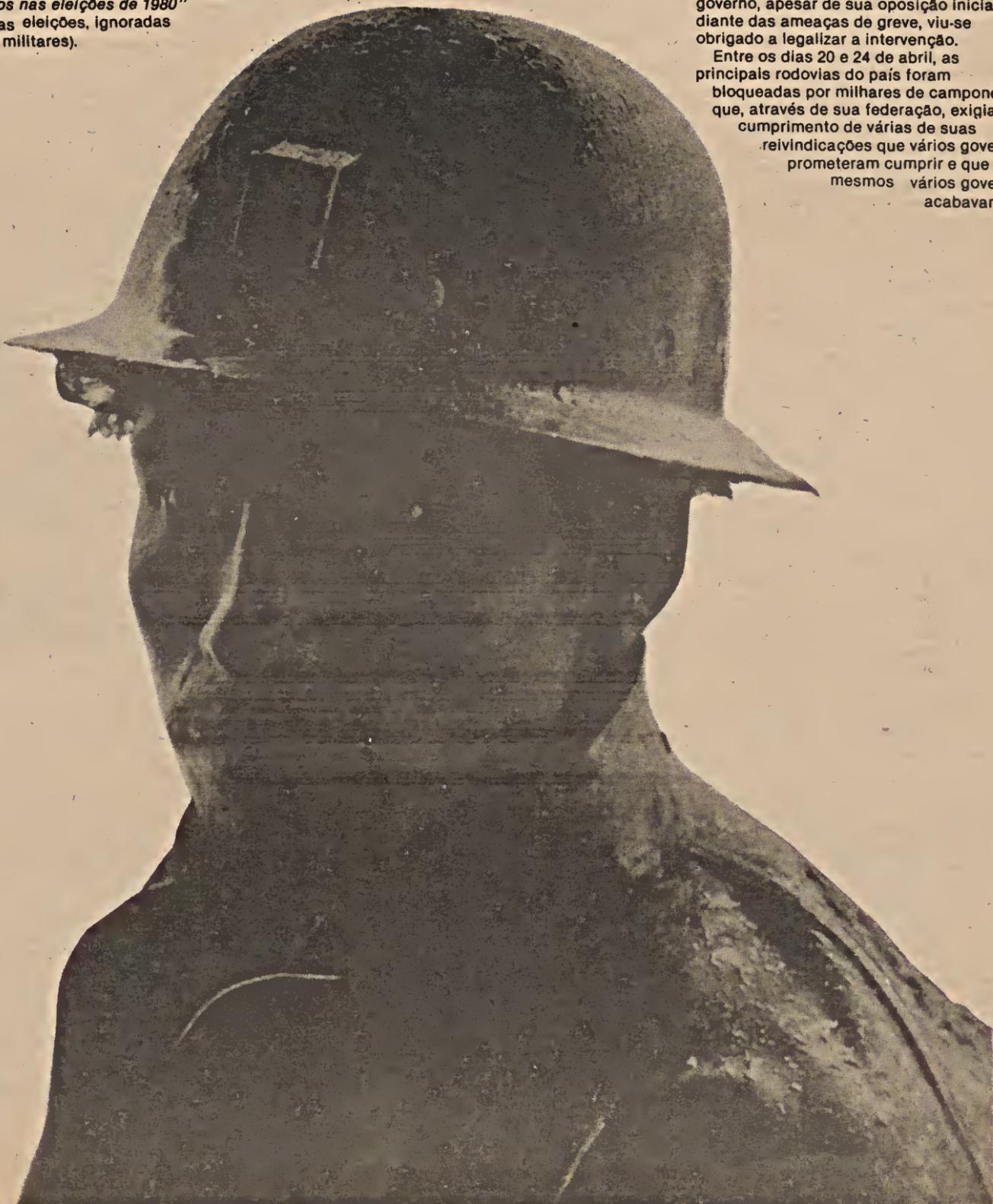
Apesar de serem recebidos por centenas de milhares de manifestantes, que esperavam que governassem para aqueles que com suas lutas haviam possibilitado que chegassem ao poder, estes novos governantes não estavam a serviço dos trabalhadores. Sua nomeação era fruto de um acordo entre a maioria dos setores do patronato boliviano e do imperialismo, que viam no governo eleito o único que poderia fazer as massas bolivianas engolirem o amargo prato da austeridade para, dessa forma, poderem pagar as enormes dívidas contraídas com o Fundo Monetário Internacional e os bancos mundiais. No dia 6 de novembro, cumprindo com o esperado, Siles Suazo decretava um "pacotão" econômico, que significava uma importante diminuição

no já bastante rebaixado nível de vida dos trabalhadores bolivianos.

Ainda que o governo conte com a inestimável colaboração do Partido Comunista Boliviano (PCB) e da burocracia sindical dirigida pelo eterno Juan Lechin Oquendo, os operários e camponeses — mesmo isolada e desorganizadamente — não cessaram sua luta contra a austeridade.

No início de abril deste ano, em consequência de uma greve dos altos funcionários da COMIBOL (Corporação Mineira Boliviana), que já entrava em seu 16º dia, a burocracia aticou os operários contra os grevistas, acusando-os de paralisar a produção e a assistência aos trabalhadores. O resultado foi oposto ao esperado: os mineiros ocuparam as minas e fizeram com que estas começassem a produzir. Diante da incapacidade do governo para retomar o controle da situação, a burocracia da COB teve que agir, e no dia 19 de abril interveio na COMIBOL colocando-a sob controle operário. O governo, apesar de sua oposição inicial e diante das ameaças de greve, viu-se obrigado a legalizar a intervenção.

Entre os dias 20 e 24 de abril, as principais rodovias do país foram bloqueadas por milhares de camponeses que, através de sua federação, exigiam o cumprimento de várias de suas reivindicações que vários governos prometeram cumprir e que estes mesmos vários governos acabavam por



esquecer. Os quatro dias de bloqueio foram suficientes para que várias das medidas exigidas fossem aprovadas.

Estes dois fatos marcam o aparecimento do poder dual no cenário político boliviano: um governo que não pode se impor, os mineiros que governam nas minas, os camponeses que governam nas rodovias. Esta situação de duplo poder, um governo burguês e as massas controlando diversos setores, deve ser resolvida em pouco tempo, em um ou outro sentido.

Neste número de Correio Internacional, apresentamos dois documentos sobre a atual situação e as tarefas que se apresentam aos socialistas revolucionários diante da crise revolucionária.

1. A partir da intervenção mineira na COMIBOL e do bloqueio camponês, em abril de 1983, o processo revolucionário aberto com a derrota de Vildoso no segundo semestre de 1982 entra em sua segunda fase, caracterizada pelo surgimento do poder dual institucionalizado, que se expressa nos conselhos de administração nas minas e de forma mais ampla, na COB e na CSUTCB — Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia.

2. O governo frente populista de Siles Suazo, sem perder seus traços de unidade nacional, adquire um caráter krenkista crônico.

3. O imperialismo norte-americano, a burguesia e as forças armadas bolivianas, ainda que acentuem suas críticas e exigências, mantêm o apoio ao governo de Siles, ao mesmo tempo de começaram a pensar em outras alternativas de mudança, sem que tenham, até o momento, decidido por alguma delas. Entre as possibilidades alternativas, descartamos no momento um golpe "à la Pinochet", que seja vitorioso, principalmente por causa da crise das forças armadas e da ausência de uma base social de apoio. As opções que a burguesia e o imperialismo discutem passam, fundamentalmente, por um "golpe constitucional" ou por uma substituição "legal" do presidente Siles. São peças centrais destes planos, Paz Estenssoro e seu partido.

4. A intervenção mineira na COMIBOL produziu uma divisão e crise na burocracia sindical. O setor de Lechin se fortalece relativamente ao se colocar como defensor da intervenção, enquanto que o setor sindical do PC entra em crise pelo fato de se alinhar com Siles. A política de Lechin busca, por um lado, evitar que uma mobilização da base mineira escape ao seu controle, e por outro lado, busca aplainar o caminho para uma possível ascensão ao poder de Paz Estenssoro, ainda que tomando muito cuidado para não ficar publicamente comprometido com esta possível saída.

5. Como produto da ação nefasta do PC e da burocracia sindical e da traição do revisionismo pablista desde a revolução de 1952, o proletariado boliviano involuiu em sua consciência política. Atualmente, existe um desenvolvimento desigual e uma contradição entre sua consciência — que faz com que apoie um governo burguês frente populista como o de Siles Suazo — e suas ações revolucionárias — que abalam a cada dia que passa os cimentos deste mesmo governo. O proletariado boliviano poderá recuperar seu alto grau de consciência política, somente com o surgimento e desenvolvimento de um verdadeiro partido socialista revolucionário, que ganhe influência de massas. No entanto, as vitórias operárias, conseguidas graças à luta e às mobilizações, serão sucessivamente desmontadas ou congeladas pela ação da burocracia sindical e do reformismo.

6. Ao contrário do proletariado, o campesinato progrediu em sua consciência e mobilização em relação à situação que começou a viver, uma vez que conseguiu a reforma agrária. Grandes setores do campesinato romperam politicamente com o nacionalismo e com a tutela militar, constituindo suas próprias organizações camponesas e, ao mesmo tempo, estão recuperando suas formas tradicionais de combate, de estreita aliança com o movimento operário, superior inclusive ao que ocorreu antes da revolução de 1952.

De qualquer forma, esta favorável evolução política do campesinato, devido à sua condição de classe (pequenos proprietários), é limitada e instável. A revolução socialista boliviana será acaudilhada pelo proletariado e seu partido revolucionário ou não fará uma revolução vitoriosa.

7. O primeiro ponto e eixo central da política dos socialistas revolucionários para a revolução boliviana é: Todo poder à COB e à CSUTCB!

Todas as demais palavras-de ordem que sejam levantadas devem girar em torno deste problema geral. Se não for assim, todas e cada uma delas perderiam seu papel revolucionário. Esta palavra-de ordem de poder deve se ajustar e se concretizar a cada momento da luta de classes. Todo poder à COB e à CSUTCB não é somente a formulação da palavra-de ordem de um governo operário e camponês para a Bolívia, é uma tática para demascarar a burocracia e os aparatos contra-revolucionários.

8. O segundo ponto da política socialista revolucionária na Bolívia, é a colocação de proposições concretas para a mobilização:

Apoiar e defender a intervenção mineira na COMIBOL, estendendo-a aos setores da economia estatal!

Controle operário na empresa privada!  
Salário mínimo vital com escala móvel!  
Contra os pacotes fundomonetaristas do governo, impor através da mobilização o plano econômico da COB, que contempla: não pagamento da dívida externa; nacionalização dos bancos e da agro-indústria; monopólio do comércio exterior; reverter ao estado as concessões petrolíferas da Ocidental, do Tesouro, etc!.

Expropriação dos transportes e eliminação dos intermediários para outorgar preços justos aos camponeses, sem afetar o consumidor!

Salários para os soldados, iguais aos salários dos trabalhadores, às custas dos sobre-salários dos oficiais, coronéis e generais; contra as castigos e sanções; pelo direito à livre difusão de idéias no interior da base do exército!

Pela organização de comitês de auto-defesa nas organizações sindicais, de bairros e camponesas, contra os grupos paramilitares e contra qualquer tentativa de golpe!

Pela realização de uma Conferência Extraordinária da COB e da CSUTCB para se discutir e aprovar uma proposta política e econômica frente à atual conjuntura, para ser aplicada pelo governo da COB e da CSUTCB!

9. O terceiro ponto da política socialista revolucionária na Bolívia é a solidariedade com a Nicarágua, frente ao ataque militar dos contrarrevolucionários e do imperialismo norte-americano; a solidariedade com os combatentes salvadorenhos e com os trabalhadores poloneses que lutam contra a sinistra ditadura de Jaruzelsky.

10. Amplos setores das massas bolivianas consideram que o parlamento não deixa Siles governar. Ao mesmo tempo, setores burgueses levantam a bandeira do parlamento ou de novas eleições, para tentar jogar água no moinho que possa trabalhar em direção a um possível golpe "constitucional". Diante destes dois fatos, os socialistas

## Observações ao documento

Quero colocar algumas observações ao documento sobre a situação boliviana, com o qual estou de acordo no geral.

Em primeiro lugar, insisto no fato de que a grande palavra-de ordem para colocar hoje em dia, o problema do governo na Bolívia é: "Queremos Lechin e Flores no Governo!" ou "Governo para Lechin e Flores!", ou alguma outra variante parecida. Ao não fazer isso, cometemos não só um erro político no terreno de precisar as palavras-de ordem para a agitação, mas também um erro teórico, que debilita toda nossa política.

Este erro tem sua origem na falsa afirmação que diz que "Todo poder à COB e à CSUTCB" é somente uma formulação de palavra-de ordem de um governo operário e camponês para a Bolívia". Trocando em miúdos, "Todo poder à COB e à CSUTCB é uma concretização direta da ditadura do proletariado e não do governo operário e camponês.

O objetivo central da tática do governo operário e camponês é exigir das direções políticas reconhecidas pelo movimento operário, que rompam com a burguesia e tomem o governo. Ao contrário, "Todo poder à COB", é uma colocação para que as organizações de massas do movimento operário — não uma corrente a nível político, mas todo o movimento operário — tomem o poder.

De acordo com o meu ponto de vista, a partir desta confusão teórica, surge a negativa para se levantar a palavra-de ordem de "Governo de Lechin e Jenaro Flores" para aplicar todo o programa da COB e da central camponesa. Esta sim, é uma exigência direta à direção oportunista e burocrática do movimento operário para que tomem o governo, rompendo com a burguesia. Esta é a verdadeira aplicação da tática do "governo operário e camponês".

Também a colocação feita no ponto 10, de que a "COB e a CSUTCB apresentem seus próprios candidatos eleitos pela base" é uma formulação perigosa, porque não deixa claro se defendemos o poder para as organizações operárias e camponesas ou o governo operário e camponês das direções reconhecidas. Para se aplicar corretamente a palavra-de ordem de governo operário e camponês, temos que começar por precisar quem são os grandes dirigentes ou partidos das massas bolivianas. Qual é a corrente e os líderes que indiscutivelmente dirigem os operários e camponeses para exigir que eles rompam com a burguesia e tomem o poder. Esta precisão permite colocar não só em geral, que o poder do Estado tem que ser tomado pelas grandes centrais que representam a classe operária e o camponês,

mas a política bem concreta de exigir que os dirigentes reconhecidos rompam com a burguesia, em primeiro lugar como uma forma de mostrar aos trabalhadores que estes dirigentes traem, e só excepcionalmente, para conseguir que estas direções rompam com os exploradores e avancem no processo revolucionário.

Ao não se levantar a palavra-de ordem de "governo de Lechin e Jenaro Flores", cometemos o grave erro de abandonar a perspectiva do governo operário e camponês. A não ser que tenhamos uma análise diferente sobre a atual relação entre as massas bolivianas e seus dirigentes. Por exemplo, se defendemos que a direção indiscutível do movimento operário boliviano é o partido comunista, então temos que defender a ruptura do PC com o governo de Siles Suazo para que, apoiado na COB e no movimento camponês, o secretário do PC e Jenaro Flores tomem o poder, ou que o PC juntamente com o COB e a CSUTCB tomem o poder.

Qualquer que seja a proposta, esta tem que se corporizar, tornar-se real, dizendo claramente quem são aqueles que devem tomar o poder. Isso, para que fique claro diante dos olhos das massas quem são aqueles que se negam a tomar o poder. Concretamente, se não é Lechin, quem deve tomar o poder? O secretário geral do PC? Um militante de base da COB que é adorado pelo movimento operário?

Por detrás desta discussão que parece tão simples, e que coloca o documento em uma posição aparentemente sectária em relação a Lechin e Flores, na verdade se esconde uma posição mais profunda, oportunista: cedemos aos partidos e líderes que estão apoiando o governo de Siles.

O documento, ao se negar a levantar a palavra-de ordem de "Lechin ao governo", cede às pressões do PS-1, do PC e do MIR, que criticam Lechin como burocrata, direitista, como agente de Paz Estenssoro, mas não dizem nada sobre seus próprios líderes e partidos que são tão nefastos quanto Lechin.

Queremos obrigar todos, Lechin, os dirigentes do PC, do MIR, e do PS-1 a tomarem o poder, a derrotarem Siles Suazo, por ser um governo burguês e a romperem com os exploradores para iniciarem uma nova etapa no desenvolvimento da revolução. Se não dissermos nada de concreto de Lechin e dos principais dirigentes dos trabalhadores, camponeses e seus partidos, estaremos, hoje em dia, favorecendo de fato os partidos que estão apoiando o governo de Siles Suazo.

K.G.

revolucionários podem dar a seguinte resposta: "Companheiros, muitos de vocês acreditam que o parlamento de direita é que não deixa que Siles governe de acordo com os interesses dos trabalhadores. Nós acreditamos que Siles não governa de acordo com os interesses dos trabalhadores porque o próprio Siles está intimamente ligado à burguesia e ao imperialismo norte-americano e a este parlamento que o elegeu. No entanto, não desejamos fazer nada sem vocês. Por isso, propomos levar adiante uma poderosa mobilização para acabar com este parlamento direitista e convocar imediatamente uma Assembléia Constituinte, para que esta elabore uma nova Constituição que esteja a serviço dos trabalhadores. Uma Constituição que estabeleça o não pagamento da dívida externa, que consagre o salário mínimo vital e móvel às custas da nacionalização das empresas mineiras médias, dos bancos e da agro-indústria. Uma Constituição que elimine os intermediários dos transportes agrícolas. Vocês ainda acreditam em Siles Suazo, por isso, não

vamos chamar a que este seja derrubado imediatamente. Porém, contra a proposta da direita, de eleições, para que seu projeto golpista seja encoberto, nós chamamos a convocação de uma Assembléia Constituinte, para que todo o país seja reorganizado, de acordo com os interesses dos trabalhadores. Aos partidos do governo que sistematicamente criticam o parlamento, nós diremos: convoquem uma mobilização para acabar com este Parlamento e convoquem uma Assembléia Constituinte!

Desde já, deixamos bem claro, na convocação de uma Assembléia Constituinte, nós chamaremos a COB e a CSUTCB a apresentarem seus próprios candidatos eleitos pela base, para que eles tomem o governo. Somente uma Constituinte majoritariamente composta por representantes da COB será capaz de votar uma Constituição a favor dos trabalhadores. Para nós, os problemas dos operários, dos camponeses e das massas exploradas da Bolívia, só serão solucionados quando a COB e a CSUTCB assumirem o governo."

Este artigo de Jan Poliansky foi escrito em julho de 1983 — portanto, antes do recuo das tropas de Israel no Líbano, da renúncia do primeiro-ministro israelense Menachem Begin, do conflito entre drusos e maronitas em Beirute, provocando a intervenção direta das forças imperialistas. Entretanto, ele permanece válido para a compreensão do heróico combate do povo palestino e da situação geral do Oriente Médio, uma das regiões mais explosivas do planeta.

# QUARENTA ANOS DE LUTA DO POVO PALESTINO

A rebelião de parte da direção da Al Fatah contra Yasser Arafat trouxe novamente à baila a OLP e todo o movimento nacional palestino. Os rebeldes — que, entre outras críticas à direção de Arafat, manifestaram-se contra o plano de paz de Reagan — estão recebendo um apoio descomunal da Síria, que chegou a expulsar Arafat de Damasco e a atacar com tanques as posições leais ao dirigente expulso. A operação síria parece visar a obter, de algum modo, um acordo ou *statu quo* com o sionismo, às custas dos direitos do povo palestino. Apesar dos avanços e retrocessos, a luta do povo palestino se mantém, como demonstra agora o surgimento de um novo foco de resistência ao imperialismo norte-americano e ao exército sionista, com a Frente Nacional de Resistência Libanesa.

## 1948: a diáspora palestina

A declaração de independência do Estado de Israel, a 14 de maio de 1948, foi consequência da política de vários imperialismos, de características diversas, e da política de um estado operário burocratizado.

A derrota do império otomano na guerra de 1914 permitira aos últimos impérios coloniais, França e Inglaterra, repartir entre si, com base no tratado Sykes-Picot (1916), a quase totalidade do mundo árabe, criando fronteiras artificiais de acordo com suas conveniências.

A execução de seis milhões de judeus europeus pelo imperialismo fascista alemão, durante a Segunda Guerra Mundial, justificou aos olhos do mundo o velho sonho sionista de construir um estado judeu na Palestina. Todos os imperialismos "democráticos", a começar pelo novo imperialismo hegemônico, os EUA, apoiaram — não só em palavras mas também materialmente — essa idéia. Tratava-se de criar uma ponta-de-lança da "civilização ocidental" contra o nascente nacionalismo árabe, e de garantir a presença imperialista no Oriente Médio, uma região importante não apenas por seus recursos energéticos como por constituir a fronteira meridional soviética.

A burocracia soviética votou a favor da resolução da ONE que sancionava a partilha da Palestina, viabilizando a fundação do Estado de Israel. Quase toda a esquerda mundial, chocada com a barbárie nazista, saudou tal resolução. Somente a débil voz dos trotsquistas nucleados na Quarta Internacional opôs-se, desde o princípio, à partilha e à constituição do estado sionista, denunciando-a como manobra do imperialismo e da burocracia da URSS, às custas dos direitos do povo palestino.

Durante o ano de 1948, Israel levou a cabo sua "guerra de independência", que consistiu em expandir as fronteiras designadas pela resolução da ONU, enfrentando os exércitos árabes, mal armados e pouco dispostos à luta. Acima de tudo, o objetivo da guerra consistiu em expulsar centenas de milhares de árabes que viviam ali há séculos, ocupando suas terras e destruindo suas aldeias. Na noite de 9 de abril de 1948, o Irgun — a organização paramilitar do atual primeiro-ministro israelense Menachem Begin —,

para "libertar" a pequena aldeia árabe de Deir Yassin, não viu inconveniente em massacrar quase todos os seus 400 habitantes. Assim, por meio do terror direto e de ameaças, dos 740 mil árabes que viviam na Palestina antes da constituição do Estado de Israel, apenas 170 mil permaneceram dentro das fronteiras do novo país.

Deve-se destacar também que a política dos estados árabes, apesar de enfrentar militarmente o sionismo, não estava orientada — algo que se transformou em suas constante histórica — em defesa dos direitos do povo palestino, particularmente de sua aspiração nacional de constituir seu próprio estado.

Como mencionamos acima, a resolução da ONU previa a partilha da Palestina para constituir dois estados, um judeu e outro árabe. Embora o estado sionista tenha avançado além das fronteiras previstas, não ocupou nem a *faixa de Gaza* nem a *Cisjordânia*, onde ficou concentrada a maior parte da população palestina. No entanto, o Egito tratou de anexar a faixa de Gaza e a monarquia hashemita da Jordânia incorporou a seu território a rica província cisjordaniense, ambos sem deixar de proclamar os "direitos inalienáveis do povo palestino".

## A guerra de 1956: as primeiras organizações

A expulsão de 1948 significou uma tremenda derrota para o povo palestino, derrota legalizada pelo sionismo e pelos próprios estados árabes em 1949, com o tratado de armistício de Rodes, onde o máximo que se chegava a afirmar era a necessidade de "uma solução definitiva para a questão palestina".

Em 1955-56, o exército israelense efetuou vários ataques contra Gaza, em represália — segundo as autoridades israelenses — a incursões terroristas sob direção egípcia. Quando, em 1956, o presidente egípcio Gamal Nasser nacionalizou o canal de Suez — na época uma rota fundamental para o abastecimento de petróleo do Golfo Pérsico para a Europa —, o exército

sionista, junto com os da França e Inglaterra, ocuparam durante dois meses a região do Sinai, controlando o canal.

Esses fatos violentos sofridos na própria carne por toda uma geração de palestinos, que ainda eram crianças quando da expulsão de 1948, ajudou a acender a chama de seu sentimento nacional. Assim, em dezembro de 1956, Yasser Arafat, um jovem engenheiro nascido em Jerusalém e educado na universidade do Cairo, fundou junto com outros jovens, em Gaza, uma organização que, três anos mais tarde, adotaria o nome de Al Fatah ("a conquista").

Depois de ficar vários anos sob controle egípcio — durante os quais o nasserismo utilizou os palestinos em proveito de sua própria política — a organização transferiu-se para o Kuwait, onde vivia uma importante comunidade palestina, obtendo grande influência nos setores de sua média e pequena burguesia, cujos anseios nacionais expressava.

Quase ao mesmo tempo, em Amã, capital da Jordânia, um pediatra de trinta anos, George Habashe, fundou o Movimento dos Nacionalistas Árabes. A repressão governamental obrigou-o a refugiar-se na Síria, onde seu movimento continuou atuando na clandestinidade.

A 28 de maio de 1964, a partir de um acordo entre os movimentos palestinos e os países árabes, reuniu-se em Jerusalém o primeiro Congresso Nacional Palestino. Seu objetivo era "a abolição do estado sionista de Israel e a constituição de um estado palestino laico e democrático, onde pudessem conviver árabes, judeus e cristãos." Esse congresso possibilitou a centralização da resistência palestina e a fundação da OLP — Organização para a Libertação da Palestina.

Apesar de seu apoio formal à causa palestina, a monarquia jordaniana, encabeçada pelo rei Hussein, cuidou de não intervir em defesa das aldeias fronteiriças onde se situavam as bases palestinas, contra os ataques israelenses levados a cabo em 1965-66. Pelo contrário, Hussein reprimiu duramente as manifestações palestinas em Nablus, Hebron, Ramallah e Jerusalém, que reclamavam armas para defender-se das

agressões sionistas. Em fins de 1966, a Jordânia rompeu com a OLP.

## A OLP, uma organização quase estatal.

A "guerra dos seis dias", empreendida pelo sionismo em junho de 1967, mais uma vez com a desculpa de defender-se de ataques terroristas executados através das fronteiras por grupos palestinos, resultou numa nova e esmagadora derrota para os exércitos árabes. As tropas israelenses acabaram ocupando os territórios reservados ao estado palestino, (segundo a resolução da ONU de 1947) e ainda toda a península do Sinai (do Egito) e as colinas de Golã (da Síria). Para os setores mais extremistas do sionismo, isso era apenas o primeiro passo para o "Grande Israel", que iria estender-se desde Suez até o Eufrates (Irã).

Nos meses seguintes à derrota, o movimento palestino, consciente de que não podia contar com grande ajuda dos estados árabes, decidiu empreender uma luta de fôlego contra o ocupante sionista, e concretizou a organização de tipo nacional esboçada no congresso de 1964: um Conselho Nacional que equivale a um parlamento, com representação proporcional para os diversos grupos; um Comitê Central eleito pelo Conselho Nacional, e um Comitê Executivo, com encarregados de vários setores, que faz o papel de gabinete. Por outro lado, com o passar dos anos, foram sendo instalados, em vários países, escritórios de representação que equivalem a embaixadas. Deve-se observar que boa parte dos gastos dessa maquinaria estatal, bem como do aparato militar, correram por conta da Arábia Saudita e de outros estados petrolíferos do Golfo, que pretendiam usar a OLP como carta de negociação com o imperialismo. Quanto à estrutura estatal, esta chegou a tal nível, nos últimos tempos, que um dos argumentos dos rebeldes da OLP, manifestado por seu dirigente Abu Massa, é que Arafat construiu uma estrutura mais burocrática que a de qualquer país subdesenvolvido.

É a partir de 1967 que o mundo começa a saber um pouco mais do povo palestino e a reconhecer sua existência. Desde então, as resoluções da ONU não podem deixar de mencioná-lo.

## Setembro negro

Devido à alta porcentagem de população palestina, bem como à sua situação geográfica, vizinha aos territórios ocupados, densamente povoados, a resistência palestina escolheu como base de operações a região junto ao rio Jordão, na Jordânia.

Das aldeias fronteiriças, organizavam-se ataques contra Israel. A necessidade de defender-se e de defender a população das aldeias contra as represálias foi transferindo para a OLP o governo de fato de vastas áreas da Transjordânia. Em 1970, a OLP contava com 40.000 membros organizados, e seus ataques aumentavam dia a dia. Isso constituía uma dupla ameaça para a monarquia jordaniana: por um lado, os contínuos *raids* sionistas de represália mantinham o país em estado de guerra quase permanente. Por outro lado —



e muito mais grave para a monarquia hashemita — a OLP atuava, de fato, como direção local para a maioria dos problemas da população palestina da região da Transjordânia e, fundamentalmente, dirigia o aspecto básico: as tarefas militares de defesa e ataque ante o exército israelense, estabelecendo uma situação quase de duplo poder (o poder central da monarquia jordaniense e o da OLP), o que questionava a permanência da monarquia em todo o país.

Ante essa situação extrema, o rei Hussein optou pela violência. Após enfrentamentos entre as tropas Jordanianas e palestinas em fevereiro de 1970, sem vitória para nenhum dos lados, em setembro do mesmo ano foi montado um ataque massivo contra as bases da OLP. O massacre resultou na morte de milhares de pessoas e na quase destruição da OLP como organização.

A Síria condenou verbalmente a violenta repressão jordaniana, mas sem intervir em defesa do povo palestino. O presidente do Egito, Nasser — que, como Hussein, aceitara dois meses antes, os primeiros passos do "plano Rogers" (secretário de Estado dos EUA), abrindo caminho para o reconhecimento de Israel — respirou aliviado ao ver desaparecer o obstáculo mais importante à efetivação do acordo. Essa situação fez com que o exército de ocupação sionista na Cisjordânia, cuja conduta para com a população árabe baseava-se na ameaça, repressão e tortura, aparecesse como um "salvador humanitário". Efetivamente, a barbárie das tropas beduínas de Hussein fez com que muitos combatentes palestinos cruzassem o rio Jordão, preferindo o cárcere sionista a perder a vida nas mãos do exército jordaniano.

Mais uma vez, os interesses "nacionais" das burguesias de cada país sobrepujaram-se aos interesses nacionais do conjunto do povo palestino, às custas de muitas mortes e de um novo exílio.

## A guerra de 1973 e a resistência em Israel.

A "guerra de Iom Kipur", desencadeada em outubro de 1973 pela Síria e Egito contra Israel, mostra claramente a política dos estados árabes em relação ao povo palestino. A Jordânia limita-se a observar as hostilidades, sem participar, desfrutando da paz "de fato" obtida com Israel a partir do esmagamento da OLP. Por outro lado, embora os governos sírio e egípcio falem de boca cheia reivindicando os direitos do povo palestino, na verdade empreendem a guerra visando a recuperar, pelo menos em parte, os territórios ocupados pelo sionismo e poder chegar a um acordo com este em condições menos humilhantes. Apesar das vitórias árabes iniciais, a máquina militar sionista impede-lhes nova derrota, ocupando mais alguns territórios. Deve-se notar que as forças da OLP participaram dos combates, mas condicionadas ao controle total dos comandos sírios.

Enquanto isso, os anos de ocupação, particularmente da Cisjordânia, bem como o estabelecimento de colônias judias na região, obrigaram o estado sionista a levantar as barreiras alfandegárias vigentes nas antigas fronteiras. A maioria dos setores da população palestina da região melhorou sua situação econômica: a pequena e média burguesia, através do comércio de produtos da região com Israel; os operários e camponeses, trabalhando, durante o dia, do outro lado da antiga fronteira. É claro que essa melhoria na situação econômica foi acompanhada de humilhações maiores, controles policiais, detenções arbitrárias etc.

A fim de normalizar a situação e ir impondo, de fato, a anexação, e contando com esse relativo bem-estar da população, o governo sionista autorizou a realização de eleições municipais nas cidades árabes, acreditando que seriam eleitos prefeitos e conselhos (câmaras municipais) "moderados". O resultado foi oposto a tais expectativas: a cada eleição, elegiam-se pessoas cada vez mais identificadas com a OLP. A resposta sionista foi a destituição dos eleitos, atentados, exigência de residência obrigatória numa cidade, prisões. Essa política provocou uma radicalização cada vez maior das massas palestinas da Cisjordânia e sua identificação com a OLP, como representante de suas aspirações nacionais.

## Os acordos de Camp David

Depois da derrota de 1973, a burguesia egípcia chegou à conclusão de que não poderia solucionar militarmente sua relação com o sionismo, mas que era necessário acabar com o estado de guerra, a fim de ampliar a margem para solucionar a crise econômica, cada vez mais sufocante. Assim, em 1977, Sadat, sucessor de Nasser na presidência do Egito desde a morte deste em 1970, vai, de surpresa, a Jerusalém, para reunir-se com o primeiro-ministro israelense Begin. Essas primeiras conversações dão frutos com os acordos de Camp David, sob a presidência de Jimmy Carter nos EUA, em 1978-79. Foi acertada a devolução de toda a península do Sinai (devolução completada há poucos meses) e a "solução do problema palestino", através da outorga de uma "autonomia progressiva" aos territórios ocupados.

É claro que a parte efetiva do acordo foi o reconhecimento do Estado de Israel pelo Egito, pondo fim a 30 anos de estado de guerra, e a devolução dos campos petrolíferos do Sinai. Quanto ao povo palestino, nega-se o seu direito a constituir uma nação soberana.

O fato de ter sido justamente o Egito — que, sob a direção de Nasser, encabeçara os estados árabes, numa época em que o nacionalismo árabe teve sérios choques com o imperialismo — o único país capaz de chegar ao extremo de reconhecer Israel e abandonar explicitamente os palestinos, tem a ver com o fato de ser o único estado da região com entidade própria, cujas fronteiras não são produto dos caprichos do imperialismo, com uma população várias vezes maior que o total dos outros vizinhos de Israel e com uma burguesia com interesses próprios.

## O duplo poder no Líbano.

Depois do "setembro negro" e vários anos antes dos acordos de Camp David, as derrotadas forças palestinas foram se concentrando no sul do Líbano, reconstituindo sua organização a partir dos campos de refugiados já existentes e dos novos campos, da população que chegava da Jordânia.

Apesar dos ataques preventivos de comandos israelenses contra esses campos de refugiados e até contra Beirute, com a passividade do exército libanês, em fins de 1975 a OLP controlava todo o sul do país, além de exercer grande influência em outras regiões, como Beirute e Trípoli.

Essa nova situação de duplo poder, semelhante à que ocorrera na Jordânia cinco anos antes, fez explodir o equilíbrio em que se baseava, há quase quarenta anos, a existência do Líbano como nação e como centro financeiro do Oriente Médio.

Logo começou a luta entre as milícias das várias comunidades. De um lado, a Falange cristã, representando os setores da burguesia financeira e das classes médias que recebiam suas migalhas; de outro, as milícias muçulmanas (drusas) de Jumblatt, fortemente implantadas nos setores operários e camponeses. Junto a essas milícias combatia, na primeira linha, a OLP. O objetivo declarado da Falange consistia em expulsar os palestinos do Líbano, para recuperar a paz perdida e a possibilidade de voltar a fazer bons negócios, no papel de Suíça do Oriente Médio. A combatividade das massas muçulmanas e palestinas colocava em perigo, não apenas o governo, mas a própria estabilidade do regime burguês no país.

No começo de 1976, a Liga dos Estados Árabes — organização regional que abrange desde a Mauritânia, no extremo oeste, até o Iraque e os emirados do Golfo, a leste — decide formar uma força de pacificação para acabar com a luta no Líbano. Dentro de pouco tempo, entra no país, sob essa denominação, um exército sírio de várias dezenas de milhares de homens. Embora declarasse sua intenção de servir de mediador entre as partes, seus alvos foram as posições da OLP.

Mais poderoso militarmente, e apesar de enfrentar uma forte resistência, o exército sírio impôs suas condições, garantindo a continuidade do estado libanês.

## A batalha de Beirute.

A intervenção síria conseguiu evitar o caos total no Líbano, mas não esmagou a OLP nem as organizações muçulmanas, como fizera Hussein seis anos antes. A causa disso não foi apenas a resistência que enfrentou, mas também a consciência,

por parte do presidente sírio Assad, de que a existência da OLP e do "problema palestino" era sua melhor arma de negociação com o sionismo e o imperialismo. Com o mesmo objetivo, funda, em 1968, a Saika, na verdade uma corrente de transmissão síria dentro da OLP. Essa organização nunca conseguiu bases sólidas entre as massas palestinas, que sempre perceberam seu verdadeiro caráter.

Em pouco tempo, a OLP foi reconstituindo suas bases nos campos de refugiados em torno das grandes cidades (Beirute, Sidon e Trípoli), ao passo que se via obrigada a deixar o sul do país, controlado pelas tropas do major Haddad, títtere encarregado por Israel de evitar as incursões palestinas no estado sionista.

Devido, em parte, ao fato de seu subordinado não conseguir controlar totalmente essas incursões, mas sobretudo devido a uma crise econômica e efervescência social sem precedentes em Israel, o governo sionista resolve intervir no Líbano para destruir definitivamente a OLP e acabar com o problema palestino de uma vez por todas.

O que devia ser, de acordo com o plano do general Sharon, uma campanha vitoriosa de 48 horas, transformou-se numa ocupação sem saída, que já dura mais de um ano, com um saldo de mais de 500 soldados israelenses mortos e uma situação de descontentamento e mobilizações anti-governamentais muito mais forte do que havia antes da invasão.

Apesar de os objetivos sionistas não terem se cumprido conforme planejado, é fato que, depois de uma heróica resistência de várias semanas, a OLP aceitou sua derrota e teve que sair de Beirute. Vale a pena comentar que nunca nenhum estado árabe, em nenhuma guerra contra Israel, fora capaz de enfrentá-lo tão tenazmente e de manter por tanto tempo a resistência. A explicação é que as burguesias árabes sempre lutaram para obter um pedaço maior no botim ou para melhorar sua posição de negociação, ao passo que o povo palestino lutava por sua própria existência. Além disso, pela primeira vez, foi claramente um combate entre o invasor sionista e a OLP: o Egito e a Jordânia já se haviam retirado da luta vários anos antes, o governo libanês (se é que existia) nada fez contra um exército estrangeiro pisoteando seu território, e as próprias tropas sírias — 30 mil homens estacionados no leste do Líbano — limitaram-se a observar os acontecimentos, atacando, de vez em quando, algum avião israelense que estivesse voando perto demais de suas posições.

O resultado, para a OLP, foi a dispersão da maior parte de suas tropas por diversos países, com exceção de um forte núcleo que permaneceu no vale do Bekaa, onde está estacionado o exército sírio, e o começo da maior crise de sua história.

## A Síria por trás da crise da OLP

Os argumentos em que se baseiam os dissidentes da OLP têm uma base real: a burocratização da organização; as negociações de Arafat com Hussein, no sentido de aceitar parcialmente o plano Reagan, que possibilitaria uma autonomia palestina limitada a uma federação com a Jordânia e com o reconhecimento de fato de Israel; a responsabilidade pela derrota de Beirute e o abandono de muitos combatentes à mercê das tropas sionistas.

Mas logo ficou claro que esses argumentos não passavam de uma cortina de fumaça. A rebelião estourou na zona controlada pelas tropas sírias. O presidente Assad, que antes contemplara tranquilamente a derrota de Beirute e que também combatiera os palestinos, passou a acusar Arafat de traidor, declarou-o "persona non grata" e o expulsou de seu território. Ao mesmo tempo, as tropas sírias atacavam, com tanques e canhões, as forças fiéis a Arafat.

Não se deve esquecer que, depois dos acordos recentemente firmados entre os governos libanês e israelense, a Síria é o único vizinho do estado sionista que não renunciou, de fato ou de direito, a esse estado de guerra permanente. Sem dúvida, a burguesia síria percebe que não vai conseguir nada tentando continuar sozinha a guerra contra Israel; seu objetivo é recuperar as colinas de Golã e procurar solucionar os problemas internos.

Mas, como afirmam as últimas resoluções da ONU — cinicamente ignoradas por todos os que as assinaram — não pode haver solução definitiva no Oriente Médio sem solução da questão palestina. E não pode haver solução da

questão palestina — acrescentamos nós — sem a constituição, sobre as ruínas do estado racista, teocrático e ponta-de-lança do imperialismo, que é Israel, de um estado nacional palestino, laico e democrático.

Como já dizia o *Le Monde* de 9/6/82, poucos dias depois de iniciada a invasão sionista ao Líbano, "falta ainda eliminar o último obstáculo: a OLP. Tarefa indispensável, na medida em que a organização de Arafat encarna e simboliza a vontade dos palestinos de constituir um estado."

Um ano depois, outra publicação escrevia que "a Síria parece ter um único alvo claro: a direção de Arafat na OLP e a unidade da organização. Num primeiro momento, parecia que a Síria desejava apenas humilhar Arafat, dando plena liberdade de ação aos amotinados do vale do Bekaa, mas agora está incentivando-os a atacar as posições dos que se mantêm fiéis a Arafat." (*The Economist*, 25/6/83)

A Síria sempre tentou controlar a OLP, e foi com esse objetivo que fundou a Saika, mas, enquanto a Al Fatah, o elemento principal da organização, continuava dirigida por Arafat, o papel da Síria na mesma será sempre secundário. Por isso tenta eliminá-lo e transformar a OLP num dócil títtere do regime do partido Baas de Damasco, empenhado em negociações com o imperialismo e o sionismo.

"A interferência síria na OLP é rechaçada pela maioria dos palestinos. Os dirigentes da Cisjordânia a condenaram; o mesmo fizeram, embora de forma mais discreta, dois grupos radicais sediados na Síria. Esses dois grupos apoiam algumas das reivindicações dos amotinados, mas não o fato de aceitarem ajuda externa para sustentar com violência tais reivindicações; e, mais ainda, querem que Arafat continue sendo o líder." (*The Economist*, 25/6/83).

Os dois grupos acima mencionados, dirigidos por Habashe e Hawatmeh, iniciaram, inclusive, negociações visando a fortalecer a unidade da OLP contra qualquer ingerência externa.

## Um acordo global para a região?

À medida que iam chegando a um acordo — tácito ou escrito — com Israel, os países da região aumentavam sua dependência do imperialismo, a tal ponto que, hoje, o único país do Oriente Próximo independente dos EUA é a Síria.

Devido à fundamental importância da região para a política mundial, a URSS vê-se obrigada a buscar um acordo que não a deixe completamente à margem. Em consequência, arma a Síria até os dentes (como nunca armou nenhum país da região), como primeira carta de negociação. Mas, por via das dúvidas, declara também seu apoio incondicional a Arafat e à atual direção da OLP. Com isso, reforça a sua capacidade de negociação e, ante o risco de que a burguesia síria chegue a algum acordo em seus próprios termos, mantém o mais importante fator de pressão.

Não resta dúvida de que a burocracia soviética está disposta a sacrificar Arafat e a OLP como organização, mas não antes de conseguir um acordo global, que lhe permita conservar uma relativa influência na região. Enquanto isso, de um modo ou de outro, continuará apoiando a direção palestina.

## A OLP e a nação palestina

Arafat não é um dirigente revolucionário. Já o demonstrou, aceitando rebaixar cada vez mais o seu programa. Agora, parece conformar-se, de fato, a uma federação palestino-jordaniana governada por Hussein, o mandante do massacre do Setembro Negro. Renunciou à luta pela destruição do estado sionista e pela constituição de um único estado palestino, laico e democrático, como estabelece a carta nacional da OLP.

Sua conduta vacilante explica-se por sua base social. Como já dissemos, a direção atual da OLP apoia-se em setores da pequena e média burguesia palestina, que gostariam de ter um pequeno estado-tampão para viver sossegados, e só.

Mas, independentemente da base social da direção, a OLP representa o conjunto da população palestina e como tal é reconhecida por esta; daí seu apoio incondicional a Arafat como seu líder, quando a sobrevivência da organização está em perigo.

O próprio Arafat tem plena consciência

# A CRISE DE UM ESTADO ARTIFICIAL

Jan Poliansky

dessa situação. Como um burocrata sindical, que não luta a fundo para evitar a demissão de ativistas, que permite que os salários sejam rebaixados ou que seja aumentada a jornada de trabalho, desde que conserve suas mordomias, mas que defenderá com unhas e dentes o sindicato, porque dele depende sua sobrevivência como burocrata, Arafat vacila, permite que o sionismo e o imperialismo se fortaleçam e é incapaz de lutar coerentemente pelas reivindicações do povo palestino, mas defende a continuidade da OLP como organização independente.

Quando está em jogo a organização que sintetiza a entidade nacional palestina, organização que custou várias décadas de sacrifícios e milhares de vidas, somente os títeres das burguesias árabes, do sionismo ou do imperialismo aceitarão sua destruição. Arafat, apesar de suas vacilações e até claudicações, não é um desses.

Isto não significa que as massas palestinas devam confiar em Arafat. Devem defender sua organização quando se tenta destruí-la, mas, ao mesmo tempo, é fundamental que comecem a construir uma nova direção, sem nenhum tipo de compromisso com o imperialismo, nem com as burguesias árabes, nem com a burocracia soviética, disposta a lutar a fundo pelas reivindicações de sua nação. Essa direção é a única garantia de poder acabar com o estado sionista e constituir, em seu lugar, um estado palestino democrático, onde possam viver tanto árabes como judeus e cristãos.

Todas as contradições que se acumulam nessa tensa região, insolúveis no contexto do *status quo* almejado por Israel e pelas burguesias árabes, só fazem aumentar os problemas, a vontade de luta das massas palestinas, as possibilidades de mobilização popular dentro do próprio estado de Israel e, em última instância, as condições para o surgimento dessa nova direção.

Isso se reflete também na situação da OLP. Embora o mais conhecido dos problemas internos enfrentados por Arafat seja a rebelião que se deu em parte da alta direção, a verdadeira crise da OLP está acontecendo na base, entre os setores mais castigados pela derrota do ano passado e que mais sofrem a opressão sionista e a traição das burguesias dos países árabes. Sua expressão é o surgimento da Frente Nacional de Resistência Libanesa, para a qual convergem diversos setores que começaram a enfrentar as tropas de ocupação israelenses no território libanês e o imperialismo, de forma independente da direção da OLP e, em particular, de Arafat. Seu surgimento estabelece uma continuidade quase direta com a heróica luta desenvolvida no ano passado pelo povo palestino, em solo libanês, contra o invasor sionista — a "batalha de Beirute", perdida pela OLP, mas que prossegue hoje na existência e no combate travado pela Frente, apesar do êxodo forçado dos combatentes palestinos.

Por outro lado, as crescentes perdas sofridas por Israel para manter sua ofensiva, entre elas o lutuoso saldo de 500 mortos em seu exército (o que seria equivalente a cerca de 10 mil mortos nos EUA, em relação às respectivas populações), desde que começou a invasão, em junho de 1982, têm sido um permanente aguilhão para as mobilizações que vêm crescendo dentro do próprio estado de Israel, aguçando sua crise.

Para terminar, por mais que Israel e o governo sírio tendam a se aproximar por um profundo interesse contra-revolucionário comum — impedir que, através da luta do povo palestino, se desenvolva em todo o Oriente Médio um processo revolucionário que acabe com todos os exploradores — o povo sírio não esquecerá facilmente as humilhações sofridas nas mãos do sionismo, particularmente a usurpação das colinas de Golá. Por tudo isso, continuamos sustentando que, apesar da presença militar de Israel em novos territórios, apesar das traições das burguesias árabes e das capitulações da direção da OLP, a mobilização dos povos árabes, e sobretudo do povo palestino, não apenas continua, mas pode começar a ganhar terreno novamente. E a isto soma-se outro fato decisivo: desde o ano passado e cada dia mais, começa a intervir, com suas mobilizações, o povo israelense. É muito provável que a participação ativa dos trabalhadores israelenses, em luta contra seu governo sionista e assassino, seja a que venha a impulsionar decisivamente a luta dos povos árabes em toda a região.

A invasão do Líbano pelo exército israelense, em junho do ano passado, acabou definitivamente com o mito construído durante mais de trinta anos, pelo sionismo: o mito de uma democracia "ocidental" no Oriente Médio e de sua invencibilidade ante o inimigo árabe, ao qual — para cimentar a unidade total entre o governo e a população do país — se atribuía a intenção de jogar todos os judeus no mar. O sionismo está passando por sua pior crise desde a fundação do Estado de Israel. Não foram os árabes que invadiram Israel para jogar os judeus no mar, e sim o exército israelense que invadiu o Líbano para expulsar os palestinos. E foram justamente estes, durante várias semanas de resistência e, depois da evacuação de Beirute, com atentados contra as tropas de ocupação, que acabaram com o mito da absoluta invencibilidade da máquina militar sionista. Até dentro de Israel começou a surgir um intenso sentimento contra a guerra e pelo reconhecimento dos direitos do povo palestino, que deu origem a grandes manifestações contra o governo. Ao mesmo tempo, a política cada vez mais repressiva aplicada contra os árabes dos territórios ocupados, mostra claramente os limites da "democracia" sionista.

Em toda a história do judaísmo, nunca deixou de existir um sentimento de apego à "terra dos antepassados"; porém, esse sentimento não era mais do que uma componente do mito religioso. Durante mais de dois milênios, os judeus se integraram, em maior ou menor medida, às sociedades em que viviam. Mesmo quando foram expulsos da França ou da Inglaterra, durante a Idade Média, ou da Espanha em 1492, os emigrantes não se dirigiram à Palestina e sim à Turquia e aos países árabes, no primeiro caso, e a outras regiões da Europa, no segundo.

O sionismo, como movimento visando a estabelecer o povo judeu em terra palestina, só aparece com o ascenso do imperialismo, por três vertentes.

Por um lado, o surgimento do movimento revolucionário no Império Russo, em fins do século passado, teve inevitáveis reflexos na população judia, que se concentrava principalmente na Europa Oriental. Surgiram assim, na intelectualidade judia, concepções que variavam desde a incorporação à luta revolucionária das massas russas contra a opressão czarista, até a idéia de construir o socialismo judaico em Israel, passando por todas as variantes intermediárias.

A base ideológica do sionismo "socialista" partia da caracterização marxista dos judeus como povo-classe. Isto é, um povo que se concentrava fundamentalmente em determinado setor do aparelho produtivo. No caso russo, embora houvesse um número considerável de operários judeus, o grosso da comunidade concentrava-se nos setores mais pobres da pequena burguesia, na qualidade de artesãos e pequenos comerciantes. Porém, em vez de seguir a análise marxista, no sentido de que a única solução para os problemas da pequena burguesia passa pela incorporação às lutas do proletariado pela revolução, adotaram uma espécie de concepção de revolução por etapas: primeiro a "revolução nacional", concentrando os judeus na Palestina e transformando-os num povo com todas as classes bem definidas, para depois fazer a revolução social.

Essa radicalização dos intelectuais judeus, somada ao ódio anti-czarista provocado, entre as massas judias, pelos sempre mais frequentes pogroms (massacres), constituía um fator a mais entre os que ameaçavam solapar a autocracia do czar e, conseqüentemente, o capitalismo russo. Esse perigo para a estabilidade da ordem imperialista mundial foi percebido por grandes burgueses judeus da Europa Ocidental, como os "filantrópicos" barões Hirsch e Rotschild, que passaram a financiar a emigração em massa, primeiro para os EUA e Argentina e depois diretamente para a Palestina, tornando-se os primeiros banqueiros sionistas.

Como terceiro fator, vinculado aos anteriores, surgiu o sionismo "colonial", encabeçado por Herzl, que defendia a criação de um "lar nacional judaico". Esse "lar" era entendido como um grande empreendimento colonial, que constituiria a vanguarda da penetração do Ocidente no Oriente Médio. Herzl realizou gestões infrutíferas junto aos imperadores da

Turquia e da Alemanha. Foi só em 1917, vinte anos depois dessas negociações, que a Grã-Bretanha, diante do despertar do nacionalismo árabe, compreendeu o que não tinha compreendido a Alemanha e a Turquia, os imperialismos derrotados na Primeira Guerra Mundial. Assim, nesse mesmo ano, a Inglaterra promulgou a Declaração Balfour, comprometendo-se a construir um lar nacional judaico na Palestina.

## A fundação do Estado de Israel

Durante mais de vinte anos, os colonos sionistas agiram pacificamente. Sua política orientava-se para a compra de terras de latifundiários árabes ausentes, para estabelecer cidades e fazendas coletivas judias. A conseqüência inevitável foi a marginalização, voluntária ou não, dos *felás* (camponeses) que há séculos viviam e trabalhavam nessas terras. Não é pois de surpreender que os árabes palestinos, expulsos de suas terras por gente vinda de fora, atacassem esporadicamente os colonos. Na realidade, houve uma convergência de interesses entre os sionistas e os latifundiários árabes, que vendiam as terras palestinas aos colonizadores. Os palestinos expulsos exerciam o elemento direito de resistência a essa usurpação. Deve-se notar que a historiografia sionista procura demonstrar, com base nesses fatos, que os iniciadores da violência na Palestina foram os árabes e não os judeus. Entretanto, os ataques palestinos foram a justa resposta de um povo que estava sendo expulso de suas terras.

Durante o período de mandato britânico na Palestina (1916-1948), as relações dos ingleses com os dirigentes árabes — particularmente no Egito e no que viria a ser a Jordânia — foram melhorando, chegando o imperialismo inglês a considerar que seus interesses na região poderiam ser bem salvaguardados sem necessidade de criar um estado judeu que poderia prejudicar suas boas relações com os árabes. Nesse sentido, a partir de 1937, passou a limitar fortemente a imigração judia, deixando correr, até certo ponto, os ataques às colônias judias e formando e armando a Legião Árabe, o exército beduíno jordaniano.

Porém, a Segunda Guerra Mundial veio transtornar completamente as relações de força no mundo. A Grã-Bretanha perdeu definitivamente seu papel de imperialismo hegemônico, cedendo o lugar aos Estados Unidos, embora essa transferência não fosse automática. Uma das zonas de conflito foi o Oriente Médio, importante por suas reservas de petróleo e por sua localização no mapa mundial. Não podendo apoiar-se nos regimes árabes pró-ingleses, o imperialismo norte-americano jogou a carta israelense, para o que contribuíram também as boas relações dos EUA com o sionismo, através da influente comunidade judaica norte-americana. Os Estados Unidos foram os grandes promotores da resolução da ONU de 1947, pela qual a Palestina sofria uma "partilha" entre um estado judeu e outro árabe, e foi um dos

primeiros países a reconhecer a independência israelense, no ano seguinte. A URSS, a nova superpotência mundial, também desempenhou um papel preponderante na fundação de Israel. Considerou que, apoiando sua criação, estaria enfraquecendo o imperialismo inglês numa região estratégica para seus interesses, vislumbrando as possibilidades de obter certa influência no novo estado, ao qual ajudou a ganhar sua primeira guerra, com armas enviadas da Tchecoslováquia.

Embora muito se fale do assassinato de seis milhões de judeus pela barbárie nazista, como um dos fatores fundamentais para a criação do Estado de Israel, julgamos que os interesses políticos dos EUA e da URSS não se deviam ao humanismo de Truman, que mandou lançar as bombas atômicas sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki, nem de Stálin, que mandou para a morte, nos campos de trabalho da Sibéria, centenas de milhares de soviéticos.

## A "guerra de independência"

A partir do começo dos anos 40, os setores mais extremistas do sionismo, encabeçados pelo até recentemente primeiro-ministro Beguin, começaram a efetuar ataques tanto contra alvos britânicos como contra a população árabe, chegando ao extremo com o massacre de Deir Yassin, aldeia árabe que há anos vivia em paz com seus vizinhos judeus. Até 1948, a Haganá, corpo militar do sionismo oficial (trabalhista), limitava-se a ações defensivas. A partir da proclamação do Estado de Israel e da invasão pelos exércitos árabes, passa à ofensiva: primeiro contra esses exércitos, grandes em número mas com soldados sem preparo nem convicção de luta, depois semeando o terror e o pânico entre a população árabe palestina, provocando um êxodo em massa e expandindo assim as fronteiras do novo estado, com a ocupação de terras não outorgadas pela "partilha".

## Uma guerra permanente

Apesar do armistício firmado em 1949 por representantes árabes e israelenses, na ilha de Rodes, nunca foi formalmente encerrada a guerra do conjunto da região (com exceção do Egito, a partir dos acordos de Camp David). A conseqüência foi não apenas a sucessão de guerras (a do Sinai em 1956, a dos Seis Dias em 1967, a de Iom Kipur em 1973, a do Líbano em 1982), mas ainda a permanente hostilidade nas fronteiras, que obriga o estado de Israel a viver em função de suas necessidades militares.

Assim, Israel passou a ser, em certo sentido, um país em função de seu exército. Quase metade do orçamento nacional destina-se aos gastos de defesa e segurança; o serviço militar obrigatório é de dois anos para as mulheres e três para os homens, sendo que estes continuam com obrigações militares durante três meses por ano, até completarem 65 anos de idade. Os imensos custos implicados na manutenção dessa máquina militar e no

afastamento de mais de um quarto da população das atividades produtivas não podem ser cobertos, de modo algum, pela economia israelense. Até agora, essa sangria de recursos vem sendo compensada graças às reparações de guerra pagas pela Alemanha Ocidental, às doações de judeus do mundo todo (fundamentalmente dos EUA), a empréstimos governamentais e privados dos EUA e de outros países imperialistas e à entrega de armas em grande quantidade e com pagamentos a longo prazo, por parte dos EUA, nos momentos mais explosivos das crises.

O fato de se tratar de uma sociedade em função da guerra foi expresso, pouco depois da guerra dos Seis Dias, pelo general Isaac Rabin, dirigente trabalhista e mais tarde primeiro-ministro. Numa reunião comemorativa do 70º aniversário do primeiro congresso sionista, ele comparou Israel ao reino estabelecido pelos cruzados oito séculos antes, na mesma terra. Os cruzados submetem à força a população árabe local e se mantiveram, durante quase duzentos anos, graças à sua superioridade militar, até serem definitivamente expulsos em 1291. A analogia de Rabin limita-se à necessidade de imigração, que foi o que faltou aos cruzados, mas é tentador prolongá-la no que diz respeito à repressão contra a população local, a expulsão desta de suas terras e a derrota final.

### Estoura a crise

O que funcionou quase perfeitamente durante cerca de trinta anos não podia durar para sempre. Por algum lado, essa sociedade em função da guerra tinha que começar a apresentar vazamentos. O desequilíbrio econômico e a dependência das contribuições estrangeiras, provocados pelas necessidades militares, elevaram a dívida externa a uma das maiores do mundo, per capita, com uma inflação de mais de 100% ao ano. Isso significa a deterioração do nível de vida dos trabalhadores, que, em proporções cada vez maiores, manifestam seu repúdio à política econômica do governo, através de greves e manifestações. Por outro lado, surgiu no seio da população um sentimento anti-guerra que vai crescendo em importância.

Em 1977, depois da visita de Sadat a Jerusalém, um grupo de oficiais da reserva fundou o movimento "Paz Agora", que se propunha a levar a fundo a paz com o Egito e o pleno cumprimento dos acordos de Camp David. Nos últimos anos, embora sem chegar a questionar o sionismo nem sua política global, esse movimento começou a rejeitar mais diretamente as aventuras militares e a agrupar setores mais amplos da população, chegando a realizar manifestações de mais de cem mil pessoas pela retirada das tropas de ocupação no Líbano. Ao mesmo tempo, os setores anti-sionistas, que até há pouco eram vistos com receio pelo conjunto da população, adquiriram certa influência a partir da atitude de vários milhares de soldados e oficiais da reserva, que se recusam a servir no Líbano, e da constituição do Comitê de Solidariedade à Universidade de Bir Zeit (universidade árabe da Cisjordânia, origem de frequentes protestos palestinos contra a ocupação israelense, e por isso fortemente vigiada e reprimida).

Isso faz com que setores cada vez mais amplos da população judia passem a questionar a necessidade desse estado de guerra permanente e comecem a reconhecer os direitos do povo palestino. Por exemplo, no ano passado, o teatro nacional Habima encenou *As Troianas* de Eurípides, ambientando a tragédia no Líbano atual, como forma de expressar seu repúdio à guerra. Por outro lado, o próprio partido Mapai, que, pela boca de seus dirigentes Ben Gurion e Golda Meir, sempre negara a existência do povo palestino, agora fala, cada vez mais frequentemente, nas "duas nacionalidades em conflito" e na necessidade de encontrar uma solução (claro que dentro dos limites do sionismo) para a situação dos palestinos e dos territórios ocupados.

A resposta do governo a essa inquietação popular é cada vez mais parecida com a de certas ditaduras: promulgação de uma lei para a anexação formal da região do Golã, maior repressão contra os palestinos e também contra os judeus que os apoiam, sinal verde aos grupos paramilitares de colonos ultra-religiosos que assassinam árabes, não-investigação do assassinato de um jovem judeu que manifestara o seu repúdio ao

massacre dos campos de refugiados de Sabra e Chatila, e assim por diante.

### Israel: um estado artificial

Talvez esta descrição da situação atual tenha dado a impressão de que Israel é um país como qualquer outro, com problemas semelhantes: inflação, greves, manifestações, repressão etc. Porém, não podemos perder de vista o que existe por detrás disso.

Sua criação foi produto de manobras políticas das grandes potências, e particularmente da necessidade do imperialismo norte-americano de ter algum ponto de apoio no Oriente Médio. Sua população — em grande parte transplantada da Europa, com grande número de sobreviventes do extermínio nazista — significou o deslocamento da população árabe local e uma transformação total nas características demográficas do país. Uma das maiores preocupações dos governos sionistas foi e continua sendo evitar a "orientalização" do país, ou seja, que adquira características médio-orientais e perda as européias. O problema é que tais características orientais não são apenas da população árabe, mas também dos judeus de origem oriental, que já constituem mais da metade da população. Graças à ênfase "ocidentalista" do sionismo, esses judeus orientais têm menores possibilidades de educação, e portanto de obter trabalho qualificado e melhorar sua posição econômica. Isso se reflete também na reduzida representação dessa comunidade no parlamento, no governo e nos cargos mais importantes do aparelho estatal (1). Essa situação de supremacia de uma população européia sobre uma maioria de origem oriental faz

lembrar, embora de forma menos acentuada, a de outro estado colonial, a África do Sul.

Outro aspecto já mencionado, que mostra a inviabilidade de Israel, por seus próprios meios, é a total dependência econômica dos empréstimos e subvenções por parte dos países imperialistas. Ao contrário dos países semicoloniais, onde o fluxo de dinheiro se dá de dentro para fora, no caso de Israel ocorre o inverso: o imperialismo não obtém lucros — pelo menos, não diretamente — com a transferência de fundos a esse país.

A rentabilidade do sionismo não é econômica, e sim política. Em troca dessa subvenção crescente, transformou-se verdadeiramente na agência que o imperialismo norte-americano esperava instalar no Oriente Médio, quando apoiou a resolução de partilha, em 1947. Além de seu papel de gendarme da região e guardião contra a revolução árabe, já há muitos anos que Israel entrou no mercado das ditaduras africanas e latino-americanas, vendendo tecnologia, armas e técnicas de repressão, além de camuflar investimentos imperialistas. Um exemplo importante foi a viagem realizada, em fins de 1982, pelo então ministro da Defesa e responsável pelos massacres de Sabra e Chatila, Ariel Sharon, oferecendo armas aos governos da Guatemala, El Salvador e Honduras, contra a revolução centro-americana (2).

Mas, como na guerra do Vietnã, a intervenção militar imperialista corre o risco de perder definitivamente o que pretendia defender. Há sintomas de que o estado de Israel está se transformando, de garantia de uma certa estabilidade no Oriente Médio, em garantia de instabilidade, provocando a radicalização cada vez maior das massas palestinas e do próprio

proletariado judeu e podendo ser o estopim que detone a explosão revolucionária da região.

### A única saída

Esse aguçamento da situação leva também a uma polarização política. É justamente por isso que o setor mais extremista do sionismo conseguiu, há alguns anos, subir ao governo e manter-se nele. Cada vez mais, a única forma de subsistência do estado sionista, como tal, se baseia na maior ênfase ao aparato militar, na repressão e na total dependência do imperialismo. Embora, no fundo, a política dos trabalhistas — que governaram Israel durante 25 anos — não fosse essencialmente diferente, o sionismo vê-se obrigado, para subsistir, a apelar abertamente para esses métodos, advertindo que não haverá paz possível na região, a não ser sob o cetro israelense.

Como dissemos acima, o sionismo trabalhista foi obrigado a alterar sua posição acerca de várias questões, como os territórios ocupados e o reconhecimento do povo palestino como tal, e portanto de seus direitos. Isto se explica, fundamentalmente, como reflexo de uma mudança entre as massas judias: o cansaço com a situação de guerra permanente e a necessidade de viver em paz com seus vizinhos. Essa mudança nas declarações dos dirigentes trabalhistas não impediu, no entanto, que durante as crises, e particularmente quando da invasão do Líbano, esses dirigentes se alinhassem com o governo, defendendo a sagrada unidade nacional contra o inimigo árabe.

Isto é uma amostra das limitações do sionismo moderado e de sua incapacidade de oferecer uma solução de fundo à crise de Israel. A posição do Paz Agora, embora muito mais progressista ao defender que se firme imediatamente a paz com os estados árabes, tampouco é capaz de oferecer soluções de fundo, uma vez que, com relação ao problema palestino — a questão crucial — defende o cumprimento dos acordos de Camp David, isto é, que lhes seja outorgada uma autonomia limitada na Cisjordânia e na faixa de Gaza, sob controle jordaniano e, em última instância, israelense.

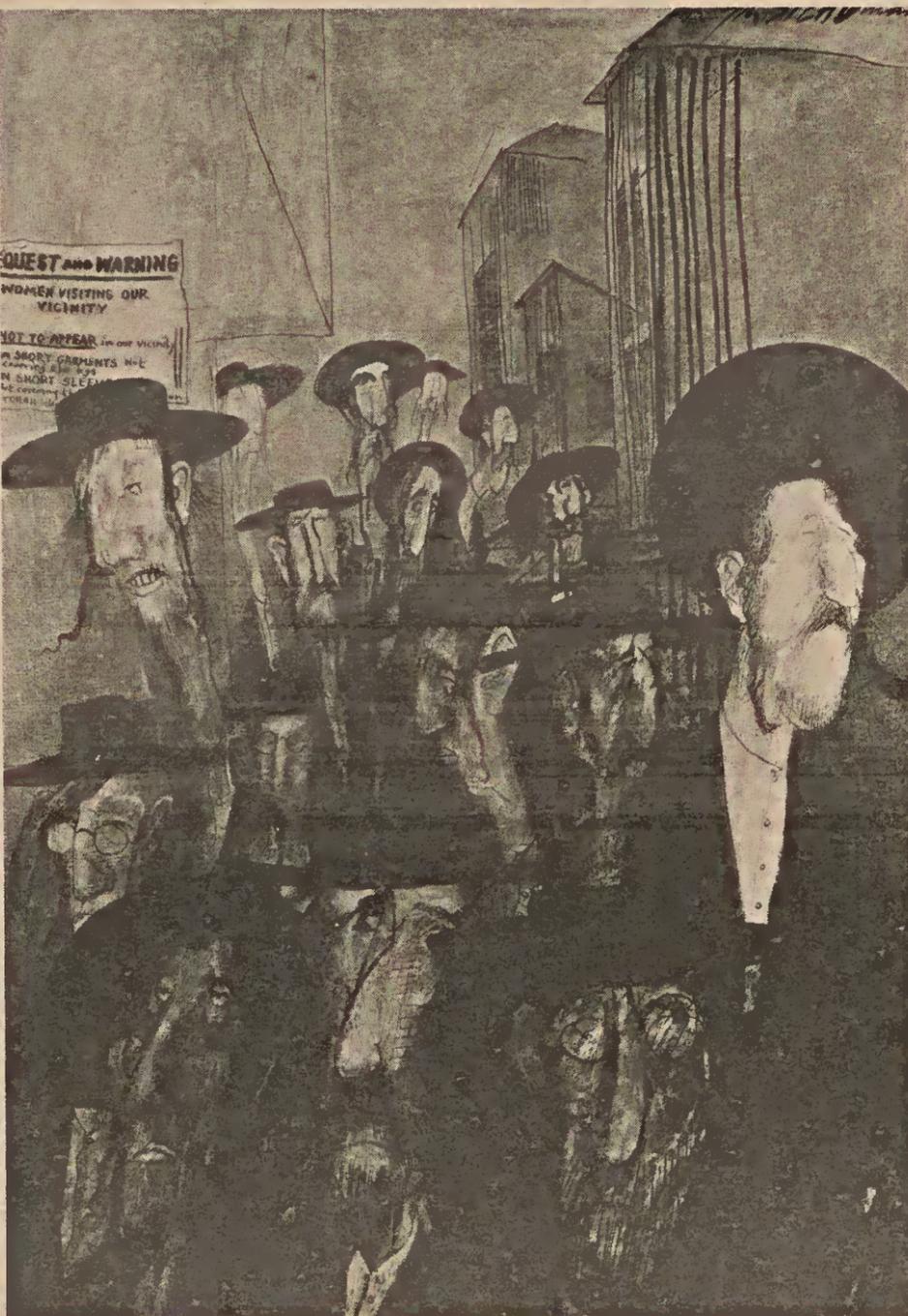
Essa incapacidade do sionismo de resolver a conflituosa situação atravessada pelo país, por outro meio que não a aniquilação do povo palestino, coloca a todos os setores progressistas, tanto dentro de Israel como no mundo todo, a necessidade de buscar outra saída.

Nós, socialistas revolucionários, sustentamos que a única saída é aquela que há anos vem afirmando, em parte, a Organização para a Libertação da Palestina: a destruição do estado de Israel e a construção, em seu lugar, de um estado laico e democrático, onde possam viver em paz árabes, judeus e cristãos. É o que estão começando a entender alguns setores da população israelense, os que compreenderam que a luta dos palestinos é deles também, e que encabeçaram importantes iniciativas como a do comitê de solidariedade à Universidade Bir Zeit.

Um novo fenômeno da luta de classes dentro de Israel está soldando uma aliança objetiva entre as massas árabes e setores do proletariado judeu, fundamentalmente de origem *azkenazi* (européia). Com o aprofundamento dessa tendência histórica de coincidência de ambos os setores contra a burguesia sionista, os trabalhadores judeus aplicarão as tradições de um século de lutas herdadas de seus países de origem.

Nessa aliança e em sua concretização cada vez mais consciente fundamenta-se a solução das mais importantes questões da luta de classes no Oriente Médio.

Embora a criação desse estado palestino seria, por si mesma, uma enorme conquista para as massas da região; julgamos que a única garantia para que essa conquista não se perca é que o estado palestino seja dirigido pelos trabalhadores, como um estado socialista numa Confederação de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.



(1) O descontentamento de amplos setores dessa população judia de origem oriental tem sido canalizado pelo sionismo extremista representado por Begin, servindo de base de sustentação para os empreendimentos de colonização nos territórios árabes ocupados. (N.R.)

(2) Outro exemplo recente é a transferência de armamentos capturados dos palestinos, no Líbano, aos mercenários somozistas que atuam na Nicarágua. (N.R.)

# DÓLAR DE POUÇOS, A DOR DE MUITOS

## A prosperidade sobre ruínas

Alberto Franceschi

Os grandes jornais ianques derramam otimismo com os êxitos da recuperação econômica dos Estados Unidos, mas não podem dizer o mesmo para o resto do mundo. Eles sabem, melhor do que ninguém, que essa recuperação terá vida breve, e que está edificada sobre as ruínas das economias do planeta inteiro, que pagaram, com duros planos de austeridade e miséria, a curta primavera para a classe média norte-americana — que hoje pode trocar de carro e encher a casa de eletrodomésticos. Nunca foi tão evidente que a relativa e transitória recuperação de um país — neste caso, os EUA — tem como contrapartida uma ruína de imensas proporções para as semicolônias, e mesmo a decadência de outros países capitalistas desenvolvidos, na Europa. Todos nós é que pagamos a fatura emitida por Reagan, da Casa Branca, e por seu amigo Paul Volcker, da presidência do Fundo de Reserva Federal (o Banco Central dos EUA).

Efetivamente, ninguém pode negar que a taxa de desemprego da grande economia imperialista caiu de 10,5 para 9,5%, e isto, nos algarismos ianques, significa que um milhão de pessoas conseguiu trabalho este ano, embora outros dez milhões continuem sem trabalho. Estagnar, transitoriamente, a marcha do índice de desemprego em direção a cifras de pânico, representa um êxito mínimo do governo de Reagan; porém, por menor que seja, não deixa lugar a dúvidas sobre o fato objetivo de que o gigante dá sinais de vida, e que ainda não chegou o tempo de entrar em estado de coma. A explicação disto deve ser buscada numa análise de conjunto do que aconteceu na economia mundial, nos últimos anos.

Reagan conseguiu conferir ao dólar uma força sem precedentes, apesar de ter hoje pouca base real para sustentar essa posição. A máquina de fazer cédulas e títulos financeiros emite cifras fabulosas, que, segundo a própria contabilidade ianque, equivalem a mais de duzentos bilhões de dólares, contando apenas o déficit nos gastos governamentais. A economia norte-americana produz, para o governo, 220 bilhões de dólares menos do que este gasta em seu nome. No entanto, a fortaleza da confiança no dólar vem sendo mantida e reforçada. Como entender isso?

### Do padrão-ouro ao venerado dólar

Enquanto a economia regia-se, em larga medida, pelo padrão-ouro, os sucessivos aumentos do preço deste mostravam que a moeda norte-americana ia perdendo terreno frente a esse valor último, histórico e universal. Mas quando, em 1971, Nixon declarou que o dólar não era conversível em ouro, e como prova vendeu boa parte das reservas desse metal no mercado livre, os EUA demonstraram que só a sua moeda, que representa o seu poderio econômico e militar, podia constituir refúgio seguro em quaisquer circunstâncias. Nos mercados especulativos, o ouro pulou de 35 dólares por onça (a paridade oficial, de 1944 a 1972)

para quase mil dólares, estabilizando-se depois em torno de 400, e conservou seu lugar como mercadoria-fetichê por excelência e equivalência de valor. Mas, nos últimos anos, a inconversibilidade consagrou o dólar como um fetiche ainda mais forte, exibindo plenamente suas qualidades de moeda forte a partir do momento em que os Estados Unidos conseguiram uma economia transitoriamente saneada de inflação e retomassem seus desígnios imperialistas, provisoriamente deixados de lado após a derrota do Vietnã. O melhor momento para o dólar é agora, quando a inflação nos EUA caiu ao mínimo e quando Reagan se permite sair alardeando, em ritmo de guerra, a poderosa frota naval modernizada, para amedrontar minúsculos países centro-americanos, de minguadas forças corroidas pela fome de séculos.

É agora que se realizam plenamente as medidas tomadas por Nixon há dez anos, para defender um dólar em queda livre frente à cotação ascendente do ouro, quando as tropas do dólar eram humilhadas no Sudeste Asiático, sepultando o mito da invulnerabilidade do imperialismo ianque. É agora que o dólar forte emerge das ruínas de dezenas de moedas de países semicolônias, afundados em dívidas até o pescoço, e da própria decadência das moedas européias, que representa a diminuição substancial de sua participação na divisão do bolo das riquezas da Terra.

Em linguagem marxista, isto significa que a massa de mais-valia produzida pelos trabalhadores do mundo inteiro foi parar, em grande parte, nas mãos dos capitalistas dos EUA, que a guardam nos cofres dos grandes bancos. Essa altíssima concentração de capitais no circuito financeiro ianque permite ostentar uma relativa recuperação e derramar um pouco de prosperidade para a classe média dos EUA, enquanto a massiva subtração dessas riquezas das semicolônias e, em menor medida, da Europa, mantém estas no marasmo econômico e eleva a níveis explosivos a super-exploração dos assalariados, para manter à tona as economias capitalistas.

### Da exportação de capitais à economia de usura

É fato constatável à primeira vista que a pilhagem imperialista através da dívida externa deu um salto gigantesco nos últimos dez anos, transformando-se no fenômeno mais explosivo para o sistema financeiro internacional e, ao mesmo tempo, abalando os alicerces sociais das semicolônias.

Já antes de 1973 a dívida acompanhava os demais mecanismos de exploração dos países capitalistas atrasados, através do comércio e dos investimentos estrangeiros; porém, sua súbita proeminência como fenômeno de primeira ordem deve ser atribuída às condições do mercado mundial, a partir dos aumentos no preço do petróleo, há dez anos. Não há dúvida de que, nessa época, funcionou uma espécie de frente única entre as semicolônias produtoras de petróleo e as grandes

companhias petrolíferas, mais os bancos ligados a estas. Os países produtores de petróleo do Oriente médio, a Venezuela, o México etc. puderam beneficiar-se, por algum tempo, dos bruscos aumentos de preços, assim como as companhias do cartel das *Sete Irmãs* do petróleo. Através desses aumentos de preços, um setor dos monopólios — aqueles ligados à exploração energética — subtraiu riquezas de outros setores da burguesia imperialista. Estes se ressarciram rapidamente, e os países europeus conseguiram limitar os efeitos dos altos custos da energia. O mesmo não aconteceu com as semicolônias não produtoras de petróleo, que acabaram sendo as mais afetadas.

A origem dessa frente única deve-se ao que se costuma chamar de crise energética dos EUA, que não é mais que a situação resultante da queda da taxa de lucros, ou rentabilidade, da exploração de energia (petróleo), dentro dos próprios EUA.

### A renda do solo

A famosa lei da renda do solo — que se aplica não apenas à agricultura, mas também à mineração e à extração de petróleo em particular — explica que os preços médios tendem a ser determinados pela oferta de grandes produtores, operando nas condições mais adversas. Por exemplo, durante muito tempo o preço do trigo foi determinado pela taxa de lucros dos produtores ingleses, com terra e mão-de-obra mais caras do que na Argentina. Isto fez com que a Argentina se beneficiasse das vantagens de seus extensos solos férteis, de alta produtividade, apesar do reduzido uso de capitais constantes (maquinárias, instalações e insumos). O preço do trigo, remunerador para os produtores ingleses, o era ainda mais para os senhores de terras da Argentina.

No caso do petróleo, os preços vinham sendo determinados pela taxa média de lucros dos produtores norte-americanos e dos do Golfo Pérsico. Se olharmos um mapa, veremos que o Golfo Pérsico é um dos pontos do planeta mais distantes do grande centro de consumo representado pelo mercado ianque. Apesar da mão-de-obra barata e dos contratos leoninos contra os países árabes produtores de petróleo do Golfo, o custo dos fretes encarecia o produto destes. Embora proporcionando, de qualquer forma, uma alta taxa de lucros para as companhias imperialistas, essa rentabilidade competia exageradamente com a do petróleo produzido em solo norte-americano, ainda que com custos mínimos de transporte. Para revalorizar os poços norte-americanos sem ter que recorrer apenas à redução dos custos no Golfo Pérsico — coisa cada vez mais difícil ante as reivindicações dos países da OPEP — as companhias petrolíferas imperialistas chegaram à conclusão que o melhor "para todos" seria aumentar o preço, a um nível que permitisse, a curto prazo, fazer da produção de petróleo, nos próprios EUA, um negócio altamente rentável. Essa medida das grandes companhias petrolíferas signi-

ficou, transitoriamente, uma grande vantagem para os países produtores da OPEP (que aparecem como os que impuseram os preços), mas sobretudo um excelente lucro para as companhias imperialistas.

### ...e os pobres pagaram de novo

As semicolônias não produtoras de petróleo foram os grandes perdedores, enquanto o setor dos monopólios petrolíferos e dos bancos ligados a eles fizeram o negócio do século, às custas do "consumidor" norte-americano e europeu. As companhias imperialistas de outros setores da produção também transferiram seus custos para o consumidor. Os alemães por exemplo, que não produzem nem uma gota de petróleo, transferiram para suas exportações de maquinárias — onde, em vários itens, detêm uma posição de monopólio — os novos custos da energia mais cara. Mais uma vez, as vítimas acabaram sendo as semicolônias.

Onde o drama se reflete de forma mais trágica não é, por certo, em algum pequeno país centro-americano, que consome relativamente pouca energia e que é protegido por uma espécie de presente de petróleo, oferta da Venezuela e do México para aguentar a miséria sem grandes rancores contra as nações irmãs subitamente enriquecidas com os aumentos dos preços dos hidrocarbonetos. Os mais afetados são os países semicolônias com certo grau de desenvolvimento, sobretudo os de grande população.

Todas as semicolônias viram encarecer os preços dos produtos industriais importados, numa proporção que destruiu o precário equilíbrio de suas balanças comerciais, ou aumentava abruptamente o déficit destas. Eufemisticamente, chama-se de "deterioração dos termos de troca" a essa relação de dependência, que faz com que importemos mais caro, ao mesmo tempo que nossos preços de exportação se mantêm baixos, quando não caem ainda mais ou sofrem oscilações dramáticas. As potências industriais conservam-se à tona, enquanto as nossas economias vão à ruína.

Cada uma das semicolônias, conforme suas características específicas, refletiu essa mudança no mercado mundial com diferentes fenômenos e consequências. As causas — que são universais e que têm origem na crise imperialista — manifestam-se com consequências dramáticas para todas; porém, a conformação que assumiram depende das diversas condições em que se encontrava cada uma delas, no momento em que começaram a cair a pique. A crise argentina é diferente da do Brasil; a do Chile, diferente da do México ou da Venezuela, e assim por diante. Todas têm a mesma origem na espoliação imperialista, todas apresentam hoje o mesmo quadro de desgaste, mas, em cada uma, a crise se configurou por diferentes caminhos. Para tentar compreender-la de conjunto, temos que fazer um pouco de análise histórica.

## Dos "milagres" às catástrofes

Completada a reconstrução européia, depois da enorme destruição da Segunda Guerra Mundial, impôs-se aos capitais ianques, e mais tarde aos japoneses e europeus, a necessidade de expandir-se nas áreas semicolônias, visando obter maiores lucros — que, como sabemos, é o motor do sistema capitalista. A própria reconstrução européia era um negócio, como foi um negócio, para os fabricantes de armas, a destruição do continente nos anos da economia de guerra. Mas, concluída a recuperação das economias industriais, estas precisavam impor-se nos mercados semicolônias, que lhes ofereciam maiores possibilidades de desenvolvimento imediato.

A exportação de capitais aparecia como necessidade absoluta, provocando os chamados "milagres" dos anos 60 e 70, no Brasil, na Coreia e em outros países. Os EUA e a Europa já tinham excedentes de capital acumulado que não podiam ser reinvestidos dentro de suas fronteiras. Para obter lucros, tinham que ir para onde os baixos salários constituíam a maior atração. Industrializar semicolônias era uma operação duplamente rentável: gerava lucros mediante a exploração dos assalariados e, ao mesmo tempo, ao proletarizar esses países e desenvolver — mesmo que de modo deformado — suas economias, obtinha mercados para suas indústrias em plena expansão. Uma vez saturados os mercados metropolitanos, os da periferia constituíam a única possibilidade de salvação para o imperialismo. O "boom" econômico capitalista do pós-guerra explica-se, então, pelos enormes investimentos feitos para reconstruir a Europa, reverter a indústria de guerra e começar a expandir-se vigorosamente nas semicolônias. É claro que nem por isso deixou-se de utilizar uma importante massa de capitais "excedentes" na indústria armamentista e inclusive em guerras (Coreia 1950, Oriente Médio 1956-67-73-78, Vietnã de 1963 a 1975).

## Da substituição de importações aos "milagres"

A chamada "substituição de importações" foi planejada, nas décadas de 50 e 60, para criar indústrias de pequeno e médio porte, produzindo exclusivamente para os mercados locais que justificassem sua implantação. As semicolônias assim "beneficiadas" com a exportação de capitais imperialistas mergulhariam a fundo no esquema importador, não apenas de bens de consumo destinados às camadas sociais mais prósperas, mas também de bens de capital, ou seja, de indústrias, instalações e equipamentos que iriam gerar emprego e consumo, proporcionando altas taxas de lucro aos monopólios imperialistas. Essas indústrias de substituição de importações seriam complementares à indústria imperialista, isto é, completariam o ciclo de produção em sua fase final de montagem ou embalagem. Os montadores e embaladores seriam consumidores em potencial. E foi o que aconteceu.

Comprovada a alta rentabilidade do negócio de semi-industrializar muitas semicolônias, o imperialismo, sobretudo o ianque, teve a idéia de fazer do Brasil, do México e do Sudeste Asiático os grandes entrepostos de exploração salarial, que lhes permitiria inclusive estender-se além de seus próprios mercados. O Brasil cobriria seu mercado interno e se expandiria para a América Latina e a África; o México e o Sudeste Asiático, além de seus próprios países, serviriam de plataforma de exportação de mercadorias para o próprio mercado ianque. A alta taxa de lucros obtida nessas áreas de salário arrochado bem valiam até o sacrifício de setores importantes do próprio proletariado norte-americano, atraindo ao desemprego. Para os banqueiros ianques, o regime sanguinário da Coreia do Sul e os protetores políticos de Taiwan, Singapura, Malásia, Tailândia etc. transformaram-se nos pontos de apoio do imperialismo norte-americano, para competir com o Japão nos "mercados naturais" deste.

Da mesma forma, a ditadura brasileira proporcionava-lhe uma economia aberta à pilhagem e um salário de fome para os trabalhadores. A proximidade do México fazia de sua fronteira uma vantagem

comparativa enorme: a poucos quilômetros de distância, podia-se produzir mercadorias com um custo de mão-de-obra igual a um terço daquele dos operários norte-americanos — isto é, com maiores lucros. A relativa tolerância para com a massiva imigração de operários mexicanos, centro-americanos e asiáticos, comprimindo os salários dentro dos próprios EUA, completavam o cálculo de benefícios desse modelo de acumulação.

De qualquer forma, essa exploração massiva continuava a gerar capitais "excedentes", isto é, sem possibilidade de serem reinvestidos na velocidade desejada, e portanto a indústria armamentista continuava sendo o refúgio natural para obter lucros, mesmo que ao preço de destruir massivamente as forças produtivas.

O problema se reapresenta, em escala gigantesca, quando a saturação de capitais no Brasil, no México e no Sudeste Asiático volta a asfixiar e fazer cair a taxa de lucros. Cumpre-se o velho prognóstico de Marx, expresso na lei de tendência decrescente da taxa de lucros, que resulta do aumento proporcionalmente maior do capital constante, em relação ao capital variável.

Trata-se de uma lei geral que acompanha o desenvolvimento da produção capitalista.

## Desmorona o paraíso dos generais

A base fundamental da crise do imperialismo continua sendo a queda tendencial da taxa de lucros, que provoca as crises de investimento a nível global. O mercado mundial se contrai, e lança à ruína todos os que não dispõem, como os EUA, de um sólido capital financeiro, que subtrai lucros do mundo inteiro nos períodos de recessão industrial, como demonstra a prosperidade bancária nesse país, nos últimos anos.

Outros países não têm a mesma sorte, especialmente aqueles que, como o Brasil, estão estreitamente subordinados ao capital imperialista.

Para um país como o Brasil, as causas da catástrofe atual têm origem na elevação dos preços do petróleo, que pulverizaram os lucros de sua balança comercial, numa crise de investimento proveniente da rápida saturação de capitais investidos, e nas altas taxas de juros ianques, que tornam

asfixiante, para a economia, o peso de sua dívida externa de mais de 90 bilhões de dólares.

Escolhemos o caso brasileiro para demonstrar que, mesmo nas semicolônias onde o imperialismo provocou uma intensa acumulação capitalista, a atual orientação dos monopólios é de pilhagem pura e simples, através do mecanismo da dívida externa. Continua a repatriação dos benefícios e, sem novos investimentos, o imperialismo procura continuar extraindo, às custas da miséria brasileira, a massa de mais-valia que possa ser sugada pelos capitais investidos nos últimos vinte anos. Tão ou mais importante do que isto é fazer com que outra fatia da riqueza desse país seja usurpada pelos grandes bancos ianques, através do serviço da dívida. Não é por acaso que um terço dos lucros do Citybank de Nova York provém de seus empréstimos ao Brasil.

De outro ângulo, o caso argentino é ilustrativo do mecanismo absolutamente parasitário pelo qual sobrevive o imperialismo. A renovação do parque industrial em função dos investimentos estrangeiros foi mínima, nestes últimos dez anos; no entanto, esse país foi igualmente saqueado. A especulação financeira foi o mecanismo privilegiado para realizar essa transferência de riqueza. Chega a ser incompreensível ver como uma burguesia, em troca de prêmios transitórios a um de seus setores (o financeiro), se suicida economicamente, ao permitir que dezenas de bilhões de dólares tenham ido para os ativos dos bancos imperialistas.

## Os petrodólares voltam para casa

Quanto aos países produtores de petróleo, dadas as reduzidas dimensões de seus mercados internos, assistiram à drenagem de suas enormes disponibilidades financeiras, atraídas pelas altas taxas de juros dos EUA, ou simplesmente pelo mecanismo elementar de que só os grandes bancos metropolitanos podiam manejar quantias tão colossais, de milhões de dólares. Assim "reciclados", os petrodólares ficam à disposição dos banqueiros agiotes. Toda a dinâmica do negócio bancário foi acionada para devolver às metrópoles os lucros milionários acumulados, por pouco tempo, nas semicolônias produtoras de petróleo. Os bancos financiavam os faraônicos projetos industriais do Brasil ou da Coreia, com dinheiro dos xeques árabes. Essa é a "reciclagem". Os xeques lucravam, porém mais ainda lucravam os bancos depositários.

Os enormes lucros dos países exportadores de petróleo, colocados nos bancos imperialistas, transformam-se em capital que proporciona lucros aos depositários. Os países árabes não se endividaram, porque seu extraordinário superávit financeiro, na balança de pagamentos, lhes permite continuar a navegar em águas tranquilas. Entretanto, países como a Venezuela, o México, a Nigéria e a Indonésia, que tinham um certo grau de desenvolvimento capitalista, caíram na tentação de aproveitar a riqueza conjuntural para ampliar sua base produtiva — sempre sob a égide dos monopólios imperialistas — e se endividaram para impulsionar planos de industrialização. É nesse caso que operam com mais vigor as leis do comércio mundial e da divisão internacional do trabalho, proporcionando vantagens irreversíveis para os países imperialistas.

Os banqueiros, sabendo de seu sólido respaldo financeiro, emprestaram a essas burguesias quantias equivalentes a três ou quatro vezes o que tinham em depósito. Dentro de cinco anos, a amortização e o serviço da dívida externa corroeram o superávit e os deixaram de novo na situação de simples devedores. Como se esse mecanismo não fosse suficiente, as altas taxas de juros dos bancos ianques davam conta do resto. Sendo o dólar a única moeda confiável, nada melhor, para ter depósitos confiáveis, do que transferir os aos bancos norte-americanos ou suíços, que operam com dólares disponíveis a qualquer momento. Como cada país precisa operar em dólares como divisa de intercâmbio comercial-financeiro, as burguesias das semicolônias de mercado financeiro aberto trocam as suas moedas desvalorizadas por dólares fortes, que depositam em contas pessoais nos bancos dos EUA.



Manifestação de desempregados, nos EUA.

**"A marcha do índice de desemprego em direção a cifras de pânico, representa um êxito mínimo do governo Reagan; porém por menor que seja, não deixa lugar a dúvidas sobre o fato objetivo de que o gigante dá sinais de vida, e que ainda não chegou o tempo de entrar em estado de coma. A explicação disto deve ser buscada numa análise de conjunto do que aconteceu na economia mundial, nos últimos anos".**

## A evasão de divisas é um roubo

Para enfrentar essa "evasão de divisas", os governos semicoloniais gastam as reservas de moeda estrangeira (dólares), entregando-as aos especuladores que as passam para Nova York; e chegam ao extremo — como ocorreu na Argentina com a política de Martínez de Hoz — de pedir empréstimos em nome de empresas estatais, para obter divisas destinadas a pagar os especuladores.

É fato comprovado que, dos 80 bilhões de dívida do México, pelo menos 50 originaram-se na massiva evasão de divisas. O dinheiro que o país deve é o mesmo que os capitalistas depositaram em suas contas pessoais, para ganhar altas taxas de juros nos EUA. Da Venezuela, só no último ano, sumiram 15 bilhões, isto é, metade do que o país deve. A evasão de divisas é um roubo, pura e simplesmente.

Assim, sobre países produtores de petróleo ou não, vemos que, através do mecanismo da dívida externa, a burguesia imperialista consegue impor a sua pilhagem, mediante os movimentos especulativos de capitais.

## Por que altas taxas de juros nos EUA?

Ao longo deste artigo, mencionamos várias vezes que as altas taxas de juros estão na origem de não poucos fenômenos de sucção massiva da riqueza mundial, que vai parar nas mãos dos bancos imperialistas. Mas por quê? Como surge esse engenhoso mecanismo que concentra a riqueza nos EUA, e a miséria crescente nos demais países capitalistas, inclusive na Europa?

Contraditoriamente, as altas taxas de juros dos EUA constituem um mecanismo polivalente, vantajoso, na maioria dos casos, para o imperialismo ianque.

Ressaltamos, para começar, que sua origem está numa decisão política no mais alto nível da estratégia econômica e militar de Reagan e de Paul Volcker, seu homem de confiança à frente do Fundo de Reserva Federal (acaba de ser nomeado para mais quatro anos no cargo, a pedido dos banqueiros de Wall Street).

Com base em elementos fundamentais da teoria monetarista de Friedman, que aconselha regular os mecanismos econômicos através da disponibilidade dos

recursos monetários, o Fundo de Reserva Federal retém dinheiro, para encarecer o crédito a partir da restrição de liquidez. Restringindo-se a oferta monetária, diminui-se a pressão inflacionária e conserva-se parada a atividade econômica, diminuindo os investimentos, desestimulados pelo crédito caro. Mas, ao mesmo tempo, gera-se outro brutal mecanismo de escassez de crédito, permitindo um déficit altíssimo nos gastos federais. Precisando de 220 bilhões para enxugar o déficit, boa parte do crédito vai para esse cliente extraordinário e ótimo pagador. Assim, o volume de crédito absorvido, em grande parte, pela demanda governamental, torna escasso o crédito disponível para as atividades que não se originam desses gastos governamentais.

Teoricamente, os altos custos dos créditos constituem um dos fatores de encarecimento dos produtos industriais e dos serviços — isto é, um fator inflacionário. Mas como, ao mesmo tempo, produziu-se recessão e desemprego, restringindo a demanda, os preços de oferta dos produtos e serviços tendem a manter-se, sob pena de maior recessão. Segundo os monetaristas, pois, as "acertadas" receitas do Fundo de Reserva Federal conseguiram diminuir a inflação, às custas de uma recessão prolongada. Para continuar operando e inclusive modernizando-se, as indústrias, cujo controle acionário está nas mãos dos mesmos bancos que distribuem o crédito, precisam também endividar-se cada vez mais.

Mas nada disso funcionaria se muitas dessas companhias, por sua vez, não vendessem caro, a um excelente cliente que paga muito bem: o estado ianque, e particularmente o Pentágono, com um orçamento militar de proporções inimagináveis, que decorre, em pelo menos 60%, do déficit orçamentário, autorizado pelo mesmo Fundo de Reserva Federal. Os 200 bilhões destinados pelo Pentágono à pesquisa e desenvolvimento de novos tipos de armas, mais 150 bilhões para os gastos militares de rotina, são a bomba de oxigênio que mantém em funcionamento todo o sistema.

A recuperação de 8% experimentada pela economia norte-americana, saindo assim de dez anos de recessão, tem origem na implementação dos planos econômicos de Reagan, que reativou a indústria armamentista a níveis extraordinários. A verdadeira locomotiva de toda a economia ianque é, portanto, o orçamento militar de mais de 320 bilhões de dólares por ano. Os norte-americanos compraram mais Coca-Cola, mais cigarros, passearam mais por seu país-continente, reativando a economia, graças aos lucros dos grandes bancos nas semicolônias e ao orçamento militar de Reagan, que põem em movimento todo o sistema, cada vez mais perto do abismo.

## O dólar caro, de curso forçado

Não seria difícil compreender todo esse sinistro mecanismo da economia estatal contra-revolucionária dos EUA, se não surgissem outras perguntas. Como pode ser conveniente, para os EUA, um dólar caro, que os coloca em desvantagem frente a outras economias imperialistas, que poderiam ganhar terreno nas exportações (as quais, necessariamente, concorreriam em melhores condições com os encarecidos produtos ianques)? A resposta a essa questão, por parte do governo Reagan e dos setores dominantes da burguesia imperialista, relaciona as considerações que damos a seguir. Ante as queixas de seus sócios imperialistas e dos pessimistas e arruinados por este modelo, para o qual não vêem perspectiva nenhuma, Reagan e a alta burguesia respondem:

- 1) Temos, em nosso país continente, o maior mercado interno do mundo. Somos 220 milhões de almas, com uma renda per capita entre as mais altas do mundo inteiro.
- 2) Somos grandes importadores. Se não comprarem de nós, não compramos deles. Se não aceitarem, nós somos mil vezes mais fortes e os obrigaremos.
- 3) Praticaremos o protecionismo e tudo o que possa prejudicar os nossos rivais na produção; imporemos a eles altas barreiras alfandegárias. Se quiserem fazer o mesmo conosco, os obrigaremos a retroceder.
- 4) Temos grandes devedores, aos quais continuaremos emprestando dinheiro, desde que comprem de nós.
- 5) Temos uma poderosa máquina de guerra, que "protege" muitas das burguesias amigas. Elas nos pagam essa proteção, comprando de nós.
- 6) Mantendo alto o valor da nossa moeda e altas as nossas taxas de juros, sugamos capitais do mundo todo. É de lá que saem, é lá que vão escassear, como já começam a escassear. Podemos então modernizar as nossas indústrias e ganhar terreno com artigos de qualidade mais sofisticada. Eles não poderão modernizar-se, porque não terão esses capitais, que afluem para os nossos bancos.
- 7) Se algum dos concorrentes se rebelar, nós, muito espertos, nos associaremos a ele. Vejam o exemplo da fusão da General Motors com a Toyota japonesa. Se o Japão nos estorvar muito, aplicamos maior protecionismo e ainda o obrigamos a gastar muito mais para a sua defesa; assim, conseguiremos fazê-lo engolir uma dose muito maior de parasitismo armamentista.
- 8) Se apesar de tudo isso perdermos terreno no comércio industrial e tivermos

que reduzir a produção industrial, podemos manter uma alta taxa de desemprego, da ordem de 10%, por muitos anos, porque podemos subsidiá-la; para isso podemos sempre contar com o déficit do orçamento federal, sustentado pela confiança no dólar, que todos eles ajudam a manter com suas economias débeis e pouco estáveis.

A lógica da burguesia ianque, se não for exatamente esta, deve ser bem parecida, porque aí estão as respostas típicas que oferece às queixas das burguesias européias e das semicolônias.

Qual pode ser o destino provável da economia mundial, ante a lógica férrea dos banqueiros ianques? Seria ingênuo acreditar que a recuperação da economia ianque seja a locomotiva do trem da economia mundial, que começaria a mover-se, reativando a produção e as trocas comerciais.

O que locomotiva ianque faz, é roubar a carga e o combustível de todos os trens, grandes ou pequenos. É certo que existe uma reativação da economia norte-americana, e não é menos certo que ela se alimenta do retrocesso de todas as demais economias do planeta.

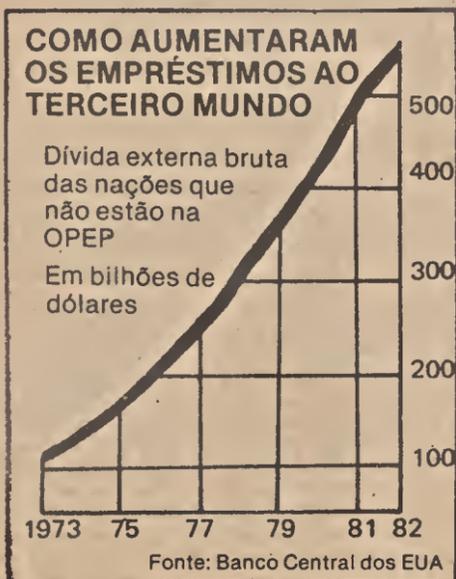
O imperialismo mundial consegue sobreviver exacerbando cada vez mais suas contradições, destruindo as forças produtivas e jogando na miséria a maioria da população do mundo.

A produção armamentista é uma de suas fontes privilegiadas de reativação econômica, embora seja a forma mais sinistra de gerar crescimento econômico. A isso junta-se agora a especulação financeira como método usual de sobrevivência. A rigor, o capitalismo não gera novas riquezas: vive da acumulação do passado, e o gigantesco parasitismo financeiro faz crescer, dia a dia, a montanha de títulos, que não representam nenhum valor novo ou real. A agiotagem bancária não gera riqueza; pelo contrário, corrói as bases da economia e da sociedade.

Multiplicando a miséria surgida do retrocesso econômico, o imperialismo faz do capital especulativo um acréscimo absolutamente fictício para sua própria existência. Se nós estamos destinados a passar fome enquanto não destruímos o capitalismo, os imperialistas correm o risco de chegar ao ponto de ter que comer os milhões de títulos bancários e notas sem valor.

A miséria que encurrala as massas populares das semicolônias fará, da palavra de ordem de não-pagamento da dívida externa, a principal ferramenta de sua emancipação. Essa reivindicação das nações oprimidas surge por si só, como necessidade histórica, pela simples razão que o dilema de escolher entre comer e pagar será resolvido contra a agiotagem dos bancos imperialistas. Os trabalhadores não têm outra alternativa.

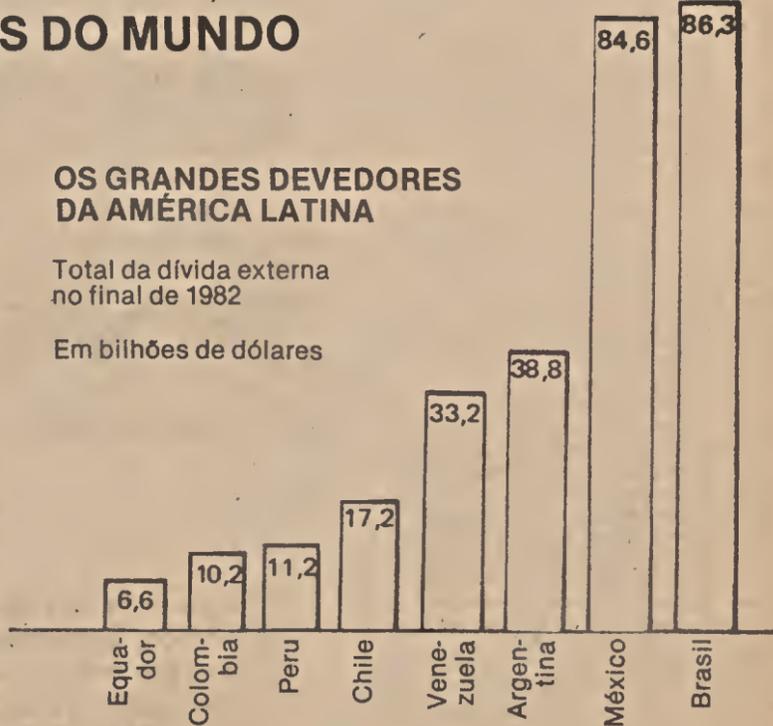
## OS GRANDES DEVEDORES DO MUNDO



## OS GRANDES DEVEDORES DA AMÉRICA LATINA

Total da dívida externa no final de 1982

Em bilhões de dólares



Fonte: World Financial Markets and Morgan Guaranty

# A PAZ ROMANA



Enrique Broquen

É chover no molhado afirmar que a religião, em todas as suas formas, sempre se constituiu em um elemento decisivo na domesticação dos povos, desviando os oprimidos da luta por sua emancipação, com a promessa de vida eterna no paraíso, e que por isso, os sofrimentos vividos aqui na terra seriam insignificantes. Para todas as religiões, os "sofrimentos mundanos" são o preço necessário a ser pago pelos futuros bens celestiais. Portanto, para um crente, a luta contra a exploração torna-se sinônimo de desobediência ao preço que deve ser pago pela salvação eterna. Em outras palavras, uma rebelião contra a vontade de Deus. As consequências são óbvias. Enquanto os oprimidos se resignam, os opressores desfrutam em paz os benefícios dessa opressão.

Historicamente, a Igreja Católica levou até as últimas consequências esta alienação a pseudo-valores eternos. Por isso, foi e é a mais ferrenha defensora e a mais eficaz aliada de todas as classes explorado-

ras e de todos os privilegiados, e seus interesses estão ligados a estas classes e setores. Assim sendo, não é de se estranhar sua habilidade política para trocar de aliados cada vez que uma profunda transformação social substitui um regime de exploração por outro, ou quando surgem novos setores privilegiados. Quando a burguesia se tornou vitoriosa, esta defensora incondicional do regime feudal mudou de casaca, tornando-se a mais fiel aliada daquela nova classe social e presenteou-a com a ideologia alienante que ainda ajuda a encobrir a imensa injustiça do regime capitalista, contribuindo assim para que as massas fiéis aceitem isso resignadas.

Para melhor cumprir esta função, acomodou suas concepções. A chamada "doutrina social" da Igreja, elaborada pelo Papa Leão XIII há um século, enquanto defende integralmente a propriedade privada dos meios de produção e de troca, fazendo com que a inviolabilidade desta propriedade se converta em um dogma, faz com que em úl-

tima instância, este dogma se torne a ideologia que encobre e sacramenta a base material do regime capitalista. Jogando fora as teorias inúteis daquele chamado comunismo ingênuo do cristianismo primitivo que, no início, deu a esta corrente religiosa uma enorme força para captar a adesão dos escravos e plebeus na época de decadência do Império Romano, na nova época capitalista esta mesma religião consagra como divino o direito da burguesia explorar o trabalho humano em seu benefício.

Sabemos que essa "doutrina social" exige um melhor tratamento aos trabalhadores e exige determinadas reformas. Porém, seu objetivo é suavizar a exploração para melhor mantê-la sem denunciá-la ou atacá-la. Como a graxa que lubrifica as engrenagens das máquinas, busca assegurar o melhor funcionamento da sociedade capitalista. Seu sermão procura tornar digerível ao proletariado sua situação de explorado

e tenta consolá-lo para distanciá-lo da rebelião, para adiar, oxalá eternamente, a erupção da revolução que acabe com a opressão do homem, com todos os privilegiados e seus privilégios, incluindo os da própria igreja.

E por isso vemos sempre a Igreja católica, através de seus pontífices, cardeais, bispos ou simplesmente sacerdotes, defender — mesmo nas situações mais disparres — a atual estrutura de classes ou de privilégios da sociedade, tanto no mundo capitalista como naqueles estados operários burocratizados onde tenha conseguido influência. Por isso, vive dando cobertura ideológica aos centros de poder. Acima de situações e circunstâncias dissimilares, seja atrás de um fuzil ou de um púlpito, a Igreja Católica atua sempre como a mais fiel e devota defensora da contra-revolução.

A partir do segundo pós-guerra, quando o imperialismo norte-americano e a buro-



cracia soviética assinaram seu acordo para repartir o mundo em áreas de influências e combater implacavelmente o desenvolvimento da revolução operária e colonial, nas diversas etapas que se sucederam, foram contando com o apoio indispensável da hierarquia eclesiástica.

Em determinados momentos, o Vaticano acompanhou o imperialismo ocidental em suas campanhas contra a União Soviética. Por exemplo, durante a guerra fria. Os ataques da URSS a partir da chamada "catedral de S. Pedro", das encíclicas papais, das pastorais de seus bispos ou a partir do confessionalário, estão frescos na memória daqueles que já contamos com... mais de quarenta anos. Porém, essa facilidade que os hierarcas da Igreja possuem, permitiu que se colocassem sempre "acima do bem e do mal", para caminharem sempre na direção dos que defendessem a contra-revolução, ainda quando se tratasse de seus supostamente imperdoáveis inimigos, os dirigentes comunistas.

Talvez o melhor exemplo desta capacidade, seja uma experiência pessoal. Há muitos anos, um importante advogado argentino me contou que viajou para visitar o papa Pio XII, levando-lhe uma mensagem do general Perón, na época em que o PC era dirigido por Togliatti e fazia parte do governo italiano. Ao interrogar o Sumo Pontífice — que em anos anteriores havia estado com o fascismo e nazismo — sobre o que aconteceria com o Vaticano se o comunismo se impusesse na Itália, o Papa, com um largo sorriso, respondeu: "Tranquillize-se meu filho, nos tornaremos comunistas".

O Vaticano sabe muito bem que a burocracia soviética e a dos demais estados operários deformados é a melhor garantia para tentar impedir a vitória da revolução política. Por isso, depois dos levantes de Berlim Oriental e depois da morte de Stalin, correu atenciosa em socorro da burocracia polonesa, em 1956, para desativar naquele país o levante dos trabalhadores poloneses sem necessidade de recorrer ao nojento apoio dos tanques soviéticos, coisa que aconteceu na vizinha Hungria. A burocracia polonesa foi quem abriu as portas para que a Igreja Católica desenvolvesse sua propaganda e ação, e consiga a importante prédica que hoje possui neste país socialista.

Por isso, assim como a burocracia dos estados operários degenerados está disposta a qualquer serviço que garanta a vitória da contra-revolução e sobrevivência do imperialismo, do qual se tornou seu maior agente e cúmplice, a Igreja Católica está disposta a apoiar e defender todos que defendam na ordem mundial a serviço da contra-revolução, inclusive passando por cima dos sistemas e ideologias que sustentem.

Assim, esteve com o decadente império Romano, com o regime feudal, com a monarquia absoluta, com a monarquia constitucional, com a república burguesa. Com os ditadores ou com os governos "populares" nas semi-colônias, de acordo com as diferentes situações. Às vezes, estava na oposição ou inclusive participando da luta guerrilheira, se este é o melhor caminho para desviar a vitória da revolução e impedir a derrota dos exploradores. E também com a burocracia dos estados operários deformados, apesar de suas posições atéticas e "marxistas", se assim exigir o combate contra os trabalhadores desses países.

A Santa Sé sabe que a burocracia soviética e a dos demais países socialistas é a melhor garantia para a manutenção do controle totalitário dos trabalhadores destes países, já que os burocratas defendem seus próprios privilégios setoriais. Talvez, saiba disso melhor que o imperialismo norte-americano. Isso, porque possui uma antiga tradição e um olfato mais refinado. Por acaso a Igreja não chegou a se "acomodar" com a própria Revolução Francesa assim que esta iniciou sua deformação termidoriana, esquecendo-se rapidamente das centenas de sacerdotes degolados nas famosas jornadas de 1793 e as perseguições que os padres sofreram durante o ascenso revolucionário? Antes e hoje, apoiou sempre as forças da "ordem", passando por cima de seu símbolo ideológico, que é a melhor maneira de defender seus próprios interesses enquanto instituição contra-revolucionária, por excelência.

Não é por acaso que o atual Papa seja — há mais de quatrocentos anos da morte de Alexandre VI, o último papa não italiano — justamente um polonês. E também

podemos nos perguntar se foi casual o abrupto e pouco explicado desaparecimento do sucessor de Paulo VI, João Paulo I. Até os dias de hoje, ninguém conhecia em Roma aquele que hoje é João Paulo II. Nunca tinha-se falado sobre sua capacidade, sua inteligência, de sua fortaleza não só espiritual mas também física, de seu prestígio. Do anonimato, deu um salto para ocupar a mais alta posição neste enorme aparato de domínio e repressão, que é a hierarquia eclesiástica. Porém, havia nascido na... Polónia, e é profundo conhecedor dos sentimentos e da psicologia do povo polonês, no meio do qual passou toda a sua vida até que em 1978, saltou repentinamente para o trono pontifício.

Desde 1970, a Polónia é o "elo mais fraco" na corrente dos estados operários que vivem sob o domínio totalitário da burocracia soviética. No cotidiano, o povo polonês sofre mais que os outros as consequências dos desvios stalinistas, da deformação da revolução de Outubro; por ser o país, entre os chamados socialistas, que vive hoje a mais profunda crise econômica, por ser o que se encontra mais ligado ao capitalismo ocidental, pois é o maior devedor que o imperialismo possui por detrás da "cortina de ferro". Dessa forma, a Polónia concentra as atenções da URSS, dos EUA e da poderosa Igreja Católica. E por isso nos atrevemos a dizer que a nomeação do primeiro Papa polonês é consequência de uma decisão política muito discutida e "sábida", onde se baralham, de forma mais ou menos direta e indireta, os interesses tanto da Igreja como os do imperialismo norte-americano e da própria burocracia soviética. E nestes últimos anos, foi um dos mais hábeis, ativos e influentes agentes da contra-revolução em todo o mundo, inclusive dentro e fora da "cortina de ferro".

Para os argentinos, basta que recordem a visita do Papa em junho de 1982, quando veio apressado lá da não católica Inglaterra, impor à Argentina a capitulação diante dos inimigos imperialistas ingleses, através da prédica da "paz", a todo custo. Apoiando-se nos sentimentos religiosos que são respeitáveis no povo argentino, deu uma cobertura piedosa que as forças imperialistas necessitavam para que as posições pró-imperialistas e capituladoras pudessem abrir caminho entre as forças armadas e o governo.

Porém, o Papa viajou também para a América Central, para tentar debilitar o governo sandinista, "persona non grata" aos EUA em que pese sua orientação pró-burguesa. E acima de tudo, o Papa foi para pregar a "paz", o desarmamento e a resignação das massas salvadoreñas, que de armas nas mãos, lutam contra o governo títere dos Estados Unidos.

Porém, é lógico que é na própria Polónia onde melhor se desenvolve a tarefa de João Paulo II. A revolução política, que coloca em perigo tanto os privilégios da burocracia na Polónia, como também na URSS e demais estados operários burocratizados, não só continuou avançando (lembramos as greves de 1976), mas deu um violento salto em 1980, quando as greves duplicaram e teve início a formação das organizações operárias fora do controle estatal, como o surgimento do poderoso sindicato único Solidariedade. Ninguém pode negar o papel de Walesa e seus acólitos, fervorosos seguidores da Igreja, estavam jogando para frear esse processo revolucionário. Ultrapassados pelas próprias massas, não cumpriram a função

que a Igreja lhes destinava e que inclusive o governo e o partido na Polónia esperavam. Também não havia sido suficiente a primeira visita de João Paulo II e sua permanente prédica "pacifista". Foi necessário o golpe militar de dezembro de 1981 para esmagar a mobilização dos trabalhadores poloneses.

Porém, para manter os efeitos conseguidos pelo sangüário golpe que levou ao poder Jaruzelsky, este ano foi necessário mais um esforço do Vaticano. A ditadura militar havia colocado vários obstáculos a uma visita do Papa à Polónia. Por sua vez, João Paulo havia proclamado enfaticamente que não iria à sua terra natal enquanto a lei marcial permanecesse em vigor. Aparentemente, os obstáculos colocados por Jaruzelsky não foram superados. A lei marcial não foi levantada. Porém, o Papa realizou sua segunda visita à Polónia. Tornou a se ajoelhar e beijar a terra polonesa, e foi recebido com honras extraordinárias. Foi-lhe dada atenção correspondente a um chefe máximo de estado; circulou livremente por toda a Polónia, seus discursos não foram censurados, nem seus sermões, nem lhe foram restringidos a utilização dos meios de comunicação de massa. Não foi o visitante tolerado da primeira vez, mas um homenageado do próprio Jaruzelsky. Foi-lhe permitido fazer críticas ao governo e aconselhar a este moderação e tolerância. Porém, qual sua mensagem fundamental? Claro que, sem deixar de reconhecer a justeza das reclamações do povo polonês, hoje organizado na rede clandestina do Solidariedade, que resiste à ditadura, predicou a paciência, o desarmamento espiritual, a tranqüilidade, a moderação, a renúncia à toda ação direta, o respeito às autoridades e aos massacradores e carcereiros dos operários poloneses. Aproveitando seu carisma, seu prestígio, sua nacionalidade e seu caráter de chefe da Igreja onde hoje se aliena — graças à lacra stalinista — grande parte do povo polonês, especulando com sua fé inocente e ingênua, realizou o mais extraordinário esforço para desarmar espiritualmente a resistência, a indignação, a rebelião dos trabalhadores em direção à oração e à súplica, chamou-os a manter uma paz social sem exigências prévias, que implica, irremediavelmente a consolidação do regime vigente, da burocracia de Jaruzelsky e dos privilégios da própria hierarquia católica dentro do país.

Ignoramos o que foi conversado entre o Papa polonês e o ditador do povo polonês. Sem dúvidas, não se limitaram a saudações protocolares ou a conversações intranscendentes. Sem dúvidas, ali fizeram um pacto, traçaram uma estratégia comum a ser seguida, cada qual jogando o seu papel para impedir a revolução política na Polónia, salvando assim os interesses dos burocratas, padres, do próprio imperialismo norte-americano e mundial. O Papa, aparentemente recolhendo as reclamações operárias e populares, faz com que se desviem em direção à negociação e, em última instância, em direção à resignação, em nome do bem supremo da paz. Enquanto o ditador, ganhando tempo e afinando o aparato repressivo, faz algumas concessões "preventivas" que acalmem a indignação das massas.

Também não sabemos nunca o que conversaram João Paulo II e Walesa, nessa entrevista várias vezes postergada e que somente pode se realizar uma vez que o Papa e Jaruzelsky conversaram durante longo tempo. No entanto, não duvidamos

que a conduta que o Papa impôs a Walesa estará a serviço do pacto entre as hierarquias burocráticas e eclesiásticas, e que Walesa, apesar de suas claudicações, mas empurrado pela próprias dinâmicas do movimento que ele mesmo ajudou a estruturar, e pela necessidade de conservar seu lugar à frente do mesmo, continuará sendo mal visto pela hierarquia polonesa.

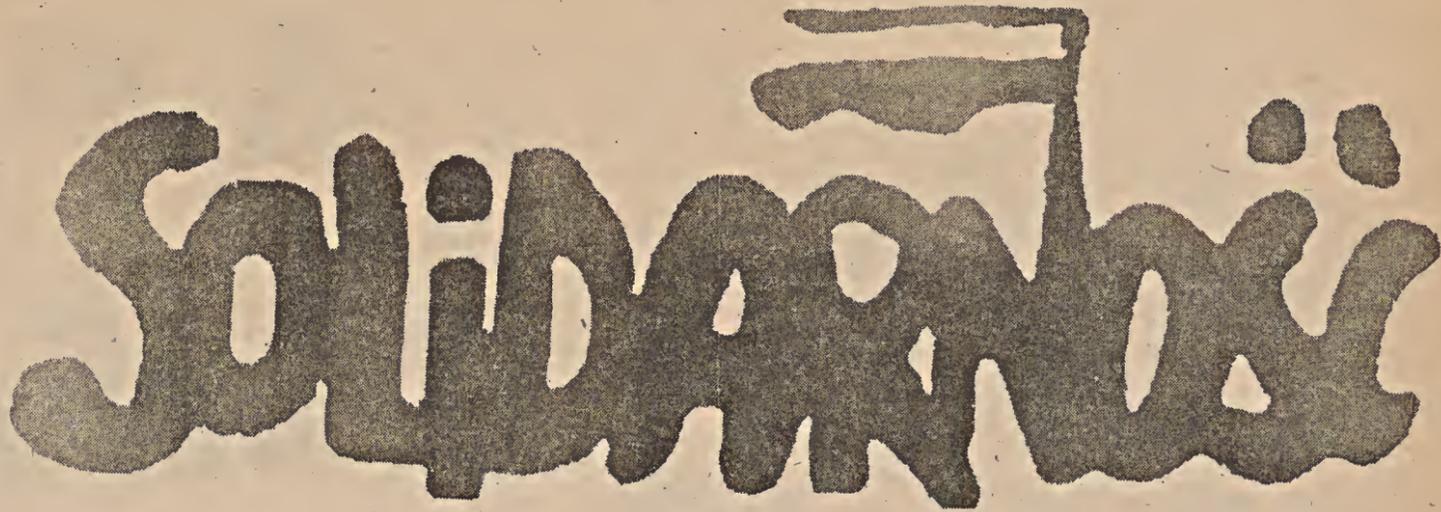
Uma indiscrição do padre Levi, sub-diretor do diário *L'Observatore Romano*, órgão oficial do Vaticano, em um artigo publicado antes de chegar a Roma o avião onde regressava o Papa, levantou um pouco o manto que ocultava o acordo. Levi não mentiu quando afirmou que o Papa impôs a Walesa, filho predileto da Igreja, que se retrasse para o alojamento de inverno. Levi foi demitido de seu alto cargo por causa de sua indiscrição, e não por ser tido como mentiroso. Se existe uma instituição hábil no manejo da diplomacia secreta, esta é a Igreja Católica, e isto há mil e seiscentos anos, desde que se "constatizou", desde que se converteu em religião oficial do decadente império Romano. Não poderia permitir que padre algum rompesse com essa tradição de "discreção".

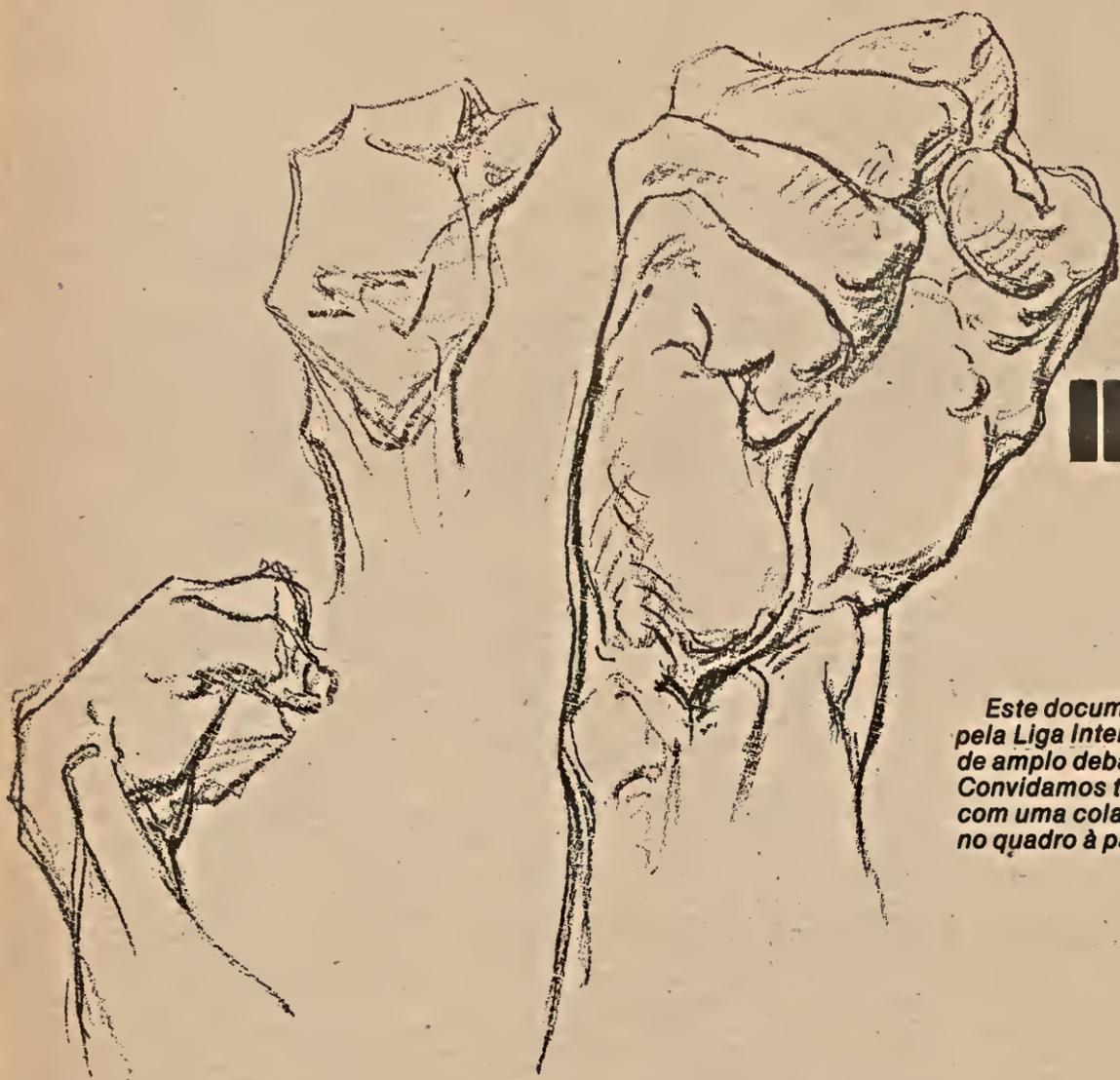
No âmbito de nosso próprio país, a Argentina, a Igreja aprofunda cada vez mais seu papel de defensora dos explorados e privilegiados. Durante a longa noite da ditadura, que suportamos durante anos, a hierarquia eclesiástica guardou silêncio premeditado. As Madres de la Plaza de Mayo sabem muito bem que tiveram que fazer longas vigílias — salvo algumas honrosas exceções — para serem recebidas pelo hierarcas da Igreja Católica. Sabem também as respostas que encontraram. Não podemos esquecer que, há alguns poucos meses, os bispos defenderam como positivo o vergonhoso documento com o qual a Junta Militar queria por fim à questão dos desaparecidos.

No entanto, a maleabilidade da hierarquia católica se renova a cada dia que passa. Como na verdade o governo militar já foi derrotado, como toda burguesia busca o aplauso imperialista, o descontentamento popular frente as eleições rapidamente modifica seu tom de crítica ao governo militar que sempre apoiou e se aruma com os burocratas sindicais para aparecer recolhendo justíssimas reivindicações operárias e populares, mas envolvendo-as num chamado à paz que, irremediavelmente, tende ao desarme espiritual dos explorados frente aos exploradores e inclusive propicia medidas dirigidas a reativar o aparato produtivo capitalista, a prolongar a exploração do homem pelo homem.

Não podemos deixar de sublinhar que, colocando-se tardiamente no mesmo tom da aparente virada ideológica do Vaticano, o último e confuso documento pastoral do episcopado argentino prescindiu, pela primeira vez, de toda referência condenatória ao comunismo e ainda, ao marxismo. Sua dupla função "pacificadora" das massas do Leste e do Oeste, encontrou aqui também, sua corroboração irrefutável.

Oxalá os setores das massas trabalhadoras que ainda aderem ao catolicismo, como toda a massa trabalhadora, "sincera até no erro", saibam compreender o quanto antes a função domesticadora, a favor do imperialismo e das burguesias nacionais e da burocracia soviética que cumpre a hierarquia eclesiástica. E saibam tapar seus ouvidos e sua consciência às orações. Trabalhem, com paciência e sem sectarismo, para que assim seja.





# TESES SOBRE A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

*Este documento de teses sobre a situação internacional, elaborado pela Liga Internacional dos Trabalhadores — LIT, será sem dúvida motivo de amplo debate, pelas questões fundamentais que coloca. Convidamos todos os nossos leitores a participar desse debate, aberto com uma colaboração de socialistas norte-americanos, que publicamos no quadro à parte.*

Desde 1943, estamos vivendo o período histórico de iminência da revolução. Num processo cada vez mais combinado e generalizado, tendem a sincronizar-se — com desigualdades e contradições — os desdobramentos do ascenso revolucionário do proletariado e das massas dos países imperialistas, das semicolônias e colônias e dos estados operários formados depois da Segunda Guerra Mundial. Os grandes ausentes dos combates de maior importância continuam sendo o proletariado lanque e o soviético, sobre cujos ombros repousa o destino último da humanidade.

Nos países imperialistas, particularmente os da Europa, o ascenso revolucionário arrefeceu a partir de 1948-49, para ressurgir com grande força em 1968, com a greve geral francesa combinando-se com o enorme impulso da revolução política (Tchecoslováquia 1968, Polônia 1970). Porém, esses movimentos, tal como os movimentos grevistas da Itália e, mais tarde, da Inglaterra e Espanha, não se transformaram em triunfos revolucionários, embora tenham afetado, sim, o desenvolvimento ulterior das relações entre o proletariado e a burguesia.

Os regimes se mantêm, ainda que absorvendo cada vez mais fatores de decomposição, originados na decadência de todos esses imperialismos e no ascenso gradual — embora desigual — do proletariado e das massas. Só a revolução proletária em Portugal significou um triunfo imenso nesse período. Ela expressou a quebra do elo mais frágil da cadeia imperialista, submetida aos embates do ascenso revolucionário mundial, em pleno desenvolvimento nas colônias portuguesas na África (entre outros locais) e no Vietnã às vésperas do triunfo histórico que já se anunciava. É verdade que a contra-revolução democrática conseguiu abrir caminho em Portugal, porém a profunda instabilidade política pós-revolucionária desse país acompanha a do resto do continente. Tal instabilidade ainda não chegou ao ponto de explosão porque, contraditoriamente, o fortalecimento eleitoral dos partidos operários burgueses, nos países mais próximos à explosão (Espanha, França, Grécia, Itália), permite à burguesia usar a fundo os aparatos para suportar a crise.

Na Europa, ainda estão por vir os gigantescos combates que a classe operária é capaz de travar, submetida à ruína capitalista que põe à prova a capacidade contra-revolucionária dos aparatos stalinistas e reformistas. A força desses aparatos deve-se, até agora, o atraso — cada vez mais explosivo — da revolução europeia, de cujos desenlaces depende a entrada em cena do proletariado russo e norte-americano.

Desde o seu surgimento, os estados operários da Europa Oriental e da China desenvolvem mais aceleradamente do que na URSS — devido à especificidade de cada um desses processos e à solidez estrutu-

ral das respectivas burocracias — o processo da revolução política. Todos os enormes levantes foram esmagados (Berlim 1953, Hungria 1956, Tchecoslováquia 1968), desviados e derrotados (China 1956 e 1967, Polônia 1956 e 1970) ou transitoriamente contidos devido à dramática falta de direção e à contra-ofensiva agônica da burocracia em ruína (Polônia 1980). Analisando numa perspectiva histórica o processo de revolução política de 1953 a 1983, é indubitável que a burocracia chegou a tal ponto de decomposição e parasitismo — e a Polônia é o exemplo mais extremo — que é visível sua incapacidade de infligir derrotas históricas ao proletariado. Podemos prever que a próxima vaga da revolução política, se conseguir resolver o problema vital de direção, pode assinalar o fim — ou, pelo menos, o caos — do regime político da burocracia stalinista soviética e de suas burocracias satélites.

A mesma lógica aplica-se ao colossal proletariado chinês e à burocracia maoísta; apenas, nesse país, o domínio da burocracia adquire traços dramáticos de instabilidade permanente, com periódicos abalos que colocam, repetidamente (mas num processo mais contínuo), as lutas abertas entre frações da burocracia, ofensivas de massas e contra-ofensivas burocráticas.

A linha de desenvolvimento ascendente, permanente e generalizado manifestou-se, neste período revolucionário do pós-guerra, nos países coloniais e semicoloniais. Sua força decorre da entrada na cena política de seu jovem proletariado e de suas massas radicalizadas, refletindo simetricamente a decadência e o desmoronamento dos velhos impérios coloniais europeus. Nesta luta, os povos coloniais acumularam tal profundidade e contundência que, a partir de 1975, demonstraram-se capazes de começar a derrotar o poderoso imperialismo lanque, que tomou o lugar das velhas potências europeias em retrocesso. Seria interminável a lista das batalhas revolucionárias ganhas na África, na Ásia e, algumas, na América Latina — onde foram pulverizados, em sua quase totalidade, os estatutos coloniais, ainda que, na maioria dos países, esse tipo de dominação direta tenha sido substituída pela semicolonial.

Na América Latina, depois da vaga anti-imperialista imediatamente após a guerra, a revolução proletária teve seus pontos mais altos na revolução boliviana de 1952, na cubana de 1959-61, no ascenso do Cone Sul entre 1969 e 1973 e, desde 1976, na revolução peruana (aberta com a derrubada da ditadura), que se combina com a revolução centro-americana (iniciada com a guerra civil e o triunfo nicaraguense) e com o processo revolucionário do Cone Sul, na Bolívia e Argentina, em 1982.

Uma vez que o imperialismo norte-americano saiu fortalecido da Segunda Guerra — acumulando uma potencialidade contra-revolucionária sem precedentes na História — é lógico diagnosticar que, enquanto não fossem derrotadas suas forças, que constituem o pivô da sobrevivência do capitalismo mundial, não se podia

pensar no surgimento de uma época de desenlaces históricos definitivos. Pois bem, o Vietnã abriu essa época. Desde 1975, a revolução iminente torna-se generalizada. O Irã, a Nicarágua, a Polônia, e o Cone Sul da América Latina exemplificam a plena vigência dessa época de desenlaces históricos. O modo como tendem a combinar-se os processos revolucionários na América Central e no Cone Sul demonstra claramente o caráter geral do ascenso, que ultrapassa as fronteiras a uma velocidade impressionante. O mesmo ocorre no Oriente Médio, mas de forma muito mais mediada, pois essa região foi escolhida pelos EUA e pela burocracia soviética para dirimir à sua maneira a "luta de blocos", que deforma, desloca e complica os roteiros da luta de classes, levando, por iniciativa do imperialismo (via Israel) a um constante choque militar entre estados.

Depois da derrota do Vietnã, com Carter e sobretudo com Reagan, o imperialismo lanque — constatando um retrocesso descomunal em suas posições — lança-se a uma contra-ofensiva que coexiste dramaticamente com o ascenso revolucionário mais importante desde 1950, exacerbando e multiplicando as áreas de conflitos abertos entre a revolução e a contra-revolução, ambas tentando impor seu selo ao período que estamos vivendo.

Essa contra-ofensiva está chegando a um ponto gravíssimo, que pode ser qualitativo. Reagan está levando o imperialismo a tal nível de aventura que pode ver-se obrigado a operar como exército contra-revolucionário em várias partes do planeta e até a pensar como provável uma guerra de extermínio contra os estados operários ou semicolônias que desafiem abertamente seus designios. Isto seria o clímax, implicando paralelamente sérias divergências políticas dentro dos Estados Unidos. Mas, mesmo sem chegar a tal ponto, é fato constatável que os EUA têm procurado se impor mesmo em situações altamente desfavoráveis, como na América Central, dando sinal verde à agressão armada contra a Nicarágua.

Com a derrota palestina no Líbano, não conseguiram estabilizar a região, e complica-se cada vez mais a situação interna do estado sionista. O cerco militar à revolução iraniana, realizado em cooperação com a burocracia russa, através do Iraque, sofre uma reviravolta com a derrota deste. A guerra conseguiu empantanar a revolução e reforçar Khomeini e o clero reacionário, mas exacerbou o foco explosivo representado pela revolução iraniana, contra o sistema de alianças contraditórias mediante as quais as burguesias árabes coexistem, conflituosamente, com Israel.

Com a agressão à Nicarágua e a ajuda massiva aos governos de El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica, o imperialismo conseguiu manter em vida seu dispositivo



semicolonial na região; mas a preço de entrar na dinâmica de uma intervenção direta ou de se ver derrotado em toda a linha, sem nem poder tentar uma contra-ofensiva maior, em função das complicações internas que isto acarretaria para os próprios EUA, que continuam vivendo sob a síndrome do Vietnã, no momento em que se torna irreversível a marcha para a maior crise econômica de toda sua história.

O apoio irrestrito de todo o aparato imperialista ianque à agressão inglesa, na guerra das Malvinas, evitou que uma eventual derrota do imperialismo inglês pudesse desencadear uma vaga anti-imperialista de imensas proporções; porém, a derrota da Argentina, que ajudaram a infligir, significou uma intensificação da revolução no Cone Sul.

**VII** A contra-ofensiva imperialista configura-se como resultado da combinação de suas linhas *intervencionistas diretas* (Libano, Nicarágua, América Central, Malvinas), de um *armamentismo* sem precedentes contra a URSS e, de modo geral, contra o proletariado mundial, e de uma *ofensiva econômica*, também sem equivalente histórico, contra as semicolônias, contra o proletariado europeu, contra os estados operários e contra seu próprio proletariado.

A burguesia ianque procura espoliar uma gigantesca massa de lucros da economia mundial e de seu próprio proletariado, para sustentar sua insana acumulação de meios de destruição com fins contra-revolucionários e para aumentar sua taxa de lucros.

O fenômeno mais original dessa massiva sucção de riquezas a serem dedicadas ao armamentismo é que — já que há anos está paralisado o crescimento econômico dos países imperialistas e das semicolônias — toda essa sucção massiva de mais-valia é feita sobre a acumulação anterior, levando à ruína as colônias, semicolônias e alguns estados operários (como a Polônia), através do peso da dívida externa, bem como os proletários dos países imperialistas — inclusive os norte-americanos — que vão perdendo, uma atrás da outra, suas velhas conquistas e seu nível de vida.

Não apenas terminou o "boom", mas se verifica uma regressão acentuada de todas as economias industrializadas e das colônias e semicolônias, com suas sequelas de miséria social.

**VIII** A contra-revolução esforça-se cada vez mais para impor, a seu favor, uma modificação da situação atual; porém, ao fortalecer seus planos e iniciativas para competir com o ascenso revolucionário, acaba exacerbando todo o quadro. A revolução continua a abrir caminho e a se afirmar.

A derrota da invasão dos somozistas é comparável à derrota da Baía dos Porcos, apesar de a linha capituladora fundamental da FSLN frear — agonicamente — a necessidade de constituir a Nicarágua como estado operário, no calor da defesa anti-imperialista das conquistas da revolução nicaraguense.

Ao desencadear sua contra-ofensiva, o imperialismo força e exacerba a combinação de todos os processos centro-americanos, obrigando as direções nacionalistas a se defenderem coletivamente, ainda que de forma muito empírica. Elas se vêem forçadas, inclusive, a adotar parte de nosso programa, para resistir à contra-ofensiva ianque, que aguçou ao extremo as tensões. Isto implica que, enquanto se mantiver a crise de direção, presenciaremos passos progressivos e contramarchas negociadoras e covardes, por parte das direções capituladoras, que, com suas vacilações, dão à contra-revolução a oportunidade de se reforçar e atacar com iniciativa. Mesmo assim, a política agressiva do imperialismo não está conseguindo deter a ofensiva revolucionária.

**IX** Do cenário centro-americano — onde o peso da revolução recai sobre o campesinato e a guerra de guerrilhas, e onde a contra-revolução também opera através de tentativas de guerra de controle de territórios (defesa das zonas sob controle do governo Magaña em El Salvador, invasão dos "contras" na Nicarágua a partir de Honduras e com a guerrilha de Pastora no sul, extermínio dos índios guatemaltecos) — o eixo desloca-se para o Cone Sul da América Latina, onde o peso do proletariado vai se orientando para a perspectiva de insurreições urbanas ainda mais decisivas que a revolução centro-americana, no que se refere à natureza diretamente operária e socialista de seus futuros desenlaces. No Peru, na Bolívia e na Argentina estamos vivendo uma revolução provocada pelo desmoronamento dos regimes militares de Morales Bermúdez, García Meza e Galtieri. São revoluções de fevereiro, que só pela debilidade da direção revolucionária não se transformaram em revoluções de outubro.

**X** A importância descomunal da revolução centro-americana é que ela está transferindo o drama de seus enfrentamentos ao seio da própria burguesia ianque, que não conseguiu superar as sequelas da crise política provocada pela derrota do Vietnã e pelo escândalo de Watergate. A maior potencialidade da revolução centro-americana decorre da possibilidade de que seus desdobramentos acabem por se combinar com o advento da revolução mexicana, que irá repercutir nos guetos latinos e negros de Los Angeles, Nova York e Chicago. Mas precisamente por encerrar tal perigo para a própria situação da luta de classes dentro dos EUA, a burguesia imperialista fará o possível e o impossível para retardar o triunfo centro-americano. Isto não descarta que passos em falso ou aventuras intervencionistas possam acabar provocando o efeito contrário.

**XI** Não faltam argumentos à burguesia ianque para tentar impedir também a revolução proletária no Cone Sul, que — como todo o planeta — fica em sua "zona de segurança". Mas é difícil imaginar centenas de milhares de *marines* do altiplano boliviano, em Lima, nas *sierras* peruanas ou na Grande Buenos Aires, sobretudo sem poder usar o exército brasileiro, "ocupado" com cinco milhões de proletários só no estado de São Paulo. A revolução operária no Cone Sul tem probabilidades de concretização infinitamente superiores, no próximo período, e o programa socialista revolucionário poderá fundir-se muito mais facilmente com as massas proletárias desse subcontinente, de forte desenvolvimento capitalista, de ruína sem precedentes, de tradições revolucionárias, abrindo caminho para a possibilidade de resolver o problema crucial da crise de direção do proletariado.

Estes argumentos poderiam valer, dez vezes mais, para a Europa, porém o peso dos aparatos contra-revolucionários e o revisionismo capitulador de organizações que usurpam as bandeiras do socialismo revolucionário tornam mais lento e acidentado o processo que leva o proletariado ao poder. As burguesias européias ainda podem sobreviver, graças à sua acumulação anterior, limitando a força revolucionária potencial de vastos setores do proletariado alemão, francês, inglês, italiano etc. A aristocracia operária perde base objetiva, e com isso estrangula-se a capacidade de manobra dos aparatos. A burocracia soviética, com suas invasões contra-revolucionárias e com os golpes reacionários sobre a população, vem em auxílio do imperialismo. Esse golpe fortalece o filho predileto do imperialismo: a social-democracia traidora, gerente de sua crise.

Em comparação à social-democracia, o stalinismo é a versão "esquerdista" da mesma política criminoso, que frustra o combate do proletariado europeu contra as burguesias em absoluta decadência. Os Mitterrand, González, Paime, Suárez, Cunhal, Craxi, Marchais, Carrillo, Berlinguer, Foot, Papandreu, continuam na primeira linha de retenção, até que sua margem de manobra seja pulverizada pela

## Uma divergência

Caros companheiros da LIT:

*Não estou de acordo com o que vocês escrevem no final da Tese XII do texto que nos enviaram, no que se refere à relação entre o proletariado de origem latina e os trabalhadores brancos e negros nos EUA. Por isso, na mesma forma sintética utilizada por vocês, transcrevo a minha opinião. Julgo que a questão deveria ser colocada de modo diferente; desde "Por outro lado, é previsível..." até o final da tese XII, eu afirmaria o seguinte:*

"Por sua vez, acham-se em processo de sedimentação acelerada fortes estamentos do proletariado de origem latina. Eles participarão do processo do conjunto do proletariado norte-americano, no sentido de requalificação das condições combativas, perdidas após mais de trinta anos de repressão macarthista, uma situação objetiva adversa ao seu desenvolvimento e a traição do aparato stalinista.

Embora o setor latino do proletariado norte-americano esteja cumprindo hoje a função de deprimir os salários médios do conjunto dos trabalhadores brancos e negros — tal como estes últimos cumpriram o mesmo papel na época anterior à fundação da CIO (sindicatos norte-americanos por setor industrial) —, a impossibilidade de sustentar uma política de integração do povo trabalhador latino à vida econômica nacional, devido à crise econômica e à aguda repressão que sofrem, não demorará a integrá-lo às correntes mais de vanguarda que surgirem na classe operária norte-americana de conjunto.

Nesse sentido, estará se preparando a mais formidável combinação entre a rebelião negra, as relações orgânicas dos trabalhadores latinos com a revolução mexicana, centro-americana e latino-americana em geral, e o meteórico avanço que a classe operária branca já soube demonstrar no passado.

Nessa verdadeira unidade multirracial e multinacional da classe operária norte-americana reside a irrupção, na vida histórica desta etapa da humanidade, do poderoso gigante de 100 milhões de membros que é o proletariado norte-americano, que, junto com o russo, definirão a sorte da revolução social mundial.

Não será um caminho linear e livre de dificuldades. O atraso geral da classe operária norte-americana deverá ser superado em saltos gigantescos, para chegar à altura de seu papel histórico. Conflitos raciais e de nacionalidade, de língua e de origem irão se interpor no caminho da unidade na luta de classes. Mas, uma vez superados tais obstáculos, começará a etapa final da dominação política do capitalismo e do imperialismo. A época de iminência da revolução é também, por definição, a época do levante revolucionário do proletariado norte-americano. Sem ele, e especificamente sem sua maioria branca, qualquer triunfo revolucionário nas semicolônias, em outros países avançados ou mesmo nos estados operários, só poderá ser considerado uma vitória parcial".

Nikolas Kramer

ruína capitalista, o ascenso operário e a constituição de fortes partidos socialistas revolucionários na Europa. Nesse continente, um movimento socialista revolucionário unificado e principista se transformaria imediatamente numa potência organizativa, porque sua influência seria fecundada pelas grandes tradições e pelo peso qualitativo do proletariado majoritário, capaz de inclinar a balança da história.

**XII** Não resta dúvida de que as desigualdades ainda marcam profundamente a atividade do proletariado mundial. A firme entrada em cena do proletariado norte-americano, o mais poderoso do mundo, depende das determinações da situação objetiva internacional, que repercutirão em suas fileiras com dinamismo multiplicado. A tradição do proletariado dos EUA tem, em sua história, o fato de ter sido capaz de construir, em poucos meses, a mais poderosa organização sindical de todos os tempos, a CIO (sindicatos norte-americanos por setor industrial). A radicalidade, massividade e disciplina de suas batalhas de classe, com os piquetes de greve — de uma determinação a toda prova, sempre que decidiu combater. Embora continue a ser uma dificuldade o retrocesso da consciência política do proletariado — que não continuou a progressão fulgurante da época da IWW (*International Workers of the World*) e do partido socialista da época de Debbs — não resta dúvida de que, em meio à crise econômica, *começam a reunir-se os fatores de uma irrupção extraordinária dos grandes batalhões do proletariado industrial*, de maioria branca, seguindo a vanguarda, que conta entre os negros com seus melhores e mais decididos ativistas.

Por outro lado, é previsível que se sedimentem aceleradamente fortes estamentos do proletariado de origem latina, e que adquiram as tradições do proletariado branco e negro. Até agora, o profundo atraso político da maioria dos latinos, que procura integrar-se à sociedade ianque, funciona mais como freio — visto de conjunto — na luta do movimento operário para defender suas condições de vida e de trabalho. Ao aceitar emprego por baixos salários e dadas as profundas inibições para se organizarem e combaterem (em função da legislação repressiva e da discriminação), os trabalhadores latinos vêm sendo usados pelos patrões para baixar o salário médio. Esta situação vai se reverter no calor da crise econômica e das lutas grevistas, que tenderão a soldar, numa sólida frente, os diversos setores do proletariado, inclusive o numeroso setor latino super-explorado. A entrada em combate do setor latino, já anunciada no comportamento político de setores minoritários, será um poderoso elemento coadjuvante de radicalização política do conjunto do proletariado norte-americano, dado que existe uma *extrema vulnerabilidade da ideologia imperialista entre os imigrantes*, que vão se conformando como uma poderosa nacionalidade oprimida. Discriminado e super-explorado, sendo inviável sua integração ao nível de vida médio dos setores brancos, o proletariado de origem "latina" tenderá a fundir o grosso de suas forças com os setores de vanguarda, de grande tradição. A crise econômica irá se vincular à crise social e à crise política, e então os EUA — onde o capitalismo alcançou as maiores realizações e onde se geraram as maiores iniquidades para o resto do mundo — irá incubar o triunfo da revolução proletária. Porém, esta abrirá caminho através de tensões, explosões sociais e lutas de classes que, sem dúvida alguma, não encontrarão paralelo na História.

**XIII** Quanto ao proletariado soviético, é evidente que, em cinquenta anos de stalinismo, sua consciência deu um impressionante salto para trás. Depois de ter sido a vanguarda histórica mundial, instaurando o primeiro estado operário, hoje encontramos a classe operária soviética em tal nível de atraso político que voltou à condição de *classe-em-si, privilegiando a resistência individual*. Embora possam ser contadas algumas greves importantes, o grosso da resistência adota métodos passivos ou desarticulados (operação tartaruga, sabotagem etc.). Levando em conta a profunda contra-revolução burocrática, que edificou contra o proletariado o mais gigantesco aparato policial da História, é evidente que o peso do rochedo a ser levantado torna mais lento e complexo o processo de emancipação política. Por outro lado, isso fará com que o desenlace seja mais conflituoso e violento.

Com a dizimação das forças do proletariado revolucionário na guerra civil, nos "expurgos" de milhões de trabalhadores sob o terrorismo stalinista dos anos 30 e na Segunda Guerra Mundial (20 milhões de mortos soviéticos), *correu-se pela raiz a tradição revolucionária* do proletariado.

Uma vigorosa classe operária de mais de 100 milhões, que não conheceram todos esses traumas, dá esperanças para o futuro da revolução política também na União Soviética; porém, repetimos, será um processo mais lento. Com 20-25 milhões de prósperos funcionários e suas famílias, a base social da burocracia continua funcionando como poderoso fator de contenção contra o proletariado e as massas.

Por outro lado, é fato que estão se deteriorando as condições de vida das massas (salário, educação, saúde) e que a juventude entrega-se

Essa estagnação crescente da sociedade soviética traz em si o germe da acentuação do abismo social que separa o proletariado das camadas mais acomodadas da burocracia, responsável por uma gestão catastrófica da economia planificada. Por enquanto, esse atraso no desenvolvimento da revolução política na URSS atua como freio em relação aos demais estados operários.

Tal como sobre o proletariado norte-americano, descansa sobre os ombros do proletariado soviético o futuro da humanidade. A entrada em cena de um deles, ou de ambos, no próximo período, marcará o fim da sociedade de classes e do acidente burocrático que retardou de meio século a revolução mundial.